



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maicon Cláudio da Silva

O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina

Florianópolis
2019

Maicon Cláudio da Silva

O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço
Social

Orientadora: Prof^ª. Roberta Sperandio Traspadini, Dr^ª.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Da Silva, Maicon Cláudio

O Estado em seu labirinto : a particularidade do Estado
na América Latina / Maicon Cláudio Da Silva ; orientadora,
Roberta Sperandio Traspadini, 2019.

121 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Estado. 3. América Latina. 4.
Dependência. I. Traspadini, Roberta Sperandio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maicon Cláudio da Silva

O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Angélica Lovatto, Dr^a.

Universidade Federal Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof^a. Beatriz Augusto de Paiva, Dr^a.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Nildo Domingos Ouriques, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

(suplente)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Prof^a. Simone Sobral Sampaio, Dr^a.

Coordenadora do Programa, em exercício

Prof^a. Roberta Sperandio Traspadini, Dr^a.

Orientadora

Florianópolis, 2019.

Aos que lutaram no passado, aos que lutam no presente, e aos que ainda lutarão no futuro.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não é fruto de trabalho solitário. Muito pelo contrário, é o resultado do acúmulo de gerações e gerações de seres humanos que desde que o mundo se dividiu em classes, lutam para que a exploração do homem pelo homem deixe de existir.

Do ponto de vista pessoal, este trabalho também é fruto do encontro entre diferentes gerações que de algum modo contribuíram para que eu pudesse ter chegado até aqui.

Aos meus pais e irmãos, meu muito obrigado pelo carinho, companheirismo e incentivo. Sem vocês, este caminho nunca teria existido.

Aos amigos, em especial Tamara, André e Luciano, obrigado pelos momentos de alegria, debates, apoio e partilha desse amor incondicional que temos por *Nuestra América*.

Ao amigo Tomás, obrigado pelo interesse e leitura de alguns capítulos dessa dissertação. Discutir contigo sobre meu trabalho foi essencial para me fazer seguir adiante na pesquisa.

À Elaine Tavares, mais que companheira de trabalho, uma amiga, obrigado pelos vários cafés em que compartilhamos nossas ideias, e em comum ajudamos um ao outro.

Aos companheiros do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, particularmente Ana Carla, Tereza Cristina, Daniel, Clara, Havana e tantos outros, obrigado pela forma carinhosa como receberam esse economista em meios às assistentes sociais.

Às professoras Beatriz Paiva e Angélica Lovatto, que participaram das bancas de qualificação e defesa, muito obrigado por todas as críticas e sugestões.

Ao professor Ricardo Lara, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, obrigado pelas aulas e pela abertura e interesse sobre o pensamento crítico latino-americano.

Ao professor e amigo Nildo Ouriques, obrigado pelas críticas e sugestões ao projeto de qualificação e pelas recomendações de bibliografia sobre meu tema de pesquisa.

Ao amigo Danilo Carneiro, memória viva dos que lutaram decisivamente pelo fim da exploração, obrigado camarada.

À professora Roberta Traspadini, orientadora, obrigado pelas sugestões, críticas, e companhia durante o Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, meu muito obrigado pela abertura àqueles que mesmo não sendo assistentes sociais de formação, buscaram ali um lugar de comprometimento com a crítica e a emancipação humana.

Ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, espaço que tem me formado criticamente há dez anos, muito obrigado.

A México y a los mexicanos que conocí en los dos meses que estuve en el Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México, muchísimas gracias.

Por fim:

Gracias a la vida, que me ha dado tanto.

“Era el fin. El general Simón José Antonio de La Santísima Trinidad Bolívar y Palacios se iba para siempre. Había arrebatado al dominio español un imperio cinco veces más vasto que las Europas, había dirigido veinte años de guerras para mantenerlo libre y unido, y lo había gobernado con pulso firme hasta la semana anterior, pero a la hora de irse no se llevaba ni siquiera el consuelo de que se lo creyeran.”

(Gabriel García Márquez, El general en su laberinto, 1989).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a particularidade do Estado na América Latina desde a perspectiva da crítica da economia política. Para tanto, utilizamos como referenciais teóricos as concepções marxistas sobre o Estado e a Teoria Marxista da Dependência. Realizamos primeiramente uma discussão em um nível de abstração mais elevado, assinalando a relação entre forma valor, mercado e Estado. A seguir, apresentamos desde uma perspectiva histórica os principais elementos da formação do Estado na América Latina no século XIX. Posteriormente, com base na categoria padrão de reprodução do capital, apontamos as transformações do Estado na região desencadeadas pelas mudanças nos padrões de reprodução do capital hegemônicos em cada período histórico subsequente. Por fim, apresentamos uma síntese de nossas conclusões, ressaltando a forma como se estrutura o mercado interno latino-americano e sua consequência na determinação da particularidade do Estado na América Latina.

Palavras-chave: Estado. América Latina. Dependência.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the particularity of the State in Latin America from the critique of political economy. For this, we use the Marxist conceptions of the State and the Marxist Theory of Dependence as theoretical references. First we held a discussion at a higher level of abstraction, pointing out the relationship between the value form, the market and the State. Next, we present from a historical perspective the main elements of the formation of State in Latin America in the 19th century. Subsequently, based on the category of pattern of capital reproduction, we point out the transformations of the State in the region triggered by changes in the hegemonic patterns of capital reproduction in each subsequent historical period. Finally, we present a synthesis of our conclusions, highlighting the way in which the Latin American internal market structure is structured and its consequence in determining the particularity of the State in Latin America.

Keywords: State. Latin America. Dependence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese de instrumentos de Política Econômica	95
Tabela 2 - Padrões de reprodução do capital na América Latina.	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEC Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Brasil)

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CELA Centro de Estudios Latinoamericanos

CEPAL Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe

IELA Instituto de Estudos Latino-Americanos

OLA Observatório Latino-Americano

ONU Organização das Nações Unidas

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNAM Universidad Nacional Autónoma de México

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	FUNDAMENTOS DA PESQUISA	26
1.1.1	Sobre o método e a categoria particularidade	26
1.1.2	Sobre o objeto de estudo	33
1.1.3	Sobre a relevância dessa pesquisa	36
2	ESTADO, MERCADO E FORMA VALOR	40
2.1	O LEVIATÃ TEM CLASSE: ESTADO E MARXISMO	40
2.2	O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO	45
2.3	DETERMINAÇÕES DO ESTADO A PARTIR DA FORMA VALOR	53
2.4	FORMA VALOR NA AMÉRICA LATINA	61
2.5	ESTADO E CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE	64
3	A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA... 68	
3.1	BALCANIZAÇÃO E REGIONALISMO	72
3.2	O NASCENTE ESTADO LATINO-AMERICANO	80
4	ESTADO E PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL..... 88	
4.1	PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	88
4.1.1	Primeira fase de circulação (D – M)	90
4.1.2	Fase de produção (... P ...)	93
4.1.3	Segunda fase de circulação (M' – D')	94
4.2	ESTADO E PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA	95
4.2.1	O padrão agromineiro exportador e o Estado oligárquico-dependente.....	97
4.2.2	O padrão industrial dependente e os Estados desenvolvimentista e de contrainsurgência	99
4.2.3	O padrão exportador de especialização produtiva e as democracias restringidas.....	104

5	CONCLUSÃO.....	111
	REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

“Fábula no es lo que digo: que con la plata extraída de Potosí, había bastante para formar un puente de una vara de ancho que uniese estas Indias con España. [...] Un puente de plata, sí, pero paralelo se podría haber formado otro puente de huesos, tan largo como el anterior, con los cadáveres de los indios mitayos que murieron en las minas.”

(Augusto Céspedes, Metal del diablo, 1998).

Talvez o leitor mais desavisado, sem fazer as devidas mediações, relacione numa primeira impressão, o título de nossa dissertação ao mito grego do Minotauro. Na verdade, nossa inspiração é outra, menos europeia e mais caribenha. A referência é ao livro *O general em seu Labirinto* (1989), do colombiano Gabriel García Márquez. Neste romance, Gabo, como é reconhecido no continente, narra os últimos dias de vida de Simón Bolívar. O libertador da América Latina, traído no sonho de construção da Pátria Grande, viajou a Santa Marta, aonde veio a falecer vítima de tuberculose. Com sua morte, findava-se também - ainda que nunca tenha deixado de ser atual - o generoso projeto bolivariano de construir uma Pátria Grande latino-americana.

Não obstante, após o falecimento de Simón Bolívar a independência da maior parte das regiões até então em situação colonial da América Latina¹ havia se consolidado. Nossa história dava início a uma nova fase, em que apesar da libertação do jugo colonial, o novo, ainda que mais complexo, não matava a essência do velho.

Este movimento contraditório entre o novo que surge e o velho que se transforma, levou muitos pensadores a indiscriminadamente identificar a nova situação com a anterior². A este respeito, concordamos com Ruy Mauro Marini na diferenciação entre esta nova fase, de dependência, e a anterior, de domínio colonial:

[...] a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguillem, “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento”. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade. (MARINI, 2005a, p. 141).

¹ A grande maioria dos países da região conquistou a independência durante a primeira metade do século XIX. Em outros poucos casos, a independência tardou algum tempo mais, como na República Dominicana e em Cuba (final do século XIX) ou na Guiana, Suriname e Belize (Século XX). No entanto, vale dizer que mesmo em pleno século XXI, ainda existem territórios latino-americanos sob o jugo colonial, caso de Porto Rico, Guiana Francesa, Ilhas Malvinas e de algumas outras ilhas do Caribe.

² Este é o caso de André Gunder Frank, que aplica sua fórmula das relações metrópole-satélite tanto à situação colonial como a de dependência. Ver a esse respeito “*Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*” (1973).

Para a pesquisa que realizamos, esta delimitação foi decisiva. Isto porque, como ressaltado por Marini (2005a), a dependência pressupõe a relação entre países formalmente independentes. A subordinação ganha deste modo um novo caráter, e envolve a relação entre Estados nacionais formalmente soberanos e não mais entre colônia e metrópole.

Ainda assim, sobre a vida independente da América Latina pesavam trezentos anos de pilhagem colonial, que, segundo nossa hipótese, condicionaram a formação de nossos Estados nacionais e a sua atuação nos marcos do capitalismo dependente.

De fato, conforme afirmou o equatoriano Agustín Cueva:

[...] a edificação de um Estado Nacional jamais se realiza no vazio, nem a partir de um maná que se chamaria “maturidade política”, e sim sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto historicamente concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. (CUEVA, 1983, p. 42).

Essa estrutura econômico-social varia segundo a história e os papéis que cada região ocupou no desenvolvimento desigual e combinado inerente ao sistema capitalista mundial. E se, como disse Lenin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LENIN, 2010, p. 27).

Assumimos como segunda hipótese, portanto, que os Estados Nacionais dos países dependentes apresentam particularidades próprias que os distinguem daquelas apresentadas pelos Estados de países imperialistas, na medida em que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, ainda que frutos do mesmo processo de formação do capitalismo mundial, apresentam cada um deles, contradições particulares assentadas em suas respectivas formações históricas, sociais, econômicas e políticas, entrelaçadas na história da luta de classes em cada época.

É esta constatação que leva Jaime Osório a defender que:

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista. O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores. (OSÓRIO, 2014, p. 203).

A condição dependente das economias latino-americanas - fruto do desenvolvimento colonial e da posterior transição conservadora durante as lutas de independência - bem como as formas particulares como a exploração capitalista se dá nessas terras, a partir da condição estrutural da superexploração da força de trabalho, são características decisivas da formação dos Estados na região.

Nas palavras do boliviano René Zavaleta Mercado:

[...] el mero hecho de que la determinación exógena sea al menos uno de los componentes en la construcción de la política impide que haya una relación de conformidad entre la sociedad y su resumen o compendio político que es el Estado o sea que se impide la existencia de un óptimo estatal en el país dependiente (ZAVALETA MERCADO, 1989, p. 129).

Assim, desde o surgimento dos Estados na América Latina no século XIX, e diante da relação de cooperação antagônica das elites locais para com o imperialismo estrangeiro, haverá uma expressiva dificuldade em conformar suas próprias existências enquanto Estados nacionais autônomos. Isto, em grande medida como consequência da baixa articulação entre as diferentes regiões, cidades e povoados.

Como o leitor verá adiante com mais profundidade: “El mercado interno, es cierto, es el punto ritual de referencia tanto de la nación como del Estado” (ZAVALETA MERCADO, 1989, p. 194). É sua existência que garante “el deslizamiento de la ideología de la aldea a la ideología de la nación” (ZAVALETA MERCADO, 1989, p. 193), permitindo a conformação de uma comunidade mais ampla.

Não por acaso, o argentino Jorge Enea Spilimbergo, tratando das tarefas históricas que o capitalismo cumpre em seu surgimento, recorda que:

[...] a burguesia luta para garantir seu domínio do mercado interno. A produção para o lucro, que permite valorizar incessantemente o capital, é um traço essencial do regime capitalista. Porém, as barreiras alfandegárias entre as províncias e/ou pequenos estados de uma mesma nacionalidade, ao restringir os mercados, impedem o desenvolvimento da grande indústria e o apogeu da produção burguesa. Ao promover a unidade (ou a independência) nacional, a burguesia não luta por um simples princípio abstrato, mas por seus próprios e inadiáveis interesses materiais, que nesta etapa histórica coincidem com os do resto da população. (SPILIMBERGO, 2002, p. 23).

Mas acontece que na América Latina, a condição colonial configurou toda uma estrutura econômica e social que estava mais voltada ao exterior que a seu próprio interior. E isso era visível inclusive fisicamente, se se tem em conta as dificuldades de comunicações e

transportes internos à região comparadas com as facilidades de conexão com a Europa, por exemplo³.

Essas dificuldades são ainda maiores se nos atentamos ao fato de que “boa parte de ‘nosso’ mercado interno não era mais que um prolongamento do mercado metropolitano” (CUEVA, 1983, p. 90) e que as elites locais, sobretudo aquelas vinculadas ao comércio exterior, estavam mais interessadas em garantir seus próprios lucros do que na conformação de uma nação.

Assim sendo, ao longo de nossa pesquisa constatamos que a debilidade na formação de um mercado interno relevante foi fator primordial para que a América Latina se dividisse em 20 países logo das lutas de independência e o sonho de Bolívar não tenha se cumprido.

De fato, as dificuldades em formar um verdadeiro mercado que desse base à nação e ao Estado foram tão grandes que, mesmo em algumas regiões que lograram constituir, ainda que em condições débeis, um Estado, como na Bolívia, “aquela autonomia se expressava por uma acentuação tão grande de ‘regionalismos’ e ‘localismos’ que tornava difícil até a fixação de uma capital nacional” (CUEVA, 1983, p. 43).

A debilidade acentuada do mercado interno quando da independência levou a autores como o sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos, a afirmar inclusive que:

Em 1822, quando o Brasil se declara independente de Portugal, o povo brasileiro era menos uma efetiva realidade histórica do que uma ficção cômoda. O povo brasileiro é ainda hoje uma entidade histórica *in statu nascendi*. A não ser a língua, todas as condições decisivas, propiciadoras da maturidade do nosso povo, surgiram depois de 1822, entre elas: o sistema de transportes e comunicações extensivo ao território brasileiro, e um mercado nacional. **1822 é a data da independência de um território e não de uma nação.** Aqui a ideia da nação precedeu ao fato da nação mesma, entendida esta como vivência de uma comunidade de estilo de vida histórica. (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 86, grifo nosso).

Diante disto, o propósito dessa dissertação é contribuir no estudo sobre o Estado na América Latina, onde estão dispostos muitos outros problemas e desafios que não se apresentam quando das discussões sobre os Estados dos países centrais, aspecto que torna mais complexa ainda as discussões sobre nossa realidade.

Do ponto de vista pessoal, isto exigiu certo esforço na superação de limitações geracionais impostos à Universidade atual. De fato, cada geração vive os dilemas de seu próprio tempo histórico. Nasci em 1990, e faço parte de uma geração formada por duas

³ A este respeito, vale a pena a leitura de “*Historia de los Ferrocarriles Argentinos*” do argentino Raúl Scalabrini Ortiz.

grandes ilusões burguesas: as defesas da democracia como valor universal e do desenvolvimentismo como receita para a superação do subdesenvolvimento.

Desde o final dos anos 1980, com o fim das ditaduras cívico-militares latino-americanas e as primeiras eleições presidenciais, a América Latina parecia entrar em um ciclo de normalidade institucional⁴. Esta situação, em contraste com as décadas anteriores, quando o condor vigiava o continente sobre as ordens da águia imperial⁵, contribuiu para a generalização do senso comum da democracia enquanto valor universal. A disputa na sociedade parecia se dar entre o autoritarismo e a democracia, e a história da América Latina supostamente entrava então em uma nova fase, em que a democracia se firmava e as instituições pouco a pouco se consolidavam. A ideologia dominante dizia que o autoritarismo, seja de direita, das ditaduras do Cone Sul, ou de esquerda, relacionado por ela constantemente ao bloco soviético, era coisa do passado, e a humanidade havia entrado em uma nova etapa, de modernidade e consolidação da liberdade.

No âmbito da economia, o desenvolvimentismo, irmão siamês do liberalismo, foi a contraparte da defesa da democracia como valor universal. A ascensão de uma série de governos progressistas na região nesse começo de século XXI, depois de alguns anos de governos liberais, fez crer a muita gente que através de políticas sociais, de medidas de incentivo econômico e de algumas poucas reformas⁶, poderíamos superar o subdesenvolvimento. De fato, já nem mesmo se falava em subdesenvolvimento, mas sim de países *em desenvolvimento*. Tudo era uma questão de tempo, portanto, e bastava adotar as medidas corretas para que ao fim atingíssemos o desenvolvimento esperado.

4 Há aqui, obviamente, uma generalização. Em vários países da América Latina essa normalidade institucional foi interrompida. O caso da Argentina de 2001, em que o país teve cinco presidentes em 10 dias é emblemático. No entanto, ainda assim, essas crises não representaram uma ruptura da tendência vívida na região desde o fim das ditaduras. Ademais, no âmbito da geopolítica, a volta das eleições diretas culminou na reconfiguração da ordem internacional sob o domínio de uma ideia de paz e de desarmamento e já com a hegemonia estadunidense cimentada, em que se havia consolidado mundialmente as ideias do fim do comunismo e do socialismo e os mesmos eram apresentados como se fossem sinônimos de totalitarismo.

5 A Operação Condor foi uma aliança político-militar realizada entre as ditaduras de Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai com a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos e que vigorou de 1968 a 1989, com o objetivo de combater os movimentos dos trabalhadores e o comunismo na região.

6 De fato, se temos em mente a definição de reformismo dada por Darcy Ribeiro, fica evidente o recuo da grande maioria dos governos chamados progressistas deste começo de século XXI: “O modelo reformista se distingue [...] por duas ordens de compromisso a que deve atender imperativamente. Primeiro o apoio às reivindicações econômicas dos setores assalariados, organizados em associações ou sindicatos, que formam seu principal corpo de sustentação política. Segundo, a adesão a um programa reformista decorrente deste vínculo que obriga os seus líderes a colocar em causa, senão a ordem vigente em sua totalidade, ao menos alguns aspectos dela, que representam interesses capitalistas nitidamente antipopulares. Esta contingência os compele a uma identificação ideológica com as teses levantadas pelas esquerdas que tenham maior difusão popular. Tais são principalmente, o nacionalismo e as reformas de base.” (RIBEIRO, 1978, p. 157, grifos nossos). Em contraste, nos governos progressistas, as chamadas reformas de base, aquelas que afetam efetivamente a propriedade, nunca estiveram na agenda política.

Politicamente essas ilusões representaram uma grande regressão teórica comparativamente ao acúmulo das gerações anteriores. Os grandes projetos de sociedade: Socialismo ou Fascismo, na oposição defendida por Theotônio dos Santos⁷, pareciam ter ficado presos no passado. Não por acaso, na esteira do triste epílogo do socialismo soviético, alguns oportunistas falavam no fim das utopias e até mesmo no fim da história⁸.

Nas Universidades de países dependentes como os nossos, essas ilusões fomentaram o estabelecimento de uma razão acadêmica neste início de século XXI,⁹ que fez, passo a passo, o ensino e a pesquisa se afastaram dos grandes problemas nacionais para se aprofundarem em si mesmos, em um tipo de conhecimento hipertrofiado na especialidade, desconectado da fusão e aprendizagem da relação fluida entre diversas áreas¹⁰. Essa alienação frente à nação foi acompanhada também de um acentuado colonialismo intelectual, reflexo de nossa condição dependente, que leva, por exemplo, a algumas áreas do conhecimento, por decisão própria, a não avaliarem nenhuma revista nacional com o conceito máximo da CAPES. Este é o caso da área de Economia, mas também de outras, como Química ou Astronomia/Física. Já nas graduações, frequentemente o colonialismo se expressa no ensino manualesco que replica teorias *from United States ad nauseam* com primazia acentuada para a escola de Chicago¹¹ e seus receituários sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

O estabelecimento desse tipo de razão acadêmica na Universidade brasileira é agravado ainda mais pelo longo processo de decadência ideológica¹² que tem sido imposto pela burguesia desde que a mesma se tornou classe dominante. Neste movimento, a fragmentação do conhecimento se acentua, rompendo qualquer tentativa de unidade totalizante.

Este é o terreno histórico em que me formo. São essas as limitações geracionais que tenho que enfrentar com o intuito de ir além da mediocridade proposta para diversas gerações pelos ideólogos curriculares de plantão. Neste processo, o espaço de formação que me

7 DOS SANTOS, Theotônio. “Socialismo ou Fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano”. Florianópolis: Insular, 2018.

8 Como é o caso de Francis Fukuyama e seu livro “O fim da História e o último homem”.

9 Sobre a Universidade brasileira atual, ler: “Crítica à razão acadêmica: reflexões sobre a universidade contemporânea”, V. 1 e V. 2, organizados por Nildo Ouriques e Waldir Rampinelli.

10 Isso significa dizer que o curso de Economia, por exemplo, ao fechar-se em si mesmo, não estuda Literatura, Filosofia, e História, para além da econômica, e gera, um grupo de jovens intelectuais, perdidos na contextualização histórica, social e política dos fatos tais quais ocorreram. E este não é um motivo menor para explicar a evasão, o desestímulo e, em especial, a frustração presentes nos cursos de economia do Brasil.

11 Escola que tem gerado nas últimas décadas os principais nomes referentes da direção política e econômica dos governos da América Latina, e, não menos importante, as bases curriculares dos cursos de economia do continente.

12 “A decadência ideológica denunciada por Marx e Engels e interpretada por Lukács, é o período claramente marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital.” (LARA, 2013, p. 93).

garantiu avançar para além da ideologia dominante foi o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC)¹³. No IELA, ainda enquanto estudante, na graduação, pude ter acesso, por meio do prof. Nildo Ouriques e do grupo de estudos Observatório Latino-Americano (OLA), a uma série de autores clássicos do pensamento crítico latino-americano, tais como: Eric Williams, C. L. R. James, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, Agustín Cueva, André Gunder Frank, José Carlos Mariátegui, dentre outros. No IELA, portanto, pude, através de leitura sistemática e discussão, me apropriar das contribuições de intelectuais e militantes de outras gerações, nas quais o Socialismo se apresentava mais do que nunca como uma realidade.

Através do meu envolvimento com o Instituto pude também perceber as semelhanças entre os dramas, dilemas e - por que não? - alegrias do povo latino-americano. O IELA me aproximou da língua de *Nuestra América*, de sua música, cinema e cultura. Esse acercamento me levou inclusive à Argentina em 2012, onde realizei intercâmbio na Universidade de Buenos Aires. Levou-me também ao Peru, quando pude, maravilhado diante da história de nossos povos originários, ter clareza absoluta e total de que esse sistema econômico, político e social não é eterno assim como aqueles do passado não o foram. Foi a partir da minha participação no IELA, então, que passei a me entender conscientemente enquanto latino-americano.

Todo esse acúmulo intelectual teve e tem dificuldades em encontrar espaços para avançar na formação universitária formal. A minha decisão de, mesmo sendo economista de graduação, ter optado por cursar o Mestrado em Serviço Social diz respeito a isto. A área do Serviço Social, ao custo de muita luta e nos limites de suas próprias contradições, vem se firmando cada vez mais como uma das áreas de pós-graduação mais consolidadas na centralidade do pensamento crítico, em especial da perspectiva marxista em sua amplitude. Por outro lado, na área de Economia, acontece o processo contrário. Neste caso, a própria existência do exame de seleção unificado da ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia), uma prova de múltipla escolha com conteúdo claramente de orientação

¹³ Criado em 2004 como Observatório Latino-Americano e transformado em 2006 em Instituto, o IELA é o primeiro Instituto de uma universidade brasileira inteiramente dedicado a estudar a América Latina. Fundado pelos professores Nildo Ouriques (Economia) e Beatriz Paiva (Serviço Social) e pelas jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés, o Instituto de Estudos Latino-Americanos surgiu com o objetivo de contribuir para o rompimento do histórico afastamento da Universidade brasileira para com a América Latina e o pensamento crítico latino-americano. Mais informações em: www.iela.ufsc.br

ortodoxa¹⁴, tende a selecionar um estudante padrão-Chicago, atento à última edição do manual estadunidense de micro e macroeconomia. Os poucos hereges, que por ventura venham a ingressar nos mestrados, logo se veem afetados pelo excesso de disciplinas obrigatórias em um período tão curto, de apenas dois anos, que mais aliena do que contribui para a pesquisa de dissertação.

Escolher o Mestrado em Serviço Social não significou, no entanto, abandonar a Economia. Significou pelo contrário, acumular forças e densidade teórica para voltar a disputar esses espaços na área de Economia. A crise brasileira atual tende a cobrar respostas da Universidade à altura dos problemas sociais, políticos e econômicos nos quais a sociedade está imersa. Diante disto o pensamento crítico necessita ocupar lugar de destaque para além de sua histórica condição colonial, apontando os caminhos necessários para a transformação de nossa realidade.

Pessoalmente, o interesse pelo tema do Estado me é despertado através da atuação no Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da UFSC. Integrando o IELA como servidor técnico-administrativo desde 2015, pude perceber, no convívio com gente de diferentes áreas, os limites da minha formação enquanto economista bem como a necessidade de se ultrapassar a divisão disciplinar do conhecimento.

Há no ensino de Economia certa tendência a esterilizar o tema do Estado e da política. É como se em Economia o Estado fosse uma “variável exógena”. Não por acaso, o pensamento dominante constantemente defende a necessidade de um Banco Central independente. Como se fosse possível tal coisa.

No âmbito da vulgaridade de certo pensamento marxista, esse equívoco economicista se expressa através de um entendimento errôneo de que a compreensão da dinâmica da Economia basta para garantir o entendimento do movimento da sociedade. Esquece-se, assim do papel ativo desempenhado pela luta de classes sobre a realidade.

Por outro lado, o liberalismo de esquerda, pensamento dominante nos setores progressistas durante este começo de século, desprezando a importância das determinações objetivas da economia, tende a apresentar o Estado como um espaço em disputa que, caso conquistado, poderia atender os interesses da classe trabalhadora indefinidamente, em detrimento das necessidades do capital.

14 A ortodoxia, no caso das teorias econômicas, está associada ao pensamento dominante nas universidades que inclui a economia neoclássica, a abordagem das expectativas racionais e a síntese neoclássica, que combina os métodos neoclássicos com a abordagem keynesiana da macroeconomia.

Através da minha participação no IELA, pude perceber os equívocos dessas concepções e compreender a centralidade do Estado na sociedade capitalista, em especial no capitalismo dependente latino-americano em que as tarefas nacionais necessariamente precisarão ser realizadas pela classe trabalhadora. Assim, do ponto de vista pessoal, este trabalho representa um esforço na superação de certas limitações de minha própria formação intelectual.

Também a conjuntura veio a reforçar a necessidade de estudar mais detidamente o tema do Estado. Nesses quase dois anos de Mestrado, a América Latina viveu uma verdadeira convulsão social, com importantes processos de acirramento da luta de classes na região. Os levantes populares no Chile e no Equador, o golpe contra o governo de Evo Morales na Bolívia e a derrota da *Frente Amplio* nas eleições do Uruguai, bem como a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, demonstram certo esgotamento do ciclo anterior de governos progressistas. Por outro lado, as vitórias de Andrés Manuel López Obrador no México e Alberto Fernández na Argentina, após um ciclo de governos liberais, sinalizam que o progressismo não está de todo eliminado do tabuleiro da política latino-americana. Nesse sentido, uma análise profunda sobre a particularidade do Estado na América Latina se faz urgente para não cair em velhas ilusões.

Nosso trabalho se diferencia, contudo, de outros estudos frequentes sobre o tema do Estado. Uma vez que ao longo dos últimos dez anos temos tido por meio do IELA um contato sistemático com diversos autores da América Latina - algo pouco frequente na Universidade Brasileira - optamos aqui por fundamentar nossa análise na vasta bibliografia do pensamento crítico latino-americano. Deixamos de lado, portanto, outras perspectivas teóricas, notadamente o pensamento gramsciano e de Nicos Poulantzas, bem como autores brasileiros da atualidade que discutem o tema do Estado, como o caso do paulista Alysson Mascaro. Esta escolha não se deve ao acaso, mas sim a uma preocupação com a divulgação de uma série de autores pouco conhecidos no Brasil, mas que podem contribuir fundamentalmente ao debate sobre a particularidade do Estado na América Latina.

Realizamos, dessa maneira, um trabalho de revisão bibliográfica sobre o Estado na América Latina, apresentando algumas particularidades de sua formação e desenvolvimento desde a perspectiva da crítica da economia política. Para tanto, as principais referências teóricas foram os estudos marxistas sobre o Estado e as contribuições da Teoria Marxista da Dependência sobre o capitalismo dependente latino-americano. Ademais dessas referências,

efetuamos um esforço de apropriação das contribuições clássicas já realizadas sobre o Estado na América Latina.

Sendo assim, este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro, esta Introdução, apresenta uma breve exposição da temática e motivação da pesquisa. A seguir, no capítulo dois, recuperamos a contribuição marxiana sobre o Estado e marxista sobre o capitalismo dependente, além de termos realizado uma discussão sobre a relação entre forma valor, mercado e Estado, apontando desde uma perspectiva mais abstrata algumas particularidades latino-americanas. No capítulo três, já a partir de uma visão histórica, construímos uma síntese da formação do Estado na América Latina no século XIX, dando especial ênfase ao tema da balcanização ocorrida após os processos de independência. Em seguida, no capítulo quatro, baseando-se na categoria padrão de reprodução do capital, assinalamos algumas transformações (e continuidades) do Estado latino-americano em consequência das mudanças ocorridas na reprodução do capital desde o século XIX até o século XXI. Por fim, no último capítulo, como conclusão, realizamos um esforço de síntese das particularidades do Estado na América Latina.

Essa dissertação também foi escrita parcialmente em território mexicano, e isto não poderia deixar de ser mencionado. Usufruindo de licença capacitação¹⁵ por dois meses no Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), pude ter acesso a uma série de obras de pensadores latino-americanos que foram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Ao México e ao povo mexicano, portanto, meus agradecimentos.

Por fim, temos clareza que nosso trabalho não esgota a discussão sobre o Estado na América Latina, mas esperamos, não obstante, contribuir para que esse debate ganhe fôlego ao realizar-se desde uma perspectiva latino-americanista, crítica e antieurocêntrica.

1.1 FUNDAMENTOS DA PESQUISA

1.1.1 Sobre o método e a categoria particularidade

“Às vezes é preciso afastar-se das coisas, pôr um mar no meio, para ver as coisas de perto.”

(Alejo Carpentier, Concerto Barroco, 2008).

¹⁵ Fica aqui nosso agradecimento à Universidade Federal de Santa Catarina pela possibilidade de usufruir de licença capacitação no México.

Ainda que Marx tenha dedicado poucas páginas para tratar *especificamente* do tema do método, sua obra completa – enquanto retrato do método - é sem dúvida um divisor de águas quanto às formas de se fazer ciência e de se compreender a realidade.

O principal esforço marxiano nesse debate pode ser encontrado na seção sobre “*O método da economia política*” presente na “*Introdução*” de seu livro “*Contribuição para a crítica da Economia Política*” (1867)¹⁶. Nela, são apontados os equívocos metodológicos cometidos até então por filósofos e economistas burgueses.

Os primeiros, sobretudo na filosofia alemã que encontra em Hegel o seu ápice, compreendiam a realidade como reflexo da ideia, o concreto como resultado do movimento da abstração¹⁷. Assim, caíam na ilusão de “conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo” (MARX, 2011a, p.54).

Já os economistas, ao encontrarem na realidade burguesa as categorias que regem o seu funcionamento econômico, davam a elas a aparência de universais, naturalizando-as como intrínsecas ao ser humano e tornando-as eternas. “Nisso, eles se parecem com os teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: toda que não é a deles é uma invenção dos homens, ao passo que a deles é a emanção de Deus” (MARX, 2017a, p. 110).

Para Marx, o concreto não é nada, nem pode nos dizer nada por si só. O mesmo vale para a abstração. Por isto, o método correto é aquele que, partindo do concreto, eleve-se à abstração, concebendo categorias cada vez mais simples, para então efetuar o caminho de volta ao concreto, não mais como um todo caótico, mas sim como “a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011a, p. 54).

É por isto que na *Miséria da Filosofia* (1847), Marx afirma que:

Se o inglês transforma os homens em chapéus, o alemão transforma os chapéus em ideias. O inglês é Ricardo, rico banqueiro e distinto economista; o alemão é Hegel, simples professor de filosofia na Universidade de Berlim. (MARX, 2017a, p. 97).

A economia clássica, ainda que tenha avançado na explicação sobre a produção nas relações capitalistas, era incapaz de perceber o movimento histórico que engendrou as relações capitalistas e o conjunto de contradições que as mesmas encerram. Assim, os

¹⁶ Na verdade a chamada “*Introdução*” não chegou a ser publicada junto ao livro, tendo sido divulgada anos depois da morte de Marx, junto a tantos outros manuscritos inéditos. Edição brasileira: MARX, Karl. “*Contribuição à Crítica da Economia Política*”. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

¹⁷ Abstração entendida aqui como generalização, movimento do pensamento.

economistas concebiam as categorias da abstração como “fixas, imutáveis, eternas” (MARX, 2017a, p. 98), portanto como coisas, assim como um chapéu.

Já os filósofos, imaginavam fazer ciência ao pensar as categorias como abstração, o chapéu como ideia, desta maneira, “[...] fazendo tais abstrações, acreditam fazer análise e que, à medida que se afastam progressivamente dos objetos, imaginam aproximar-se deles para penetrá-los” (MARX, 2017a, p. 99).¹⁸

Enquanto os economistas após extraírem da realidade suas categorias, tratavam de desvinculá-las dessa mesma realidade para aplicá-las a toda e qualquer sociedade, os filósofos acreditavam que a realidade era fruto do movimento das categorias que tinham origem na própria cabeça de quem as pensava. É nesse sentido que os métodos da economia burguesa e do idealismo de Hegel ficam a meio caminho e, sendo meias verdades, são também meias mentiras. O método de Marx, superando criticamente os avanços de então, compreendia as categorias em sua existência real.

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. (MARX, 2011a, p. 59).

As categorias possuem, portanto, uma existência concreta prévia que antecede as suas formulações teóricas, e como produto da realidade social, não são eternas, mas históricas, e são concebidas no movimento dialético entre o concreto caótico, a abstração teórica e o concreto pensado. Por isso, para Marx teoria e prática não são campos opostos da atuação humana. A própria concepção de que as categorias são produto da realidade histórica exige diante delas atuação prática. Daí a máxima: “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2015, p. 535).

A práxis, entendida como movimento, “não é teoria, nem ação. É a fusão no jogo político, indissociável entre ação e reflexão ativa” (TRASPADINI, 2016, p. 37). Portanto, a

¹⁸ Ainda que se fale aqui de Filosofia e Economia, nos pensadores clássicos essa separação disciplinar do conhecimento não era evidente. Por exemplo, Adam Smith, autor de “*A Riqueza das Nações*” e considerado por muitos o pai da Economia, tem uma obra inteiramente dedicada à “*Teoria dos sentimentos morais*” bem como outros textos sobre jurisprudência. A formação ampla e o interesse por diversas áreas eram comuns entre os clássicos, inclusive no próprio Marx.

própria postura dos filósofos interpretativos, “imóveis” diante da realidade, representa uma atuação política diante de suas contradições¹⁹.

A práxis se movimenta entre o real e o ideal, entre a fantasia e a realidade, entre o mito e o fato. Ao se movimentar cria sentido, alienado ou emancipatório na sociedade, atrelado ao conteúdo da luta de classes no contexto em que ela se dá. Expressa relações construídas socialmente entre o sentido crítico reflexivo e o sentido comum alienado. (TRASPADINI, 2016, p. 35-36).

No processo investigativo, assim como na práxis revolucionária, a dialética singular-particular-universal joga papel decisivo.

Enquanto o pensamento burguês oscila, aqui e ali, entre um empirismo grosseiro (que sobretudo hoje se transforma em irracionalismo) e um vazio apriorismo formalista, a dialética materialista restabelece conceitualmente, aperfeiçoando-a continuamente, a ligação existente na realidade, e que é inseparável, entre universalidade e singularidade. O movimento dialético da realidade, tal como ele se reflete no pensamento humano, é assim um incontrolável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele. (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Esses níveis de mediação (singular, particular, universal) não são “pontos de vista” desde os quais se contempla a realidade, nem perspectivas que se introduzem nela, mas sim “destacados rasgos esenciales de los objetos de la realidad objetiva, de sus relaciones y vinculaciones, sin cuyo conocimiento el hombre no puede ni orientarse en su mundo circundante, por no hablar ya de dominarlo y someterlo a sus fines” (LUKÁCS, 1967, p; 200).

Também não são estáticos no tempo, visto que são produtos da história. Em “determinadas situações concretas o universal se especifica, em uma determinada relação ele se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa” (LUKÁCS, 1978, p. 92).

Na análise sobre a relação entre a renda da terra e o capital, Marx deixa claro esse movimento histórico de universalização e particularização:

Em todas as formas em que domina a propriedade da terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado. A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. (MARX, 2011a, p. 60).

¹⁹ Este entendimento leva o filósofo argentino radicado no México Enrique Dussel a dividir a ciência em paradigmas funcionais e paradigmas críticos. Nas palavras de Dussel: “As ciências sociais críticas, incluindo uma posição ética, dão origem a novos paradigmas científicos, fruto de programas de pesquisa inovadores a partir da solidariedade com as vítimas, que coexistem com programas rivais, os paradigmas funcionais ao sistema dominante.” (DUSSEL, 1998, p. 444).

Assim, a renda da terra que já foi uma categoria de maior universalidade, se particulariza no capitalismo em geral, na medida em que é determinada pela categoria mais universal que é o capital²⁰. No mesmo movimento histórico, processo inverso passa com o capital, já que como capital comercial ou capital-dinheiro surge historicamente ali “onde o capital ainda não é o elemento dominante” (MARX, 2011a, p. 60), e com o desenvolvimento das forças produtivas e o estabelecimento do capitalismo deixa de ser uma particularidade para se estabelecer enquanto universalidade.

Segundo Lukács (1967) os seres humanos já colocam na base de sua prática cotidiana e de seu pensamento a dialética singular-universal-particular. No entanto, cientificamente, o desenvolvimento da categoria particularidade é tardio, e apenas a partir de Kant se encontra uma discussão sobre a particularidade. Isto se deve ao fato que o “particular se confunde, em sua determinação e delimitação, ora com o universal ora com o singular” (LUKÁCS, 1978, p. 110).

A própria expressão “particularidade” frequentemente pode dizer muitas coisas, designando tanto o que salta à vista, destacando-se em sentido positivo ou negativo, como o que é específico. Esta oscilação e imprecisão de significado linguístico dizem respeito ao próprio caráter posicional da particularidade, representando com relação ao singular uma universalidade relativa e com respeito ao universal uma singularidade também relativa.

Mas a aparente imprecisão do particular não significa que este não exista na realidade. De fato, se já se há formado uma escala de generalizações:

[...] es comprensible que una generalización concreta estará más cerca de la singularidad que alguna otra y que en la una quedarán preservados – relativamente – momentos esenciales de la apariencia singular inmediata, mientras que la otra estará total o casi totalmente desprendida de ese suelo (LUKÁCS, 1967, p. 201).

À vista disso, percebe-se que a particularidade - assim como a singularidade e a universalidade - não surge de forma arbitrária da cabeça do filósofo, mas da própria realidade, determinada pelas necessidades e pelas possibilidades do pensamento em cada estágio da sociedade (Lukács, 1967).

O caso do valor é emblemático. A forma desenvolvida do valor, o valor entendido enquanto trabalho humano tornado abstrato²¹, só surge quando a troca de diferentes

²⁰ A respeito da renda da terra, vale a pena conferir a tese de doutorado de Roberta Traspadini, “*Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*”, onde a autora mostra, no movimento desigual e combinado do capitalismo, como a categoria renda da terra ganha centralidade na particularidade latino-americana.

²¹ Abstração entendida aqui como alienação política.

mercadorias já não acontece de maneira excepcional, mas habitualmente, de modo que o homem - o *homo economicus* que já subjogou a maioria dos homens à condição de coisas - é capaz de abstrair os valores de uso, as particularidades de cada mercadoria e de cada trabalho concreto, ao igualá-los com a intenção de equivalência quantitativa, enquanto produtos do trabalho humano. Não mais o trabalho sobre a terra ou o comércio, mas o trabalho humano em geral. A particularidade valor de uso abre espaço, portanto, para uma nova universalidade: o valor.

Veja que a particularidade e a universalidade não são elementos isolados, mas integrantes de uma mesma realidade concreta. De fato, a expansão da universalidade valor - da forma valor, como veremos no capítulo 2 - só pode existir através do desenvolvimento de distintas particularidades, ou seja, da multiplicação do número de valores de uso e de seus diferentes tons e sentidos no processo geral no qual todas as engrenagens se conectam para dar forma ao conteúdo expressamente desigual manifesto na essência da produção de valor.

O que o pensamento vulgar²² faz é, frequentemente, isolar cada um dos elementos que compõem o movimento, a processualidade da dialética existente entre singular-particular-universal. O ser humano, para a ciência hegemônica burguesa, ancorada na decadência ideológica de seus mentores e suas respectivas gerações formadas para a reprodução deste ideário, deve ser compreendido de forma singular, excluindo-se todas as mediações da sociedade, afastando-se qualquer particularidade mediadora. Para este grupo, forjado para ocultar o real e manifestar o fetiche como verdade, a sociedade deve ser entendida como uma universalidade coisificada, na qual os indivíduos singulares, em sua articulação de classe particular, não tenham poder nenhum de transformação desta mesma sociedade enquanto universalidade.

Marx já deixou claro nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* (1844) que:

A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. (MARX, 2010a, p. 107).

²² Marx chamou de vulgares aqueles economistas que, em contraste com os clássicos, abandonaram o valor trabalho em detrimento do valor utilidade que tinha sido desenvolvido por Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Este processo não é fruto do acaso: “A los economistas vulgares les resulta embarazoso el hecho de que la ganancia delate todavía sus relaciones con el proceso de que emana y de que sea posible reconocer aún, a través de ella, con mayor o menor claridad, el verdadero carácter de la plusvalía y de la producción capitalista. Este peligro desaparece cuando el interés se presenta como el verdadero producto del capital y la otra parte de la plusvalía, la ganancia industrial, se hace desaparecer totalmente, absorbida por la categoría del salario.” (MARX, 1974, p. 393)

De igual modo, o capital em geral só existe na medida em que existem os capitais particulares. Trata-se, portanto, de uma abstração, mas uma abstração que é ela mesma uma existência real. Assim, a própria existência objetiva do capital em geral condiciona o ciclo dos capitais particulares.

É por isso que Lukács, citando Goethe, autor também lido por Marx, lembra: “Lo general y lo particular coinciden: lo particular es lo general tal como aparece en condiciones diversas” (LUKÁCS, 1967, p. 203). Sendo assim, na particularidade, na determinação e especificação, acaba por ser encontrado um elemento de crítica, de determinação mais próxima do fenômeno ou de uma lei. “É uma concretização crítica, obtida graças à descoberta das reais mediações para cima e para baixo na relação dialética de universal e particular.” (LUKÁCS, 1978, p. 117).

A particularidade não é, assim, meramente uma generalidade, nem apenas um caminho entre a singularidade e a universalidade, mas uma mediação necessária, produzida pela própria realidade objetiva e imposta por ela ao pensamento. E como mediação produzida pela história, deve ser compreendida relativamente a respeito das determinações mais universais e mais singulares da própria história.

Lukács (1978) recorda a este respeito a polêmica existente entre Lenin e Bukharin sobre o imperialismo. Enquanto Bukharin entendia o imperialismo como uma nova universalidade, Lenin, defendendo o imperialismo como uma fase superior do capitalismo, se recusava a transformar um momento particular – ainda que muito importante – de um complexo unitário em um novo conceito universal, autônomo da universalidade anterior. O imperialismo, para Lenin, é uma nova particularidade²³ que expande o conhecimento sobre a universalidade existente até então (o capitalismo).

Toda essa sustentação que fizemos sobre a centralidade da dialética singular-particular-universal pode parecer para o pensamento dominante nas universidades a princípio simples verborragia, mas, é em essência, de fundamental importância para o entendimento da realidade latino-americana, tendo em vista sua particularidade dentro da universalidade maior da qual faz parte, o sistema capitalista mundial em suas diferentes fases de produção e reprodução da lei do valor.

Quando analisamos neste trabalho a *particularidade* do Estado na América Latina, o fizemos a partir desta compreensão de particularidade, como uma expressão da própria

²³ Neste novo momento particular do capitalismo, se acentuam as contradições entre o desenvolvimento dos países imperialistas e o subdesenvolvimento dos países dependentes.

realidade, que ao longo do tempo pode ser potencializada ou eliminada pela própria dinâmica da história, ou seja, pela luta de classes.

Entendemos também que o Estado na América Latina, ainda que faça parte de uma universalidade maior, o Estado burguês, possui determinações mais concretas que condicionam sua própria particularidade dependente. Essas determinações são decorrentes tanto de sua formação histórica como da sua realidade objetiva, enquanto Estado de sociedades de capitalismo dependente.

Assim sendo, realizamos aqui um trabalho de revisão bibliográfica sobre o Estado na América, buscando apresentar a particularidade de sua formação e desenvolvimento desde a perspectiva da crítica da economia política e à luz do capitalismo dependente. Para tanto, estabelecemos as categorias estruturantes da crítica da economia política que cimentam as bases para essa compreensão: forma valor e mercado. Destacamos ainda a particularidade da formação histórica do Estado na América Latina, além das transformações pelas quais ele passou em consequência das alterações dos padrões de reprodução do capital na região. Evidenciamos desta maneira como a formação do capitalismo dependente latino-americano condicionou de modo particular a constituição e o desenvolvimento dos Estados na região.

1.1.2 Sobre o objeto de estudo

“Unas veces aceite, y otras limpieza total de la ruedecilla llamada Estado boliviano, para que continúe el funcionamiento de la gran maquinaria del estaño sobre dos colosales ruedas: las Malayas y Bolivia, que giran sobre el eje de la demanda mundial, cada vez creciente.”

*“Oye: ¿Es posible que el señor Omonte sea más rico que Bolivia?
-Por supuesto. Por eso dice el Gobierno que si el Estado no puede mantener a la empresa, Omonte tienen que mantener al Estado.”*

(Augusto Céspedes, Metal del Diablo, 1998).

O objeto desta pesquisa constitui-se na compreensão da particularidade do Estado na América Latina, entendendo-a como oriunda de formações históricas concretas inerentes aos processos coloniais e ao capitalismo dependente. Para tanto, foi necessário estabelecer certas delimitações histórico-temporais e metodológicas.

Primeiramente, é preciso evidenciar o que entendemos por América Latina. De fato o debate sobre o que constitui a América Latina é grande²⁴ e vai desde concepções que buscam definir a região a partir de um critério linguístico, até outras, com uma explicação de cunho geopolítico. Neste trabalho, defendemos a ideia de que o que conforma a América Latina é um comum – apesar de seus diferentes tons – passado colonial e um similar presente de capitalismo dependente. Assim, todo o território que se estende do Rio Bravo, ao norte, à Patagônia, ao Sul, faz parte da América Latina.

Também evitamos aqui seguir o uso muito comum atualmente que é de designar a região como América Latina e Caribe²⁵. Conseguimos entender que muitos optem por este uso com o objetivo de destacar este território muitas vezes esquecido arbitrariamente das análises regionais. No entanto, em nossa compreensão o Caribe faz parte dessa grande região que é a América Latina, e dar um destaque específico ao Caribe como se ele não fizesse parte da América Latina pode ocultar esta situação. De fato, alguns autores como o jamaicano Norman Girvan e a cubana Digna Castañeda, defendem que o Grande Caribe engloba até mesmo partes do litoral da Amazônia brasileira (Pará e Maranhão)²⁶, e mesmo países do território continental, como Guiana e Suriname, têm muito mais relações históricas e políticas com as ilhas do Caribe do que com a América do Sul.

Sobre o Caribe ainda, é preciso lembrar que foi em suas terras onde as contradições da história latino-americana se expressaram de maneira mais acentuada. Foi no Caribe onde se realizou a primeira e única revolução liderada por escravos negros, a Revolução Haitiana de 1804²⁷. Lá também ocorreu a primeira Revolução Socialista do hemisfério ocidental, a Revolução Cubana de 1959. Por outro lado, é no Caribe onde as disputas coloniais mais se acirraram e o processo de balcanização, conseqüentemente, mais se acentuou. Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Dinamarca e até mesmo os Estados Unidos são algumas das potências metropolitanas que se enfrentaram na disputa pelo domínio do Caribe.

O território caribenho possui também uma relação histórica estreita com os territórios continentais da América Latina. De fato:

²⁴ Essa discussão é tão grande ao ponto de quando estávamos ainda na graduação, presenciarmos um debate promovido pelo Centro Acadêmico de Relações Internacionais da UFSC que discutia exatamente se a América Latina existe ou não (sic).

²⁵ A própria CEPAL alterou seu nome em 1984 para incluir o Caribe. O órgão da ONU passou a se chamar desde então Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe.

²⁶ A este respeito, vale a pena a leitura do livro “*O Caribe: Espaço estratégico na América Latina*”, resultado da VIII Edição das Jornadas Bolivarianas organizada pelo IELA em Florianópolis. Norman Girvan e Digna Castañeda participaram do evento e fazem parte do livro cada um com um capítulo.

²⁷ Sobre a Revolução Haitiana, indicamos a leitura do clássico “*Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*”, do escritor de Trinidad e Tobago, C. L. R. James.

O Caribe foi nosso primeiro continente. Antes que existisse a América do Norte e a América do Sul já estava funcionando o Caribe, semente mágica que haveria de garantir o desenvolvimento a tudo o que é hoje o hemisfério ocidental. (ARCINIEGAS, Germán *apud* CASTAÑEDA, Digna, 2017, p. 22).

Desta maneira, não faz sentido não incluí-lo em nossa definição de América Latina se a entendemos como um desdobramento do passado colonial e do presente de capitalismo dependente, elementos muito mais decisivos para a história regional do que a língua²⁸. Cabe, portanto, disputar a definição de América Latina a fim de incorporar esses territórios sistematicamente esquecidos. É a partir dessa concepção de América Latina que desenvolvemos nossa pesquisa.

Já quanto às delimitações temporais, como já afirmamos anteriormente, entendemos a dependência como uma nova fase da história latino-americana, que ainda que apresente traços de continuidade para com o colonialismo, traz consigo outros elementos que consolidam uma nova etapa. Assim, em nosso entendimento, os Estados na América Latina surgem efetivamente com o desenrolar das lutas de independência a partir do século XIX. Não foram objetos de nosso estudo, portanto, as estruturas administrativas do período colonial, tais como Vice-reinos, Audiências, Capitanias, etc. Tampouco o foram as estruturas políticas pré-coloniais, como as oriundas dos povos incas, astecas, maias, guaranis, mapuches, dentre outros.

De igual modo, não incluímos em nossa análise as situações de regiões que ainda permanecem sob o domínio colonial em pleno século XXI, como os casos de Porto Rico, da Guiana Francesa, Ilhas Malvinas, Martinica, Guadalupe e outras ilhas do Caribe. Isto não significa que as mesmas não apresentem semelhanças para com os demais países latino-americanos, mas sim que na medida em que o domínio sobre elas é assegurado ainda por uma estrutura político-militar que ultrapassa os limites da economia, em seus vínculos com as metrópoles não é garantida uma relação de soberania formal²⁹. A situação é parecida com a

²⁸ Pensemos, por exemplo, no caso da Jamaica, colonizada por britânicos e comparemos seu desenvolvimento histórico com o Brasil, ex-colônia de Portugal. Há mais semelhanças entre esses dois países, ainda que tenham como base línguas diferentes, do que com os Estados Unidos e o Canadá, também ex-colônias britânicas.

²⁹ A respeito do colonialismo ainda vigente em pleno século XXI recordemos as palavras do martinicano Aimé Césaire: “Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita seu funcionamento é uma civilização decadente. Uma civilização que escolhe fechar os olhos ante seus problemas mais cruciais é uma civilização ferida. Uma civilização que engana a seus próprios princípios é uma civilização moribunda. O fato é que a civilização ‘europeia’, a civilização ‘ocidental’, tal como foi moldada por dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas que sua existência originou: o problema do proletariado e o problema colonial. Esta Europa, citada ante o tribunal da ‘razão’ e ante o tribunal da ‘consciência’, não pode justificar-se; e se refugia cada vez mais em uma hipocrisia ainda mais odiosa, porque tem cada vez menos probabilidades de enganar. A Europa é indefensável.” (CÉSAIRE, 2010, p. 15).

diferença existente entre o escravo e o trabalhador assalariado. Ambos estão sob o domínio de outrem, no entanto, o trabalhador assalariado possui formalmente a liberdade de venda sobre sua força de trabalho, garantindo assim igualdade jurídica ante o capitalista. Igualdade esta não existente entre o escravo e o senhor.

Outra situação singular que não foi objeto de nossa análise é o caso cubano. Obviamente Cuba faz parte da América Latina, no entanto, por ter realizado em 1959 sua própria Revolução Socialista que aboliu a propriedade privada, o Estado em Cuba não pode mais ser entendido no âmbito da análise do capitalismo dependente, como é a situação dos demais países da região.

É preciso dizer ainda das dificuldades metodológicas que a análise da particularidade do Estado na América Latina implica. Devido à posição intermediária ocupada pela categoria particularidade, exige-se um esforço teórico para não confundir o que é próprio deste nível de abstração com o que é universal ao Estado no capitalismo, nem com o que é singular a cada Estado enquanto formação sócio-histórica específica. Além disso, enquanto categoria que possui como vimos uma existência real própria, anterior à ideação, o Estado está sujeito aos movimentos da própria realidade e, portanto, ao desenrolar da história segundo o movimento contraditório da luta de classes. O fato de não podermos incluir o Estado cubano em nossa análise exemplifica bem isto. Assim, este trabalho só pode ter caráter provisório e jamais definitivo.

1.1.3 Sobre a relevância dessa pesquisa

Há algumas décadas o tema do Estado tem ocupado lugar de destaque nos debates políticos e intelectuais, seja em concepções à direita ou à esquerda. Esta tem sido uma tendência geral do mundo, sobretudo devido aos processos recentes de mundialização, ou globalização no linguajar mais midiático.

Estas discussões também envolveram particularmente a América Latina. No final dos anos 1980, o debate sobre o Estado era uma necessidade imprescindível devido ao fim das ditaduras cívico-militares que haviam arrebatado durante anos praticamente toda a região. O Estado era abordado, portanto, no âmbito da transição da ditadura para os regimes democráticos, na formação de novas constituições nacionais, etc.

Já a partir dos anos 1990, com a volta da democracia formal e nos marcos da ascensão dos governos neoliberais, o debate se intensificou devido às drásticas

transformações pelas quais passaram as políticas governamentais e a própria estrutura administrativa dos Estados. Privatizações, abertura comercial, desnacionalização, acordos de livre comércio, maquiladoras e a dívida galopante, passaram a ser temas recorrentes.

No entanto, segundo Jaime Osório, nos estudos sobre o Estado desenvolvidos durante essa época:

Tende a predominar uma visão que – com argumentos variados – defende que as mudanças derivadas da mundialização provocam a deterioração ou inclusive a desintegração do Estado, a morte anunciada do Estado-Nação, em especial porque se nota uma crescente perda da soberania, uma espécie de atomização do poder político, seja pela emergência de novos centros de poder, seja pelo surgimento de diferentes novos atores (multinacionais, capital financeiro, sociedade civil, organizações não-governamentais, novos movimentos sociais, etc.). (OSORIO, 2014, p. 09).

Pensamos, ao contrário dessas teses, que o Estado é cada dia mais central na reprodução da sociedade capitalista. De fato, “não se pode conceber a etapa neoliberal do capitalismo sem ter em conta que sua implementação e expansão durante os anos 1980 e 90 dependeu da presença e intervenção do Estado” (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 114). Isto desmistifica a ideia propagada de Estado mínimo, uma vez que não é condizente com o que de fato significou: um estado continuamente reestruturado, em movimento, para atender os interesses do capital em cada época.

O Estado foi, e é, o principal agente que desestruturou a regulação da força de trabalho por meio da legislação trabalhista e de contrarreformas sociais. Ele foi, e é, o principal promotor da flexibilização das relações de trabalho e o realizador direto das privatizações e incentivos às multinacionais, além de reproduzir, a partir de suas políticas econômicas austeras, as desigualdades estruturantes que persistem na história do desenvolvimento capitalista dependente latino-americano.

Assim, ao “contrário do que se propaga, a intervenção do Estado capitalista, e não o mercado, é hoje mais importante que no passado para garantir a reprodução do sistema” (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 113).

Mas isso, como já vimos, não significa que o chamado “mercado”, ou melhor dito, o capital, não tenha nada que ver com esses processos. Pelo contrário, isto porque compreendemos que o Estado, assim como disse Marx, não é outra coisa que não “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 42).

De fato o Estado é uma importante força estrutural e espaço estratégico da sociedade capitalista sob controle da burguesia. Sua principal função é garantir a reprodução ampliada

do capital de maneira que para isto é imprescindível assegurar a valorização do capital e a reprodução da força de trabalho segundo suas necessidades, como veremos mais adiante.

Mas para garantir a permanência da reprodução das relações de exploração, é indispensável a reprodução das relações de dominação. Assim que desde a compreensão da sociedade por meio da perspectiva da luta de classes, a reprodução das relações sociais é também reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe. E este “é um processo eminente político, em que as classes dominantes têm no Estado o instrumento privilegiado de exercício de seu poder” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 74).

Este espaço privilegiado exercido pelo Estado reside:

[...] em sua constituição mais íntima como árbitro soberano sobre as leis e, por tanto, acima da lei. [...] Os “estados de emergência” podem ser sempre decretados quando as condições da crise em intensificação tornarem tal curso de ação a “maneira adequada”, mesmo sem qualquer envolvimento militar. (MÉSZÁROS, 2015, p. 58).

É assim que o Estado é para Mézáros (2015), junto ao trabalho e o capital, um dos três pilares do sistema capitalista. O trabalho é a fonte de toda a riqueza; o capital, a apropriação do trabalho alheio; e o Estado, o garantidor da apropriação do trabalho alheio pelo capital.

Este trabalho tem importância, portanto, diante da centralidade da categoria Estado no capitalismo e na dinâmica da luta de classes, tanto estruturalmente quanto na conjuntura mais recente, bem como pela centralidade que teve e tem o Estado na consolidação do capitalismo dependente, portanto da superexploração da força de trabalho e das políticas que a solidificam.

Tem importância também diante do fato de que o sistema capitalista mundial, em seu desenvolvimento desigual e combinado, formou diferentes regiões (centro e periferia) onde a reprodução do capital segue determinadas particularidades. Assim, as discussões sobre o Estado na América Latina não podem ser levadas adiante sem as devidas mediações impostas pela particularidade do capitalismo dependente. De fato, os processos políticos recentes que depuseram os presidentes de Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019), e o uso indiscriminado da categoria Estado de exceção para tratar nossas realidades, evidenciam esta debilidade.

No âmbito da Teoria Marxista da Dependência, alguns trabalhos buscaram avançar nesse sentido, como os estudos de Ruy Mauro Marini sobre o Estado de contrainsurgência, categoria desenvolvida por ele para tratar das ditaduras cívico-militares latino-americanas, ou

mais recentemente, o livro de Jaime Osório *O Estado no centro da mundialização*³⁰. Apesar dos méritos, essas são contribuições ainda insuficientes para esgotar o tema.

Por outro lado, a conjuntura recente também tem reforçado a importância do Estado para a acumulação capitalista. O caso do crescimento da dívida pública³¹, verificado no Brasil principalmente desde o Plano Real de 1994, e as disputas pelo excedente³² através do Estado, seja por meio da contrarreforma da previdência ou do corte em políticas sociais, são exemplos disso.

³⁰ Dentre as gerações mais novas, vale a pena mencionar a tese de doutorado de Maíra Bichir “*A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência*”.

³¹ Sobre este tema, recomendamos para o caso brasileiro acompanhar o trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).

³² Sobre o conceito de excedente econômico ver BARAN, Paul A.. *A Economia Política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

2 ESTADO, MERCADO E FORMA VALOR

2.1 O LEVIATÃ TEM CLASSE: ESTADO E MARXISMO

“E, quanto ao alemão, na minha opinião pessoal ele está no seu direito, e mais até do que a parte contrária, pois entrou no crocodilo dele sem pedir licença, e não foi ele quem entrou no crocodilo de Ivan Matviétch, que, aliás, tanto quanto posso lembrar, nunca possuiu sequer um crocodilo. Ora, o crocodilo constitui uma propriedade e, por conseguinte, não se pode abrir-lhe a barriga sem uma compensação.”

(Fiódor Dostoiévski, O Crocodilo, 2000)³³

A mesma concepção interesseira e alienada da ciência burguesa que a leva a transformar em leis eternas da natureza aquelas oriundas de constructos sociais e históricos frutos de seu modo de produção e de propriedade, também a leva a apresentar o Estado sobre uma forma fetichizada. Para a burguesia, o Estado é uma existência soberana que domina tiranicamente a humanidade, um Leviatã na metáfora de Thomas Hobbes, mas que apesar de sua dominação, estaria destinado a representar, em última instância, os anseios da universalidade do povo.

Apenas a análise desde a perspectiva de classes, ou seja, a análise marxista, foi capaz de desvelar este aparente mistério entre dominação e representação. A esse respeito, Engels afirma em seu texto *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884, que:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 203).

Já Marx, ainda que não tenha estruturado uma obra particularmente dedicada ao tema, recorda que o “poder político [o Estado] é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 59). Lenin, por sua vez, mostra que um dos

³³ Da novela inacabada de Dostoiévski, *O Crocodilo*, fica a lição. Na sociedade burguesa, assim como na barriga de um crocodilo, o limite último da liberdade é o limite da propriedade privada.

objetivos do Estado “[...] é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.” (LENIN, 2010, p. 27-28).

Desta forma, de fato há uma parcela de verdade no argumento frequente de que o Estado representa a universalidade da sociedade. Mas é uma verdade apenas no nível da aparência. Marx mostra claramente que: “Só em nome dos interesses universais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar o domínio universal.” (MARX, 2013, p. 160).

Essa separação entre uma aparência de universalidade e uma essência de classe no Estado, é uma construção da sociedade burguesa e é fruto do processo que separou formalmente o poder político do poder econômico.

O Estado feudal não buscava representar a totalidade da sociedade feudal, como supostamente o Estado moderno representa; isto porque nele a vida política e a vida não-política são uma mesma coisa³⁴. Mas na formação da sociedade moderna, a burguesia separa artificialmente a vida privada³⁵ da vida pública.

A vida política, em sentido moderno, é o escolasticismo da vida do povo. [...] A abstração do Estado como tal pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do Estado político é um produto moderno. [...] Na Idade Média, a vida do povo e a vida política são idênticas. (MARX, 2013, p. 58).

Na sociedade burguesa, ao contrário, “[...] assim como os cristãos são iguais no céu e desiguais na terra, também os membros singulares do povo são iguais no céu de seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade.” (MARX, 2013, p. 103).

O Estado moderno, ao estabelecer a igualdade formal abstrata entre os homens³⁶, se exime diante das desigualdades reais da humanidade; ele se liberta aparentemente de uma limitação sem que de fato o ser humano fique livre dela. Afirma, por exemplo, ser livre da religião mesmo que a maioria esmagadora da população seja religiosa, e essa população não deixa de ser religiosa simplesmente por sê-la em privado. O Estado anula formalmente as

³⁴ Perguntamo-nos como era essa relação entre vida privada e vida pública nas sociedades pré-coloniais. É muito provável que nelas, assim como no caso do feudalismo, também não houvesse essa separação entre vida privada e vida pública, uma vez que nas mesmas não havia a separação formal entre o político e o econômico.

³⁵ Vida privada entendida não como simples vida íntima, mas como vida burguesa.

³⁶ O próprio uso da palavra homem enquanto sinônimo de humanidade revela muita coisa do ponto de vista da dialética singular-particular-universal. De fato os homens não representam a universalidade do gênero humano, mas do ponto de vista da democracia burguesa representaram durante muito tempo a universalidade dos cidadãos. O voto, enquanto expressão da igualdade formal, por exemplo, só foi adquirido pelas mulheres na maioria dos países durante o século XX, sobretudo após as conquistas da Revolução Russa de 1917. Na América Latina, o primeiro país a permitir o voto feminino foi o Equador em 1929. Essa exclusão das mulheres da igualdade formal tem origem no papel reservado a elas no capitalismo, que é a responsabilidade pelo trabalho doméstico, produtor de valor de uso e não de valor (BAMBIRRA, 1971). A igualdade jurídica surge como fundamento da generalização da forma valor que pressupõe a produção de mercadorias e não de simples valores de uso. Assim, não é ao acaso que o sufrágio feminino tenha sido conquistado na esteira do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

diferenças por nascimento, estamento, formação ou profissão ao declarar todos os seres humanos iguais perante a lei. No entanto, permite que essas diferenças continuem existindo na vida concreta na medida em que as considera diferenças que fogem de seu âmbito, o âmbito da política e da vida pública, e dizem respeito à vida privada.

Assim, na relação entre o Estado e a sociedade burguesa, como na relação entre o céu e a terra de que falamos, a antítese é a mesma: nega-se a vida terrena ainda que se seja obrigado a reconhecê-la.

Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. (MARX, 2010b, p. 40).

No entanto, diante das mazelas da sociedade burguesa, o Estado mostra sua verdadeira face, isto porque:

Ele está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências da natureza associal dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a lei natural da administração é a impotência. (MARX; ENGELS, 2010b, p. 39).

De modo que se quisesse eliminar a impotência de sua administração frente à questão social, o Estado moderno teria antes de eliminar a própria vida privada, e ainda, se quisesse eliminar a vida privada teria primeiro de eliminar a si mesmo, já que só existe enquanto antítese dela. No entanto, opondo-se à verdade, o Estado busca a explicação para o vale de lágrimas da vida humana em outras pradarias que não as do sistema capitalista (Pinto, 2008); trata desta maneira a miséria como fundada nas leis da natureza, segundo as quais a população sempre tende a crescer mais rapidamente que os meios para sua subsistência. Por outro lado, explica a pobreza a partir da má vontade dos pobres para o trabalho, ou ainda por meio do fato de este ou aquele partido adversário ter guiado o timão do Estado.

Mas é claro como a luz do sol que o Estado não pode remediar os flagelos da sociedade burguesa. Isto porque:

O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais (e são só eles que estão em questão aqui, dado que nesse assunto, o proprietário de terra também aparece, em primeira linha, em sua qualidade de capitalista) tampouco quer o seu Estado. (ENGELS, 2015, p. 99-100).

A forma, portanto, que “o assunto universal assume em um Estado que não seja o Estado do assunto universal pode ser, apenas, uma não-forma, uma forma que engana a si mesma, que contradiz a si mesma, uma *forma aparente*, que se mostrará como uma tal aparência.” (MARX, 2013, p. 88).

De tal maneira que a igualdade entre os seres humanos é transformada numa formalidade, numa cerimônia, e ainda que as constituições burguesas preguem liberdades irrestritas, constantemente remetem a leis orgânicas futuras que devem regular o gozo desses princípios. “Mais tarde, essas leis orgânicas foram implementadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal modo que a burguesia, ao gozar dela, não ficasse chocada ao ver as demais classes gozarem dos mesmos direitos.” (MARX, 2011b, p. 42).

Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida [...]; mas, totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia. Marx percebeu perfeitamente esse traço essencial da democracia capitalista, ao dizer, na sua análise da experiência da Comuna: os oprimidos são autorizados, uma vez a cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no Parlamento, os representará e reprimirá! (LENIN, 2010, p. 107-108).

Com as leis passa o mesmo. O direito humano à liberdade é transformado no direito humano à propriedade³⁷, e o “interesse do direito pode falar enquanto for o direito do interesse, mas deve calar assim que colide com esse segundo interesse sagrado.” (MARX, 2017b, p. 124). Cada ser humano passa, então, a ver no outro não a realização, mas a restrição de sua própria liberdade.

Por conseguinte, a liberdade “continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão.” (LENIN, 2010, p. 106). De tal sorte que a democracia é truncada e desfigurada, e neste processo o

³⁷ De fato, o Artigo 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, afirma que “O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a *propriedade*, a segurança e a resistência à opressão.” (ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA, 1789, Grifo nosso).

Estado utiliza-se de duas instituições das mais típicas de sua existência: a burocracia e o exército permanente (Lenin, 2010).

Fazem-se leis para garantir a “inviolabilidade” dos funcionários públicos e o mais insignificante agente de polícia passa a ter mais “autoridade” que qualquer representante dos antigos clãs, com a diferença de que enquanto entre esses últimos a autoridade provinha do respeito voluntário, entre os agentes do Estado é “imposta pelo cacete” (LENIN, 2010, p. 32).

Desta maneira, a burocracia se torna um instrumento privilegiado na condução dessa vida dual do homem entre o Estado político e a sociedade burguesa. Ela se considera o fim último do Estado e transforma os fins “formais” em seu conteúdo. Seu espírito é o segredo, o mistério, o espírito de corporação.

Por isso o espírito público do Estado, assim como a disposição política aparecem para a burocracia como uma *traição* de seu mistério. A autoridade é, portanto, o princípio de seu saber e o culto à autoridade é a sua *disposição*. No seu interior, porém, o *espiritualismo* se torna um *materialismo crasso*, o materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do mecanismo de uma atividade formal, fixa, de princípios, ideias e tradições fixas. (MARX, 2013, p. 72)

O aparato burocrático do Estado também desempenha papel estratégico ao abrigar o excesso populacional da pequena burguesia, suplementando através de vencimentos estatais o que seus integrantes individuais não conseguem amealhar na forma de lucro, juros e rendas e, além disso, amortizando conflitos.

Já a formação de uma força de polícia e exército permanentes supostamente serve para garantir a ordem. Mas, garantir a ordem significa, em termos burgueses, garantir o pleno funcionamento da sociedade burguesa com todas suas mazelas.

Não atoa, após os “honoráveis republicanos” terem feito a bandeira tricolor, seu símbolo, percorrer todo o mundo, produziram uma invenção que por si só traçou o mesmo caminho: o estado de sítio. Excelente invenção, periodicamente utilizada em cada crise subsequente no curso da Revolução Francesa. (MARX, 2011b, p. 46).

Assim, é preciso compreender que mesmo que a democracia burguesa seja uma das formas mais avançadas do Estado moderno, ao reconhecer uma igualdade formal entre os cidadãos, ela é ainda, apenas uma das variantes do Estado, e como tal é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens, seja através da burocracia ou da repressão. Nas palavras de Rosa Luxemburgo:

O Estado atual é, antes de tudo, uma organização da classe capitalista dominante. Se ele se impõe a si mesmo, no interesse do desenvolvimento social, funções de interesse geral, é unicamente porque e somente na medida em que esses interesses e o desenvolvimento social coincidem, de uma maneira geral, com os interesses da classe dominante. A legislação operária, por exemplo, é feita tanto no interesse da

classe capitalista, como da sociedade em geral. Mas essa harmonia não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista. Quando este desenvolvimento tiver atingido certo nível, os interesses da burguesia, enquanto classe e os do progresso econômico começam a chocar-se, mesmo no sentido capitalista. (LUXEMBURGO, 2010, p. 52).

A forma democrática do Estado burguês, portanto, não é um limite que não possa ser ultrapassado e apenas a supressão das classes poderá transformar a igualdade formal em igualdade real. No entanto, como salienta Lenin, a sociedade capitalista oferece uma democracia mais ou menos completa nas suas “mais favoráveis condições de desenvolvimento” (LENIN, 2010, p. 106). É neste sentido que, para analisar a particularidade do Estado na América Latina é imprescindível analisar a particularidade de seu desenvolvimento econômico.

2.2 O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO

“Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.”

(Eduardo Galeano, As Veias Abertas da América Latina, 2010).

No ensaio *Dialética da Dependência*, de 1973, o brasileiro Ruy Mauro Marini afirma que nas análises sobre a América Latina os pesquisadores marxistas geralmente incorrem em dois tipos de erros: “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceita-lo em sua formulação pura.” (MARINI, 2005a, p. 137).

De fato, não é por acaso que esse tipo de equívocos acontece, mesmo entre marxistas. Como já vimos, a posição intermediária da categoria particularidade gera dificuldades para precisar nos fenômenos reais os traços que lhe são próprios. Assim, a substituição do concreto pelo conceito abstrato decorre frequentemente de análises mecanicistas que na aplicação de categorias próprias da universalidade capitalista não logram compreender a particularidade histórica latino-americana, e constantemente mais mascaram em vez de evidenciar as contradições de nossas sociedades. Já as análises que adulteram o conceito em nome de uma realidade rebelde, incorrem no erro justamente por privilegiarem os elementos singulares. Desprezam assim a articulação dialética do singular com o universal, e

encontram na América Latina um excepcionalismo quase que exótico e que não tem razões de ser.

Essas dificuldades nascem da forma particular como o capitalismo latino-americano se desenvolveu historicamente e está inserido no sistema capitalista mundial. Nesse sentido, as análises mais gerais sobre o desenvolvimento do capitalismo não são suficientes para garantir a compreensão da realidade latino-americana.

Em outros termos, é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado. (MARINI, 2005a, p. 138-139).

É nesse sentido que, para Marini (2005a), a ortodoxia marxista se reduz em última instância ao rigor conceitual e metodológico, nada tendo que ver com as limitações na investigação desencadeadas pelo dogmatismo.

A partir de uma visão complementar e distante da delimitação de dependência de Marini, André Gunder Frank³⁸, por sua parte, demonstrou como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são nem estágios diferentes da economia capitalista, muito menos processos históricos desconexos. Em suas palavras:

El desarrollo y el subdesarrollo económico son las caras opuestas de la misma moneda. Ambos son el resultado necesario y la manifestación contemporánea de las contradicciones internas del sistema capitalista mundial. [...] Un único proceso histórico de expansión y desarrollo capitalista en todo el mundo ha generado simultáneamente – y continúa generando – desarrollo económico y subdesarrollo estructural. (FRANK, 1973, p. 21).

Do ponto de vista histórico, a América Latina foi forjada no calor da expansão comercial europeia do século XVI e esteve, desde o início, atrelada com a dinâmica do desenvolvimento do capital europeu.

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005a, p. 140).

O desdobrar da revolução industrial no século XIX coincide historicamente na região com as lutas pela independência. Mas a estrutura social e econômica criada em 300 anos de

³⁸ Enquanto para André Gunder Frank a dependência econômica teria começado com a colonização da região pela Europa, para Marini o marco histórico da dependência se encontra nos processos de independência política de início do século XIX. Marini diferencia, portanto, colonização de dependência.

colônia³⁹ fará surgir um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra, lugar onde a grande indústria mais havia se desenvolvido até então. “Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa” (MARINI, 2005a, p. 140).

Neste processo, a produção de matérias-primas e bens salários da América Latina “contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial [dos países centrais] se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2005a, p. 144). Mas a contraparte dessa passagem do predomínio da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais é o recurso à acumulação baseada na exploração do trabalhador nos países periféricos.

As relações entre a América Latina e os centros capitalistas passam, então, a se inserirem nos marcos da divisão internacional do trabalho, em que os primeiros se especializam na produção de matérias primas e alimentos, enquanto os últimos desenvolvem a produção de mercadorias industrializadas.

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005a, p. 141).

A dependência é, portanto, o modo particular da produção capitalista na periferia do sistema em um momento histórico do capitalismo em geral de consolidação dos monopólios sob o controle da oligarquia financeira. O capitalismo dependente, conseqüentemente, “não elimina as leis de funcionamento do capitalismo monopólico em geral, são essas leis que assumem uma forma particular [...] nos países dependentes” (DOS SANTOS, 2018, p. 65).

A estrutura dependente gerada a partir da nova fase de constituição dos Estados Nacionais da América Latina e pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho é reforçada também por meio do processo de transferência de valor dos países periféricos aos

³⁹ De capitalismo colonial, segundo a obra “*Economía de la Sociedad colonial*” do argentino Sergio Bagú.

países centrais, que tenderão a modernizar-se para cumprir as funções indicadas pelo aparato tecnológico. Através da transferência de valor:

Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela da ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. (MARINI, 2012, p. 52).

Este fenômeno foi inicialmente identificado pelo economista argentino Raúl Prebisch através da análise do comércio exterior entre a América Latina e os países centrais. Prebisch verificou que enquanto os preços dos produtos exportados pela América Latina (bens primários) tendiam a decrescer, aqueles importados dos países centrais (manufaturas), pelo contrário, se elevaram ao longo dos anos. A este processo, chamou de deterioração dos termos de troca.

A Teoria Marxista da Dependência avançou mais neste debate ao demonstrar que o problema nas relações entre economias periféricas e centrais ia muito além das simples relações comerciais centradas na análise dos preços; trabalhou, assim, a essência das relações internacionais: a teoria do valor manifesta na particularidade da periferia. Como afirmam Orlando Caputo e Roberto Pizarro:

[...] el problema del deterioro de los términos del intercambio es un fenómeno importante en la comprensión de las relaciones económicas entre países desarrollados y subdesarrollados; sin embargo, creemos que no tiene primera prioridad ya que la crisis del comercio exterior y, en definitiva, la comprensión de las relaciones económicas entre estos países debe buscarse en la transferencia que hacen los países subdesarrollados a los desarrollados, por concepto de servicios financieros. Ambos fenómenos, siendo importante establecer la prioridad de ellos, demuestran el carácter explicativo de las relaciones económicas dentro del sistema capitalista, que tiene su base en el proceso de concentración y monopolización de la economía capitalista. (CAPUTO; PIZARRO, 1982, p. 17).

Assim, a transferência de valor abarca mais fenômenos do que a simples deterioração dos termos de troca, e envolve mecanismos de preço baseados tanto na produtividade como no monopólio da produção (Marini, 2005a), bem como pagamento de royalties, serviços estrangeiros, juros, etc. Seu elemento central é o que o mecanismo de preço oculta: a relação de trabalho presente na conformação de relações internacionais com distintas composições orgânicas do capital.

Desta maneira, as relações de dependência não são, para a Teoria Marxista da Dependência, simples fruto de pressão diplomática e militar realizada por nações industriais. Ainda que estes recursos extra-econômicos sejam recorrentes, só são possíveis por existir por trás uma base econômica que lhes dá sustentação. Na fórmula clássica de Marini:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca. (MARINI, 2005a, p. 150).

Diante da transferência de valor, as classes dominantes das nações desfavorecidas mais do que tentarem corrigir o desequilíbrio entre os preços e os valores de suas mercadorias exportadas, “procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.” (MARINI, 2005a, p. 153).

O “modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 2005a, p. 155) encontrado pelos capitalistas da periferia é a utilização de três mecanismos: o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e:

[...] finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2005a, p. 154-155).

Nesses três casos, a característica principal está em que são negadas aos trabalhadores as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho.

[...] nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005a, p. 156-157).

A superexploração se trata, portanto, de uma forma particular de exploração inerente à engrenagem geral de produção e reprodução do capital a partir da condição de dependência da América Latina. Na opinião de Jaime Osório esta particularidade estaria em ser:

[...] uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado - no momento de sua compra e venda -, seja no próprio processo de trabalho - por um desgaste ‘anormal’, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. (OSÓRIO, 2013, p. 49).

Essa diferenciação entre valor diário e valor total da força de trabalho é crucial para compreender melhor a categoria superexploração. Marx já havia dito n’*O Capital* que “o valor diário da força de trabalho é calculado sobre a base de certa duração da vida do trabalhador, a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho” (MARX, 2014, p. 609).

Isto implica que o produtor deve se apresentar no mercado de trabalho com uma determinada quantidade de anos, pautado pelas condições de saúde e pela esperança de vida alcançadas em períodos históricos específicos, em que a *vida laboral* deve constituir *uma parte da vida total* dos produtores, fronteira que, como a jornada de trabalho, é definida pela força dos antagonismos, numa “guerra civil” de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. (OSORIO, 2013, p. 59).

Deste modo, a superexploração da força de trabalho implica na desigualdade intensa desde seu nascimento na relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, expressando-se no preço do salário inferior à necessidade diária de reposição da força de trabalho. Ou, ainda, quando a intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho são tais que por meio do salário é impossível repor o desgaste da força de trabalho total. Este último caso tende a se expressar, dentre outras consequências sociais, através das baixas expectativas de vida das populações dos países periféricos.

A superexploração da força de trabalho não pode ser entendida, portanto, de forma genérica, como uma simples mais exploração - ainda que frequentemente represente isso - já que, como demonstrou Marx, é possível explorar mais mesmo mantendo-se a igualdade entre salário e força de trabalho, como nos casos do recurso à mais-valia absoluta e relativa.

Outro entendimento equivocado que precisa ser evitado é identificar a superexploração como sinônimo de atrofia das condições biológicas de vida do trabalhador. Ainda que essas atrofias, como a desnutrição, sejam também características da superexploração, é necessário recordar que o valor da força de trabalho contém em si elementos histórico-morais que vão além da simples biologia. Assim, sendo o ser humano um ser social, sua reprodução exige muito mais que apenas nutrientes. A respeito disto, Jaime Osorio recorda que:

Para o pensamento liberal é um escândalo que os trabalhadores consumam televisores, quando – se afirma – deveriam destinar o salário ao consumo prioritário de alimentos ou de saúde, seja para si mesmos ou para seus filhos. O que este pensamento não entende é que as necessidades sociais, como ter uma televisão, têm um peso enorme justamente porque são sociais, no sentido das formas de existência em um tempo determinado. Se nos lugares de trabalho se comenta a respeito da última partida de futebol, na banca de verduras ou na mercearia se conversa sobre a novela ou sobre o *reality* que está na moda, os sujeitos se inclinam a consumir um

bem que os permita a participar da sociabilidade reinante. Em poucas palavras, reproduzir a força de trabalho não é alimentar cavalos, em que com um fardo de alfafa se resolve tudo. A força de trabalho repousa no corpo de seres humanos que não podem viver e se reproduzir como na época das cavernas. Portanto, superexploração não pode se confundir com pobreza *absoluta*. (OSORIO, 2016, p. 513).⁴⁰

Por tudo isso, Marini defende que a superexploração é mais bem definida “pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade” (MARINI, 2005b, p. 189).

O recurso à superexploração da força de trabalho bem como o caráter exportador das economias latino-americanas, configuram no capitalismo dependente um ciclo do capital particular, como veremos com maior profundidade no próximo capítulo.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrado portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2005a, p. 162).

Neste sentido, a tendência das economias dependentes é a explorar ao máximo a força de trabalho sem se preocupar em criar condições para sua reposição, visto que o consumo da classe trabalhadora desempenha papel marginal na realização das mercadorias. Nas palavras de Marini: “O capitalismo brasileiro [e latino-americano] é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve para a realização dos bens que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele.” (MARINI, 2012, p. 262). E isto é fator decisivo para a caracterização do mercado interno das economias dependentes.

Na economia dos países centrais, a formação do mercado interno foi a contrapartida do processo de acumulação primitiva. Ao separar o produtor direto dos meios de produção, o capital não só criou o trabalhador assalariado, como também o consumidor. A produção de meios de subsistência do operário que anteriormente eram produzidos diretamente por ele, foi incorporada ao capital como capital variável e só são acessadas pelo trabalhador por meio do salário.

⁴⁰ Surpreendeu-me durante as aulas das disciplinas do Mestrado descobrir que ainda é prática recorrente entre muitas assistentes sociais o questionamentos a certos “luxos” dos trabalhadores quando visitam seus domicílios.

Existe, pois, uma estreita correspondência entre o ritmo da acumulação e o da expansão do mercado. A possibilidade que tem o capitalista industrial de obter no exterior, a preço baixo, os alimentos necessários ao trabalhador, leva a estreitar o nexo entre acumulação e o mercado, uma vez que aumenta a parte do consumo individual do operário dedicada à absorção de produtos manufaturados. É por isso que a produção industrial, nesse tipo de economia, concentra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e portanto [...] na taxa de mais-valia. (MARINI, 2005a, p. 168).

Já no capitalismo dependente, devido ao predomínio da economia exportadora e à centralidade da superexploração da força de trabalho para o processo de acumulação, o mercado interno será relativamente pequeno e desigual. Mesmo o processo de industrialização pelo qual alguns países da região passaram⁴¹ foi incapaz de resolver esta situação.

Com a industrialização as contradições oriundas da economia exportadora ganham nova complexidade. Já não é apenas a dissociação entre produção e circulação de mercadorias que opera, mas sim “a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia” (MARINI, 2005a, p. 171).

Estratifica-se assim o mercado interno em duas esferas de circulação, e enquanto a esfera baixa, que é baseada na produção interna e é onde se encontram os trabalhadores, sofre frequentemente com restrições de mercado oriundas dos níveis de superexploração da força de trabalho, a esfera alta, de consumo das classes mantidas por meio da mais-valia, e altamente relacionada ao comércio de importação, tende a se expandir. Nesse sentido, a fórmula de André Gunder Frank (1973) “desenvolvimento do subdesenvolvimento” para caracterizar a industrialização dependente é precisa.

Como podemos ver:

O capitalismo dependente é, portanto, essencialmente excludente em seu crescimento, o que só faz aumentar a instabilidade e o desequilíbrio interno da sociedade. Consequentemente, o equilíbrio político do regime se vê ameaçado pela crescente pressão de consumo das massas que não podem ser absorvidas, além da pressão normal dos setores já absorvidos pelo sistema. Isto cria uma situação estrutural de instabilidade política que obriga a classe dominante a instaurar uma política de força para garantir a sobrevivência do sistema. (DOS SANTOS, 2018, p. 63-64).

É nesse âmbito que o Estado se configura enquanto instrumento essencial das burguesias dependentes na garantia da acumulação capitalista e dominação política. E desde

⁴¹ A respeito da industrialização na América Latina, o livro de Vânia Bambirra, “*O Capitalismo dependente latino-americano*” é preciso ao mostrar as particularidades do desenvolvimento industrial de cada país da América Latina. Vânia separa os países da região em três categorias: Tipo A) que já haviam se industrializado antes da expansão do capital monopolista em direção à América Latina, ou seja, que possuíam uma indústria de capital nacional prévia à indústria estrangeira; Tipo B) que se industrializaram sob o controle direto do capital estrangeiro; e Tipo C) que ainda não se industrializaram.

essa perspectiva que investigamos a particularidade do Estado na América Latina. Para tanto, foi necessário antes, discutir os elementos mais abstratos de determinação do Estado. Vejamos a seguir.

2.3 DETERMINAÇÕES DO ESTADO A PARTIR DA FORMA VALOR

“De fato, o universal se reflete nos objetos concretos, como a nação. Portanto, mediante esses objetos, chega-se ao universal. O universal não se dá a conhecer como tal, direta e abstratamente. É por meio do seu reflexo nas circunstâncias que o apreendemos. A nação ‘medeia’, se me permite, o universal. Mas, não é o próprio universal”.

(Alberto Guerreiro Ramos, Mito e Verdade da Revolução Brasileira, 2016).

Já comentamos anteriormente sobre a importância da construção do mercado interno na conformação da nação e do Estado Nacional. Nossa intenção aqui é esclarecer ainda mais essa relação, para entendermos desde esse ponto de vista as implicações das particularidades do mercado interno latino-americano sobre a constituição de seus Estados.

No debate teórico sobre as determinações da construção dos Estados e Nações, várias são as polêmicas. Alguns autores, tais como Immanuel Wallerstein e Étienne Balibar⁴², defendem que apenas à luz de processos históricos concretos podem ser identificadas as determinações essenciais de Estados e Nações, e que estas jamais podem ser encontradas em relações abstratas. Já outros intelectuais, como o boliviano Álvaro García Linera, o guatemalteco Edelberto Torres Rivas e o egípcio Samir Amin encontram determinantes mais abstratos do que a própria história para definir nação e Estado.

Ainda assim, segundo Edelberto Torres Rivas: “Es precisamente su naturaleza histórica lo que coloca al concepto de nación en el centro de una interminable polémica de la que, por lo visto, cada generación debe hacerse cargo.” (RIVAS, 2011, p. 87).

De fato mesmo entre os autores que trabalham os conceitos de Estado e Nação desde uma perspectiva mais abstrata há polêmicas. Samir Amin, por exemplo, entende a categoria nação para além do modo de produção capitalista. Segundo o autor egípcio:

Stalin reduce esta realidad social [a nação] al mundo capitalista moderno, planteando como una de las exigencias de la nación la existencia de un mercado capitalista integrado. La disminución de este fenómeno social es inaceptable: pues es claro que la China imperial o Egipto a través de los milenios, no constituyen conglomerados de pueblos – que sean heterogéneos u homogéneos por la lengua y la cultura -, que son desde este punto de vista muy diferentes de la Galia o de

⁴² Segundo Linera (2010), os autores defendem essa tese em: BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, clase, nación**. Madrid : Iepala, 1991.

Germania bárbaras lo mismo que de la India civilizada. La disminución de la cuestión, conduce además a una conclusión política, que estaba, en su origen: que el nacionalismo es una ideología burguesa, y que la ideología del proletariado no debería tener nacionalidad. Aquí, como es frecuente, el trotskismo no se diferencia, puesto que es hermano gemelo del stalinismo, y ambos son hijos legítimos – aunque “malditos” – del leninismo. (AMIN, 1973, p. 29-30).

Para a Amin, as bases da nação não podem ser encontradas, portanto, apenas no mercado interno. Deste modo, buscando explicar essa situação, Samir Amin apresenta sua interpretação das categorias etnia e nação. Segundo ele, a etnia supõe uma comunidade linguística e cultural e uma homogeneidade territorial, além da consciência dessa homogeneidade cultural (Amin, 1973).

A nação pressuporia a existência da etnia, mas sob mais determinações.

La nación aparece sí además, una clase social que controle el aparato central del estado, asegura una unidad económica a la vida de la comunidad. Esta definición es más amplia que la basada sobre el mercado capitalista; la clase en cuestión no es necesaria y exclusivamente la burguesía. La clase dominante controla siempre – por definición – al estado. Pero éste es un imperio (homogéneo étnicamente o no) o una nación si la formación constituye una unidad económica, es decir, que la organización de la generación del excedente como el de su circulación y su distribución se solidaricen con la suerte de las provincias. (AMIN, 1973, p. 30).

No entanto, apesar de reconhecer a existência da nação antes do capitalismo, Samir Amin encontra uma particularidade na nação durante o modo de produção capitalista:

Si el hecho nacional es anterior al capitalismo como se acaba de ver, **el modo de producción capitalista conduce el nivel nacional a un plano muy superior al que las formaciones precapitalistas habían conocido**. La razón de ello es que el grado de centralización económica es llevado a un nivel superior por **la generalización de la forma mercancía** del producto completo (y no únicamente del excedente), por la forma mercancía que el trabajo adquiere, asegurando – por la movilidad de la población – una mayor integración humana, y en fin, por la forma mercancía que el mismo capital adquiere, asegurando la integración del mercado (y especialmente, como se verá, la centralización de la gestión monetaria de la sociedad) y la circulación de la riqueza. Es sin duda la razón principal por la cual los marxistas han creído su deber reducir el fenómeno nacional a un fenómeno concomitante al capitalismo. (AMIN, 1973, p. 33, grifos nossos).

Reconhecendo a existência da nação antes do capitalismo, mas reforçando o caráter particular dessa categoria nesse modo de produção, o guatemalteco Edelberto Torres Rivas, afirma que:

Sí bien la nación como forma de existencia comunal aparece en el largo período precapitalista, **sólo en la sociedad burguesa encuentra su forma más acabada**, el estado nacional. [...] Lo nuevo de la nación burguesa es que al vincular a través del comercio y la industria – y no por el poder tradicional de un mandatario divino – regiones antes dispersas, o vinculadas irregularmente, cohesiona nacionalidades y les da una base territorial así como una lengua común. La tendencia unitaria la da la economía y no el emperador, y en el seno de esa diferencia es posible entender cómo el capital, la gran industria, destruye particularismos, uniforma nacionalidades y

generaliza las mismas relaciones entre las clases de la sociedad. (RIVAS, 2011, p. 87-88, grifo nosso).

Nesse aspecto, poderíamos afirmar que a nação se assemelha ao dinheiro, na medida em que, como afirmou Marx (2008a), existiu historicamente antes do capital, mas que, no entanto, assim como o dinheiro, ganha novo significado quando do pleno desenvolvimento do todo, ou seja, do modo de produção capitalista. É por isso que Edelberto Torres Rivas fala em nação moderna e a define como:

[...] un agrupamiento colectivo cuya especificidad está dada, en primer lugar por la naturaleza de la cohesión social interna, de un vigor sin paralelo en la historia, y que no es producto de la fuerza sino de una forma de poder integrador de clase. Es el desarrollo de las fuerzas productivas, el vehículo de una articulación económica y el poder del estado (de una naturaleza peculiar) de su correspondiente integración social, a través de relaciones que realizan al mismo tiempo la unidad contradictoria de las clases en el seno de la comunidad. En otras palabras, la forma nacional de la comunidad implica una sociedad en la que la relación de fuerzas entre clases sociales asegura no sólo cohesión sino su reproducción y su continuidad. (RIVAS, 2011, p. 102-103)

Desde uma perspectiva próxima a esses autores, ainda que num nível de abstração mais elevado, o boliviano Álvaro García Linera defende que é na forma valor da organização do trabalho onde estão dispostas determinações da forma nacional da organização política da sociedade burguesa. Para Linera (2010), ainda que na história se encontrem chaves imprescindíveis para compreender a formação concreta de cada nação em particular:

[...] es posible y necesario, para no quedar atrapados en un historicismo de las singularidades básicamente desconexas, el rastrear un conjunto de determinaciones generales dadas por la forma celular de la relación del-capital, sobre cuyo terreno fértil precisamente se vuelve inteligible la formación histórica específica de cada construcción nacional moderna como construcción nacional en-el-capital. (LINERA, 2010, p. 204).

Seguindo o legado de Marx, Álvaro García Linera encontra no processo produtivo, na forma como o ser humano produz e organiza sua vida em sociedade, a determinação sobre sua forma de sociabilidade. É neste sentido que o autor boliviano fala em forma comunal e forma valor⁴³.

Nas sociedades em que predominou a forma comunal, a sociabilidade é dada pelo processo de trabalho em comunidade. “El carácter social del producto es aquí el carácter colectivo de su producción” (LINERA, 2010, p. 59). Portanto, o conteúdo imediatamente social-universal é determinado pelo trabalho, e a atividade social aparece diretamente como

⁴³ “Siguiendo la terminología de Marx, el concepto de “forma” se refiere aquí a la figura necesaria que asumen las contradicciones entre los diferentes elementos de la reproducción económica y social, el sitial estructural en que se mueven y desarrollan” (EVERS, 1989, p. 51)

substância social de sua realização e de seus resultados. A sociabilidade surgida da coletividade é direta - sem mediações - e se manifesta tanto pelo caráter social dos produtos produzidos quanto pela função que cada individualidade exerce na comunidade social.

O que faz um indivíduo identificar-se no outro enquanto semelhante é, portanto, a vida em comunidade. Não por acaso o simbólico, o ritual e o sagrado tem tanta importância nas sociedades comunais. A solidariedade, a paixão coletiva, o ânimo e a energia grupal são dirigidas a um fim específico “en la ceremonia que precede o corona e lacto laboral directo, en la convocatoria a los dioses y a los ancestros, [y] reafirman la vida común, reactualizan la vida pasada, legitiman el conjunto de las fuerzas y condiciones productivas que han agrupado a la comunidad (LINERA, 2010, p. 305).

A religiosidade desempenha deste modo, o papel de uma verdadeira força produtiva, ao proporcionar um meio de reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo à comunidade. Assim sendo, nas sociedades comunais, o limite da sociedade não pode ir muito além do limite mesmo da comunidade, porque é nos marcos dela em que se dá o trabalho coletivo e, deste modo, a própria existência da coletividade.

Nas sociedades estruturadas pela forma valor, a situação é diferente. Os trabalhos individuais não se apresentam diretamente como trabalhos sociais, como trabalhos distribuídos coletivamente entre os membros da sociedade em atenção às suas necessidades, muito menos como um produto social. Impera, ao contrário, a indiferença e descoordenação entre os indivíduos produtores.

Pero, a diferencia de la producción individual que satisface directamente al productor, aquí el producto en cuanto su valor de uso es social, no satisface a su productor como valor de uso, sino que para realizarse necesita satisfacer la necesidad de otros. (LINERA, 2010, p. 61).

Assim, pois, nas sociedades mercantis, onde reina a forma valor, ainda que os trabalhos imediatos não sejam diretamente trabalhos sociais, a mercadoria traz em si mesma um conteúdo de sociabilidade mais amplo do que o das sociedades comunais.

Como bem recorda Linera (2010):

[...] lo primero que distingue esencialmente a la forma mercancía de otras formas sociales generales de la riqueza es que su utilidad inmediata no se presenta directamente para el individuo o el cuerpo social que la hecho surgir: “su valor de uso es para alguien que no es su poseedor”, la mercancía existe en tanto es valor de uso para otros en tanto su utilidad directa no es para su productor. (LINERA, 2010, p. 46).

A mercadoria se apresenta, portanto, como um vínculo material abstrato entre os indivíduos, entre o produtor e os outros. Nela se encontra a afirmação material das recíprocas necessidades determinadas socialmente. “De hecho, la mercancía define la superación de la individualidad del cuerpo productivo (familiar, comunal, de clase, etcétera) autosuficiente” (LINERA, 2010, p. 46).

En este sentido, la forma mercancía define entonces un tipo de unificación, aunque meramente abstracta, entre los individuos: “mi producto – anota Marx – sólo es producto para mí en la medida en que lo es para otro, es por lo tanto, un individual superado, un universal”. Al estar definido el producto de uno como valor de uso directo para otros, la actividad de uno que engendra el valor de uso es impotente en sí misma, pues necesita de los otros, de su consumo, para realizarse como utilidad real. El valor de uso, bajo esta modalidad de realización no directa, existe entonces como forma de contenido de la actividad y la necesidad de todos, como forma de manifestación de socialidad, aunque ciertamente de una socialidad de los individuos a través de las cosas. (LINERA, 2010, p. 46-47).

No regime mercantil, a sociabilidade é garantida, portanto, mesmo que os trabalhos dos indivíduos não se apresentem diretamente como trabalhos sociais, trabalhos definidos e distribuídos coletivamente entre os membros das comunidades e em atenção às suas necessidades. De fato, como destacou até mesmo Adam Smith, ainda no século XVIII:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter. (SMITH, 2003, p. 19).

Por meio da mercadoria, a forma valor constitui uma relação social entre os indivíduos, compradores e vendedores, que se conectam no mercado como livres proprietários privados, donos de mercadoria. De aí que a ampliação do número de valores de uso produzidos necessite caminhar juntamente do crescimento do mercado. Isto porque, na medida em que o trabalhador produz necessariamente um valor de uso que deve ser valor de uso para outro, faz-se necessário, portanto, um espaço de realização mais amplo que o das antigas comunidades.

Não por acaso, Adam Smith afirma:

Quando o mercado é muito reduzido, ninguém encontra estímulo para dedicar-se exclusivamente a uma atividade, uma vez que não haverá a possibilidade de trocar todo o excedente de produção do trabalho que supera o próprio consumo pelo excedente de produção do trabalho de outros homens de que tenha necessidade. [...] Há alguns gêneros de atividade, mesmo as mais inferiores, que não podem ser exercidas senão numa grande cidade. Um carregador, por exemplo, não encontrará emprego e subsistência em nenhum outro lugar. Uma aldeia é pequena demais para ele (SMITH, 2003, p. 23).

Referindo-se às grandes nações, Smith afirma ainda que: “Os estudos mais dignos de crédito indicam que as primeiras nações a serem civilizadas foram as situadas em torno da costa do mar Mediterrâneo.” (SMITH, 2004, p. 26). Sua constatação não é fruto do acaso; ao contrário, leva em consideração a importância que os mares calmos do Mediterrâneo desempenharam historicamente no Velho Mundo.

Como o transporte por via aquática abre um mercado mais amplo a todo gênero de trabalho do que o proporcionado pelo transporte terrestre, é ao longo da costa marítima e das margens dos rios navegáveis que as atividades de todos os tipos começam a subdividir-se e aperfeiçoar-se, e somente depois de um longo tempo esses aprimoramentos se estendem para as regiões interiores do país. (SMITH, 2003, p. 24).

Essa necessária ampliação do mercado desencadeada pela forma valor implica forçosamente a destruição das formas precedentes de sociabilidade, dentre elas a forma comunal. Trata-se de uma exigência do caráter diretamente social do valor de uso subsumido pela forma valor. Ou seja, na medida em que o valor de uso só pode realizar-se como tal em alguém que não é seu produtor direto, faz-se necessária a crescente dissolução de todas as formas prévias autossuficientes de unidade social produtiva e seus laços de solidariedade locais. Isso significa destruir tanto a comunidade que produz coletivamente seus meios de vida e distribui, também de modo coletivo, o fruto do trabalho local, quanto as famílias que ainda possuem seus próprios meios de trabalho e que distribuem o trabalho entre si para obter os meios de subsistência necessários à sua reprodução.

Significa ainda, a crescente transformação de produtos em mercadoria, subsumindo-os, portanto, à forma valor. Como destaca o filósofo venezuelano Ludovico Silva, na sociedade capitalista, até o mesmo o ar é transformado em mercadoria: “[...] en el siglo XX [los capitalistas] hallaron el verdadero secreto de Midas, y convirtieron en dólares hasta el aire respirable (el aire que se respira en cualquier oficina hoy es aire ‘marca X’, es una mercancía, es aire ‘acondicionado’ que se ha cambiado por dinero).” (SILVA, 1971, p. 143)

De igual modo é necessário que o trabalhador esteja despojado dos meios de produção direta para que sua produção, mediada pela mercadoria, desempenhe uma função social. Assim, através do processo que Marx (2014) chama de acumulação primitiva, a comunidade autossuficiente é destruída e potencialmente incorporada à comunidade da forma valor - o mercado - e o trabalhador direto transformado em produtor de mercadoria e consumidor de mercadorias.

A partir desse desprendimento entre os indivíduos, de sua orfandade de sociabilidade direta como diz Linera (2010), a forma valor constrói a autorepresentação unificadora de um

“Eu” coletivo, como ambição de futuro. Nas palavras do sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado:

[...] la descampesinización es la destrucción de la tradición de la aldea y la doble liberación en el sentido de que se consagra, por un lado, la libertad jurídica del hombre desvinculado y la “libertad” respecto de la tierra o medio de producción o gleba. A esto es a lo que se llama la erección del “estado de separación” o extrañamiento. En la primera separación masiva entre el hombre y su medio de producción clásico, que es la tierra. Produce ello, un estado de vacancia ideológica, es decir, un vacío en la representación del mundo. [...] El modo cotidiano de la comarca (en el comer, en el vestir, en el hablar) es sustituido por la *hybris* de un modo colectivo. Es aquí donde se produce la nacionalización, es decir, la sustitución del carácter localista por el carácter nacional y éste es el verdadero momento constitutivo. (ZAVALETA MERCADO, 1990, p. 52).

É neste momento histórico em que encontramos o elemento abstrato de sustentação da nação e do Estado:

La forma nación contemporánea, en su basamento abstracto, puede ser vista, por tanto, como **el espacio social limitado** correspondiente y necesario para la formación histórica **del gran espacio esencial elemental del dominio de la relación de valor** y de la respectiva distribución de las actividades de los individuos **a escala universal** que la sostiene. Sólo mediante esta mediación, en lo particular, puede realizarse, en general, la relación del valor, pues sólo ella permite afirmar y perpetuar como socialidad “natural” a las formas sociales específicas distributivas del trabajo necesario para la existencia de la forma valor como forma específicamente del producto y del proceso de trabajo. (LINERA, 2010, p. 225, grifos nossos).

Dito de outra maneira, na forma valor encontram-se duas forças definidoras: uma universalizadora e outra localizadora. Na dialética entre o particular e o universal, os espaços sociais limitados da nação e do Estado garantem a sustentação do espaço universal de domínio da lei do valor.

A tendência universalizadora, em sua incansável transformação de produtos em mercadorias, ao incorporar virtualmente todo o globo terrestre como espaço potencial de valorização do valor, ou seja, conformar o mercado mundial, dá os primeiros passos para a construção potencial da comunidade universal futura⁴⁴. A individualidade, a criatividade, as novas formas de aprendizagem, as relações amorosas, os vínculos familiares, a escolaridade, as formas de sociabilidade local (a família, o bairro, o local de trabalho, os meios de comunicação), “bajo el régimen del capital, de una manera ascendente, estas esferas han sido o están siendo reestructuradas en función del orden del valor (por lo que se habla entonces de una civilización del valor-mercantil)” (LINERA, 2010, p. 23)

⁴⁴ É este elemento progressista do capitalismo que dá as bases para a construção de uma comunidade universal não mediada pelo valor, uma sociedade comunista mundial.

No entanto, essa universalidade do espaço social, na comunidade mundializada estruturada pelo valor, não deve ser confundida com homogeneidade, uma vez que o caráter universal do valor não significa sua redução a um conjunto de formas naturais genéricas, mas sim a configuração da utilidade social geral em suas mais variadas e indefinidas formas particulares, uma totalidade, portanto, síntese de múltiplos complexos particulares.

A forma valor pressupõe uma específica distribuição no tempo e espaço das atividades da sociedade, uma divisão do trabalho entre os membros da sociedade, de modo que os não-valores de uso para seus produtores possam realizar-se ininterruptamente como valores de uso para seus não-possuidores. Esta é a segunda força de que fala Linera, a tendência localizadora, regionalizadora do espaço social, que em último termo dá sustentação à formação da nação e do Estado.

A forma valor:

[...] tiende a universalizar el intercambio de productos por su valor, pero también a elegir modos de intercambialidad específica correspondientes a las formas fraccionadas de socialidad secundarias, necesarias, de los individuos productores-poseedores-propietarios sumergidos en la específica distributividad (flexible, cambiante) de las actividades sociales generales que supone la forma de valor como “repulsión recíproca” de los corporalizadores del valor (LINERA, 2010, p. 224-225).

Neste primeiro entorno mínimo de sociabilidade dado pelo valor, os membros da sociedade em sua atividade essencial de reprodução da vida, são organizados pela forma valor em uma primeira territorialidade social, onde realizam e representam sua existência material, imaginativa, e organizativa na atividade produtiva.

La propiedad privada (de los medios de producción, del producto del trabajo, de la tierra, de la fuerza de trabajo) y el territorio de su reproductividad, la interacción de los libres propietarios privados en lazos mínimamente satisfactorios y favorables, existen en este último caso, al fin como proyecto, y la nación como socialidad politizada de los propietarios privados, o si se quiere, como nación del Estado. Es la ascensión de la subsunción real de la sociedad al valor mercantil, esto es, la creación de la intersubjetivación como producto específico de la reproducción social organizada en el Estado: el valor como sustancia nacional materializada en el Estado. (LINERA, 2010, p. 210).

Cada um dos centros de emanção da forma valor busca consolidar-se, portanto, como espaço social estável e diretamente autônomo (ainda que realmente autônomo seja impossível pelo caráter universal do valor). Só mediante esta mediação particular pode realizar-se universalmente a forma valor. Isto permite que ela perpetue como sociabilidade “natural” as formas sociais específicas do valor.

Ahora, este espacio social, en tanto forma del movimiento del valor, ciertamente tampoco nos da las llaves del porqué del surgimiento de tal o cual espacio nacional específico, ni tampoco los modos concretos de construcción nacional. Ambos problemas no son objeto ni pueden ser objeto de una teoría general y, en este sentido específico, estamos de acuerdo en que no puede existir una teoría general de la nación. Esta construcción es siempre históricamente concreta, pero lo que tampoco se puede negar es que el estudio de las construcciones nacionales, reducido a un conglomerado de circunstancias casuales y aleatorias, no pasa de ser un simple reflejo historiográfico de acontecimientos caóticos sin fundamento real explicativo alguno. Hay una determinación general de la forma nación a partir de la forma de valor en la economía mercantil. (LINERA, 2010, p. 225).

Abaixo veremos quais são elementos particulares que incidiram sobre a formação dos mercados na América Latina e suas consequências sobre o Estado e a Nação na região.

2.4 FORMA VALOR NA AMÉRICA LATINA

A análise que realizamos até então, por seu caráter mais abstrato, diz respeito aos elementos mais universais da relação estreita entre mercado e valor por um lado e Estado e Nação pelo outro. Para uma análise mais adequada sobre a realidade latino-americana, é imprescindível descer o nível de abstração, e, nos aproximando mais do concreto, desvendarmos as particularidades da América Latina nessa relação.

Como vimos, a forma valor pressupõe uma sociabilidade mais abrangente que a forma comunal. Isto implica, desde logo, a destruição das áreas em que predominou até então a forma comunal e a sua incorporação na órbita da forma valor, constituindo-se assim uma sociabilidade mais ampla.

No âmbito da América Latina, falar em destruição da forma comunal significa remeter diretamente ao processo de colonização. E esta já é uma particularidade histórica decisiva que diferencia o processo de consolidação da forma valor nos países periféricos daquele ocorrido nos países centrais. Isto porque aqui, diferentemente do que ocorreu na Europa, as formas de sociabilidades precedentes são destruídas desde fora e num elevado ritmo e não por um impulso interno que levasse a sua transformação ao longo dos séculos.

Incorporada forçosamente ao mercado europeu através da conquista, a região que viria a se tornar a América Latina vê desde cedo suas estruturas econômicas e sociais formadas e transformadas para atender necessidades exteriores às suas. Neste processo, o território é ocupado segundo o valor de uso que fosse mais proveitoso aos interesses de ultramar. Surgem assim, formações sociais construídas ao redor de um centro produtor que ao longo dos séculos e nos diferentes espaços territoriais do subcontinente variou entre a prata, o

ouro, a cana-de-açúcar, o tabaco, o café, o guano, o couro, etc. Não seria demasiado, por exemplo, falar que durante esse tempo se formaram verdadeiras civilizações da prata ou civilizações do açúcar em cada uma dessas regiões.

Segundo o equatoriano Agustín Cueva:

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. Portanto, e sob a condição de não se tomar a concentração escravista ou feudal de terras na América como um processo de acumulação primitiva local, é evidente que o movimento metropolitano de transição ao capitalismo, ao invés de impulsionar, freou o desenvolvimento desse modo de produção nas áreas coloniais. Como Marx observou, o excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se, ali sim, em capital. Desta forma, é justo conceber o período colonial, a partir de nossa perspectiva, nos termos em que o faz Enrique Semo para o México, isto é, como um período de “desacumulação primitiva”. (CUEVA, 1983, p. 24-25).

Na relação dialética entre a acumulação primitiva na Europa e a desacumulação na América Latina, podemos encontrar uma das características particulares de seu papel desde o ponto de vista da forma valor. Historicamente a América Latina contribuiu para a generalização da forma valor em território europeu e para a formação do mercado mundial. Neste processo, reforçou o caráter universalista da forma valor. Isto, contudo, fez-se em detrimento do caráter localista. Dito de outra maneira, a articulação da América Latina com o exterior levada ao extremo não se faz acompanhada de uma articulação interna, entre as diferentes regiões do subcontinente.

Ensimesmadas, as distintas regiões, mantinham mais relações com a metrópole europeia do que com os territórios vizinhos. Na economia encontravam-se poucos estímulos para que houvesse maior aproximação. A utilização de mão-de-obra escrava ou servil vinha acentuar ainda mais esse isolamento, na medida em que não havia incentivo para a produção de bens-salário às massas trabalhadoras dos setores exportadores, uma vez que a maior parte dos mesmos era produzida no interior das *haciendas* ou vinha do exterior.⁴⁵

Como recordam Gilberto Mathias e Pierre Salama: “Não há verdadeiramente generalização da mercadoria, a não ser quando a mercantilização se estende à força de trabalho. A força de trabalho, livre, vende-se por um salário.” (MATHIAS e SALAMA, 1983,

⁴⁵ Mesmo ainda no século XX, em minas como as de Simón Patiño, na Bolívia, importavam-se latas de conserva para vender aos trabalhadores mineiros nos barracões (CUEVA, 1983). Na literatura, *Metal del Diablo*, de Augusto Céspedes, retrata bem esta realidade.

p. 23). E a história colonial da América Latina é a história da utilização da mão-de-obra cativa em suas variadas formas.

Assim, a penetração da forma valor no território latino-americano se deu de modo heterogêneo e segundo os interesses europeus, ao ponto de algumas regiões terem sido efetivamente incorporadas na órbita da mercadoria apenas após as independências, como aconteceu com a Patagônica ou algumas partes da Amazônia, por exemplo.

Estes atraso e descompasso do ponto de vista da formação econômica têm consequências decisivas para a formação dos Estados na região. Como recorda o boliviano René Zavaleta Mercado:

Lo que se llama unidad del Estado o centralización en realidad sólo se realiza completamente cuando el modo de producción capitalista ya se ha impuesto a plenitud. O sea que, de todos modos, algunas de las tareas democrático-burguesas, la principal de las cuales es la unificación, sobreviven mientras dicha unificación no se ha realizado en torno del modo de producción capitalista. El limitar la unificación a los episodios territoriales o culturales es, en este campo, un error enorme. **Si la unificación no se produce en la base económica, en realidad no se ha producido de todo todavía.** Por consiguiente, aunque la unidad territorial se haya logrado en un país atrasado, sin embargo, mientras subsistan resacas o supervivencias de modos de producción previos, la burguesía no ha cumplido totalmente uno de sus objetivos fundamentales cual es la centralización. **Mientras más se demore la unificación, por otra parte, más consistente se hará el abigarramiento,** más inextirpable, más difícil la resolución de la cuestión nacional. (ZAVALETA MERCADO, 1987, p. 164, grifos nossos).

O “abigarramiento” de que fala Zavaleta, é muito mais do que uma sociedade multicultural ou heterogênea. Na verdade, mais do que a simples convivência de diferentes modos de produção em um mesmo período histórico, trata-se da coexistência de distintos tempos históricos simultaneamente em um mesmo contexto social, ou para utilizar as categorias que temos trabalhado a convivência da forma valor e da forma comunidade em um mesmo território. As sociedades *abigarradas* são aquelas em que, ainda que mescladas não se homogeneízam. Trata-se de uma definição bem adequada à sociedade latino-americana, em especial países, como a Bolívia, o Peru, ou a Guatemala, em que a presença da forma comunidade ainda é expressiva, mas também de forma geral onde a mercantilização ainda não é total.

Há na região, portanto, uma ausência de articulação unificadora por meio da forma valor, e isto têm implicações decisivas do ponto de vista da formação da intersubjetividade necessária para a consolidação dos Estados e Nações. Diante da falta de integração inter-regional, as classes dominantes locais, ao invés de enfrentarem o problema, tratam na verdade de reproduzir estruturas econômicas que reforçam ainda mais as forças centrífugas pré-

existentes. Este comportamento não é fruto de má vontade ou equívocos ocasionais, mas é uma característica estrutural das elites regionais enquanto classe. Como afirma André Gunder Frank, “nós poderíamos qualificar, desde já, essa classe de ‘lumpemburguesia’, cujos membros ‘são profundamente interessados em nos manter em um estado – ou mais bem em um processo – de atraso miserável, do qual o comércio exterior tira todos os seus benefícios”⁴⁶ (FRANK, 1971, p. 12).

Na ausência da unificação através da mercadoria, como as classes dominantes procedem? A saída encontrada, como veremos mais adiante, é o uso da força, e a incorporação violenta de regiões inteiras ao espaço de acumulação capitalista. Nas palavras de Zavaleta: “La violencia por tanto es una forma no mercantil de formación de intersubjetividad, sin duda la más dramática.” (ZAVALETA MERCADO, 1990, p. 197). Afinal, como afirmou um deputado da Assembleia Nacional Francesa citado por Marx em seus escritos sobre a comunidade ancestral na Argélia: “La continua perpetuación de la propiedad comunal ‘como una forma que sostiene las tendencias comunistas en las mentalidades’ [...] es peligrosa” (MARX, 2018, p. 215).

2.5 ESTADO E CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

Ademais dos aspectos relativos à forma valor determinados pelo modo como a América Latina se vê vinculada ao mercado mundial, quando falamos das particularidades do Estado na América Latina desde esse nível de abstração, é imprescindível nos dedicarmos ao ciclo do capital que se consolida na região com as independências e o desenvolvimento da indústria, como já havíamos adiantado na Introdução.

Em sua análise da acumulação capitalista Karl Marx (2014) divide o ciclo do capital (D-M ... P ... M'-D') em três fases. O primeiro movimento - primeira fase de circulação - acompanha a transformação do dinheiro em mercadoria, através da compra de meios de produção e força de trabalho. A esta fase, segue-se o processo de produção, em que a força de trabalho, atuando sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes (do capital constante) às mercadorias que elabora como também cria um valor novo que, se por um lado repõe o valor equivalente ao capital variável, lança ainda um valor excedente, que corresponde à mais-valia. Esses diferentes valores encontram-se englobados no valor total

⁴⁶ Tradução nossa. No original: « Nous pourrions, dis-je, qualifier cette classe de ‘lumpen-bourgeoisie’ dont les membres ‘sont profondément intéressés à nous maintenir misérable, mais dont le commerce extérieur, tire tous ses bénéfices’ » (FRANK, 1971, p. 12).

das mercadorias que, após o fim do processo de produção, precisam retornar à circulação, desta vez à terceira fase do ciclo de capital - segunda fase de circulação - quando os mesmos, mediante a venda, realizam-se em dinheiro e retornam às mãos do capitalista.

Como já vimos anteriormente, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo na América Latina desencadeou o surgimento de um modo particular da produção capitalista, que sem negar as leis gerais do sistema, apresenta características próprias: a economia dependente (Bambirra, 2013). Esta particularidade conduz também a um ciclo do capital com características próprias. No artigo “O ciclo do capital na economia dependente”, Ruy Mauro Marini (2012) aponta suas características em cada uma de suas três fases.

Na primeira fase do ciclo, (D-M) - primeira fase de circulação - Marini destaca a respeito da origem do capital-dinheiro posto em movimento, a predominância do Estado e de capitais estrangeiros. Em suas palavras: “podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontram-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado.” (MARINI, 2012, p. 26).

Essa dependência de capital estrangeiro assume também a forma de dependência tecnológica, na medida em que o país periférico deve importar não só os meios de produção necessários para a fabricação de mercadorias industriais como também o conhecimento para operar esses meios. Assim na primeira fase de circulação do ciclo do capital na economia dependente, o “ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é *duplamente dependente com relação ao exterior*. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro [sua origem] como no que diz respeito ao capital mercadoria [sua tecnologia]” (MARINI, 2012, p. 28, grifo nosso).

Na fase de produção (P), em que se apaga a origem do capital e já não importa quem são seus proprietários, a característica mais marcante é a existência da superexploração da força de trabalho. Por sua conexão próxima ao exterior, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que dominem a produção de mercadorias nos países dependentes. Essas empresas, devido ao privilegiado acesso a recursos das matrizes e tecnologias ainda sob controle de patentes: “obtem sistematicamente uma mais-valia extraordinária [e] concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida” (MARINI, 2012, p. 29), de modo que o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce nas economias dependentes. Diante dos monopólios as empresas médias e pequenas tratam de estancar a sangria crescente de sua mais-valia a:

[...] através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, e por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores. (MARINI, 2012, p. 30).

Na segunda fase de circulação (M'-D'), ou terceira fase do ciclo do capital na economia dependente, o tema dominante é como essas mercadorias se realizam. Nesta etapa, as marcas da superexploração da força de trabalho se fazem visíveis do ponto de vista da conformação do mercado. Na medida em que a superexploração “implica, como vimos, que não se remunere a força de trabalho pelo seu valor, [se] acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e [se] restringe a possibilidade de realização desses bens” (MARINI, 2012, p. 33), de modo que a produção de bens-salários é atrofiada e o mercado interno vê seu papel reduzido a um segundo plano no âmbito da economia latino-americana.

Por outro lado, como vimos no primeiro capítulo, ao desenvolver-se nas economias latino-americanas um setor industrial, o mercado interno passa a se dividir em duas esferas, uma alta, fundada no consumo constituído por aquelas camadas com rendimentos que correspondem à mais-valia não acumulada (lucros e proventos de capitalistas e trabalhadores improdutivos da classe média), e outra baixa, composta pelo consumo da classe trabalhadora. A segunda fase da circulação contribui, assim, para orientar a produção no sentido de que se separe mais ainda das necessidades de consumo das massas.

Por essa razão que a maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular, chamados de tradicionais na linguagem desenvolvimentista, tenha pouco dinamismo na contraposição às indústrias denominadas “dinâmicas”, que crescem rapidamente e produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital para a produção destes. Essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação. Para isso concorre de modo determinante o fato de que **a massa de mais-valia gerada não permanece integralmente no país, pois parte dela é transferida ao exterior, o que reduz o mercado.** (MARINI, 2012, p. 34, grifos nossos).

Assim sendo, o mercado interno latino-americano, historicamente reduzido pela maneira como se articularam na região o modo de produção capitalista e a forma valor, segue marginalizado na fase de desenvolvimento - propriamente capitalista - das economias dependentes. A dependência econômica e tecnológica, a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor para os países centrais, condicionam em cada uma das fases do ciclo

do capital na América Latina um desenvolvimento que, como afirmou André Gunder Frank (1973), é o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.

Desse modo, “el contexto reproductivo de los países económicamente subdesarrollados sólo se completa a través de su vinculación con el circuito económico de las metrópolis” (EVERS, 1989, p. 22), o que tem consequências decisivas do ponto de vista da estrutura de classes e da formação do Estado, uma vez que: “Las clases dominantes de un determinado país periférico sólo se complementan con una fracción “externa” de la burguesía compuesta por aquellas partes de las burguesías de las metrópolis que ahí detentan el control” (EVERS, 1989, p. 19).

Nas palavras do boliviano René Zavaleta Mercado, “La construcción de los Estados nacionales, tal como los conocemos hoy, es el proceso de unificación del poder del Estado en el ámbito estatal nacional, misión elemental de la burguesía, que necesitaba organizar en todos los grados posibles su mercado interno.” (ZAVALETA MERCADO, 1987, p. 35-36). Como veremos a seguir, o modo particular como a burguesia latino-americana realiza esta tarefa foi historicamente reacionário e antipopular o que tem implicações decisivas sobre a formação dos Estados Nacionais na região. Logo, não nos gera espanto a afirmação de Zavaleta de que “La historia de las masas es siempre una historia que se hace contra el Estado” (ZAVALETA MERCADO, 1990, p. 82). Vejamos com mais profundidade no próximo capítulo.

3 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

“Não há possibilidade de um espírito humano incorpóreo. Tampouco há possibilidade de um espírito nacional em uma coletividade de homens cujos laços econômicos não estejam traçados em destino comum.”

(Raúl Scalabrini Ortiz, Política Britânica no Rio da Prata, 2014).

A respeito do nosso passado, o marxista peruano José Carlos Mariátegui, recordava que assim como a primeira, a segunda etapa da história latino-americana começa com um fato político e militar. A primeira etapa nasce da conquista, a segunda se inicia com a independência. “Mas enquanto a conquista engendra totalmente o processo de formação da nossa economia colonial, a independência aparece determinada e dominada por esse processo.” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 36).

Com esta afirmação Mariátegui nos faz recordar de dois aspectos fundamentais a propósito da história da América Latina: primeiro que a conquista transforma radicalmente a estrutura econômica e social pré-existente; e segundo que as independências, condicionadas por 300 anos de colonialismo, reorganizam a estrutura produtiva e social sem transformá-la de forma radical.

Como vimos anteriormente, a colonização da América Latina pela Europa representa a destruição das formas comunais locais e a submissão de regiões inteiras e milhões de pessoas aos ditames da forma valor⁴⁷, de tal modo que:

Os espaços sociais conquistados, pelo fato de sê-lo, perdem sua dinâmica autônoma e nativa. Terão que se conformar agora por obra e determinação alheias. Surgem estruturas produtivas e estratificações sociais antes inexistentes; em seu interior, o europeu organiza a conduta e, se possível, o pensamento de milhões de seres humanos proibidos de pensar e atuar como faziam antes do impacto conquistador. Em todos os âmbitos da ação humana algo se desestrutura; paralelamente algo começa a ser reestruturado. (POMER, 1985, p. 32).

A independência da América Latina, por outro lado, não modifica radicalmente a estrutura econômica e social. Pelo contrário, haverá justamente o reforço da penetração da forma valor em toda a América Latina, como veremos adiante. Não por acaso, segundo Agustín Cueva, o povo equatoriano soube encontrar a frase certa para qualificar nossa

⁴⁷ “Enquanto que os habitantes de Atenas e Roma [...] descendem de gregos e romanos que viveram há 3 mil anos, pois as duas grandes capitais foram se construindo sobre as suas antecessoras sem destruí-las, o atual México está edificado em cima das ruínas de uma cidade asteca: de um golpe só destruiu-se a velha cultura e se cindiu a história daquilo que os europeus chamariam o Novo Mundo ainda que fosse mais antigo que muitas das grandes nações do Ocidente.” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 94)

emancipação política: “Último dia do despotismo, primeiro dia do continuísmo.” (CUEVA, 2016, p. 47).

Como nos ensinou Marx, para analisar corretamente qualquer episódio da história é preciso encontrar as chaves do movimento da realidade nos interesses de classe. E após três séculos de colonialismo, a estrutura econômica e social engendrada na América Latina configurou um abismo de classes entre uma pequena oligarquia econômica e uma massa de trabalhadores escravos, servis ou pauperizados.

O poder econômico real da sociedade colonial se encontrava nas mãos dessa elite latifundiária e comercial de origem crioula⁴⁸. A hierarquia burocrática de vice-reis, governadores, capitães gerais, etc., tinha o objetivo de proteger os interesses das metrópoles (Espanha e Portugal), mas, como ressalta Peña (2013), efetivamente oscilava entre esses interesses e os interesses das classes dominantes na colônia, e mais de uma vez era obrigada a adaptar suas decisões a essa realidade em contradição.

A colônia significava, assim, a nação governada por outro país e para outro país (Alberti *apud* Peña, 2013). E foi essa burocracia importada o único grupo social dominante a quem a independência veio a liquidar. A chamada “revolução” de independência teve, portanto, desde logo um caráter essencialmente político, e o movimento de independência não trazia consigo um novo regime de produção nem uma mudança na estrutura de classes da sociedade colonial. As classes dominantes continuaram sendo latifundiários e comerciantes crioulos, e apenas a burocracia enviada desde a Espanha pela Coroa foi expropriada de seu controle sobre o Estado (Peña, 2013). Não por acaso, Juan Bautista Alberdi afirma: “Dentro del país no había lucha de clases en cuanto al objetivo de la revolución” (ALBERDI *apud* PEÑA, 2013, p. 47).

As independências na América Latina também se enquadram num contexto maior de transformação da economia mundial. A revolução industrial, ao difundir o uso da maquinaria, possibilitou como nunca até então a expansão da forma valor e a construção de um mercado mundial capitalista. O sistema colonial, que havia cumprido um papel decisivo no passado, passou a ser um entrave a esta expansão.

Uma série de fatos históricos veio a precipitar o colapso deste sistema. A independência das treze colônias estadunidenses em 1776, a Revolução Francesa em 1789

⁴⁸ Crioulo se diz de que ou quem, embora descendente de europeus, nasceu na América Latina.

foram apenas os pontapés iniciais dessa conturbada conjuntura que viria a se complexificar ainda mais com a Revolução Haitiana em 1791 e as Guerras Napoleônicas de 1803 a 1815.

A Revolução Haitiana⁴⁹, especialmente, mostrou às classes dominantes o perigo de um levante de massas em uma sociedade tão marcada pelas desigualdades. Como destaca o argentino Marcos Kaplan, a independência passa a ser “vista pela elite crioula como meio preventivo para tomar o poder antes que advenha uma subversão incontrolável” (KAPLAN, 1974, p. 102).

Ainda assim, foram as Guerras Napoleônicas os fatores conjunturais decisivos para o estalar das lutas em toda a América Latina. Com a invasão da Espanha pelo exército de Napoleão em 1808 e a prisão de Fernando VII, que foi substituído no trono por José Bonaparte, o sistema colonial entra em crise em toda América Hispânica. Era como se o Império tivesse se visto subitamente decapitado, e a estrutura administrativa colonial não encontrasse mais respaldo na metrópole.

Em meio a esse contexto e de acordo com os interesses dominantes nas colônias, as lutas iniciais da América Hispânica, encabeçadas pelas elites, não se preocupavam demasiadamente com o *status* da relação com a Espanha, desde que houvesse autonomia suficiente para elas no manejo do aparato estatal colonial, e que a metrópole não insistisse em geri-lo exportando vice-reis:

Por eso durante mucho tiempo los gobiernos revolucionarios siguieron jurando fidelidad a la corona de España. Fue la dinámica de la lucha contra los agentes de la monarquía española, empeñados en retornar al estado anterior a 1810, la que condujo a la proclamación de la independencia. (PEÑA, 2013, p. 45).

De fato, boa parte dos revolucionários não era nem sequer de republicanos convencidos (Peña, 2013), e foram mais as circunstâncias do que propriamente seus desejos o que lhes impediu de coroar alguma cabeça disponível⁵⁰. Na própria Revolução de Maio de 1810, no Rio da Prata, se depôs o Vice-rei, em nome do Rei, e a independência mesmo, só viria a ser declarada em 1816, em San Miguel de Tucumán; ainda assim não se condenou a monarquia nem proclamou a república; “la primera constitución que habló de república fue la unitaria de 1826, es decir, 16 años después de la revolución de Mayo” (Alberdi *apud* PEÑA, 2013, p. 60).

Querer fazer dessas figuras da independência americana paladinos impolutos da democracia é mais um dos enganos do liberalismo posterior. San Martín, como

⁴⁹ Sobre a Revolução Haitiana ler *Os Jacobinos Negros*, de C. L. R. James.

⁵⁰ Casos como o do Brasil, com D. Pedro I e II, ou do México, com Iturbide primeiro e Maximiliano posteriormente, demonstraram que a monarquia também esteve presente na história latino-americana.

Bolívar, não foi mais além desse liberalismo do que naquilo em que dentro do pensamento político da burguesia europeia era avançado frente ao absolutismo monárquico. Esse liberalismo foi antidemocrático. [...] Diante de heróis como San Martín e Bolívar não adianta embelezá-los mas apresentá-los dentro de suas posições sem as molduras de ouro das limitações históricas da grandeza. De toda grandeza. O importante é que nenhum deles renegava as origens históricas da América Espanhola. (ARREGUI, 1971, p. 64).

Não obstante, podemos afirmar que nas lutas pela independência existiam duas tendências principais dentro das elites. A mais radical - a que correspondem, em grau variável, “figuras e movimentos como os de Mariano Moreno e José Gervasio de Artigas no Rio da Prata; Hidalgo e Morelos no México; Bolívar, quanto a certos aspectos de sua estratégia como o projeto de unidade latino-americana” (KAPLAN, 1974, p. 104-105) - acabou sendo derrotada pela resistência e pressão conservadora de latifundiários crioulos, caudilhos militares e do clero, o que se expressou, como veremos adiante, dentre outras coisas na disputa entre projetos unionistas e balcanizadores. Isto tudo se refletiu ao longo do tempo em um movimento contraditório e vacilante (Kaplan, 1974).

Além das disputas entre a elite, os levantes de massas produzidos durante o período constituíram um movimento a parte, e não se dirigiam única nem principalmente contra a Espanha, mas sim contra as classes dominantes. Frequentemente, esses movimentos coexistiram, se sobrepuseram, contradisseram. Não foram poucos os casos de camadas populares (escravos, indígenas) que estiveram dos dois lados do conflito, em um primeiro momento junto aos espanhóis, e posteriormente com os crioulos.

Essa oligarquia hispano-americana desejou por muito tempo uma revolução à moda girondina “e, enquanto lia os homens da Enciclopédia e declamava os Direitos do Homem, seus escravos trabalhavam nas ricas plantações, pois ‘o suor do escravo dava pra tudo’.” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 183). Apenas no decorrer do conflito, e dada a forte resistência espanhola, as lutas começaram a se radicalizar, e atender certos interesses populares, como o fim da escravidão, por exemplo.

No contexto latino-americano, o caso brasileiro, sendo colônia de Portugal, representa uma singularidade. Frente à deposição de Fernando VII na Espanha pelas forças de Napoleão e com a marcha do exército francês em direção ao seu território, Portugal encontra uma saída diferente da monarquia espanhola: a transposição da família real e de todo aparelho administrativo da Coroa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. Muda-se para o Brasil a família real, protegida pela armada britânica, junto com a corte, servos e os tesouros reais (Moraga, 1977). Foram cerca de 15 mil pessoas numa primeira leva, acompanhados dentre

outras coisas por 60 mil livros que viriam a compor o acervo inicial do que é hoje a Biblioteca Nacional brasileira.

A presença da família real em território brasileiro, se não deve ter sua importância exagerada, tampouco pode ser subestimada. Com a implantação do Rio de Janeiro como sede da monarquia portuguesa não apenas transforma-se a fisionomia da cidade, como também se:

Dota a colônia de quadros, contatos internacionais e experiências de administração que a América Espanhola não receberá. E, acima de tudo, e de maneira contraditória, permite que a transição da colônia para estado independente ocorra sem maiores traumas e, principalmente, sem maior participação popular. Na verdade, se era desejo de uma parcela da população o rompimento entre Brasil e Portugal, com a supressão das ligações coloniais, grande também era o desejo de que, por ocasião desse desligamento, a “plebe” não aproveitasse para tentar subverter a ordem social, abrir brechas no sistema escravista e comprometer a instituição da propriedade, tão cara no país, tanto para os brasileiros quanto para os portugueses. (PINSKY, 1985, p. 67).

A coroação como Imperador do Brasil de D. Pedro I, filho do Rei português, será, portanto, um achado. Mais do que um rei qualquer, tinha-se logrado a coroação de um monarca europeu em território americano. O processo de independência brasileira se caracterizará assim por ser o mais conservador em toda América Latina.

3.1 BALCANIZAÇÃO E REGIONALISMO

Durante o desenrolar do movimento pela independência, as elites crioulas, além de terem que se radicalizar para com o envolvimento das massas garantirem a vitória contra os espanhóis, também foram obrigadas a estender suas lutas por todo continente.

Como afirma o argentino Jorge Abelardo Ramos:

Nuestra irrupción a la vida histórica se expresa en grandes campañas que recorren la América toda. Pero el reflujo posterior disuelve la antigua unidad. Aquella grandiosa nación que midieron las espadas de Bolívar y San Martín es amputada en veinte Estados. Los ejércitos de argentinos, colombianos y orientales, altoperuanos, venezolanos y chilenos que mezclados combatieron contra la reacción absolutista en América, se disociaron en dos decenas de ejércitos opuestos. Allí permanecen, montando la guardia en las fronteras de nuestra insularidad. De ese hecho nació el mito antihistórico de nacionalidades que jamás existieron en el común origen y que son el símbolo provincial de nuestra debilidad frente al imperialismo moderno. (ABELARDO RAMOS, 2012b, p. 15).

Ainda que seja demasiadamente ousado falar em uma nação latino-americana – debate que aprofundaremos mais adiante – é inegável o fato de que a dimensão dos conflitos pela independência tenha sido continental. Um argentino como San Martín atravessa os Andes para libertar o Chile do jugo espanhol, e segue em direção ao Peru onde se encontra com o

venezuelano Simón Bolívar, que vindo da Venezuela já havia libertado a Colômbia e o Equador, enquanto seu braço direito, José de Antonio Sucre, libertava o Alto Peru. Não é ao acaso que as lutas pela independência tenham tomado dimensão continental. Enquanto houvesse algum território sob domínio espanhol no continente, toda a independência estava ameaçada. De modo que:

Todos os chefes revolucionários, de um extremo a outro da *Nação Latino-Americana*, proclamarão a sua condição de “americanos”, sejam caraquenhos, neogranadinos, argentinos, alto-peruanos, orientais ou chilenos. Para todos, a cidade ou região natal será, por todo um período, “a pequena pátria”. De todos eles, é Bolívar quem expressa mais categoricamente a consciência nacional comum. Em um discurso à divisão militar do general Urdaneta, Bolívar disse, em 1814: “Para nós, a pátria é a América.” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 176).

A situação muda depois que as independências começam a se consolidar, e as necessidades militares abrem espaço aos interesses econômicos. A América hispânica que estava governada até então pelo rei espanhol por meio de quatro vice-reinados: Nova Espanha (México), Peru, Nova Granada (Colômbia) e Rio da Prata, vêm a se fragmentar em mais de 20 repúblicas.

Apesar de as independências terem rompido a unidade política existente até então, isto não significa que já houvesse propriamente uma nação latino-americana que acabou por se fragmentar. Esta tese, de Jorge Abelardo Ramos, como veremos, é efetivamente antimarxista. Na verdade é, justamente, a inexistência de uma nação latino-americana o que possibilita a balcanização de seu território.

É certo que a América Latina foi um dia uma totalidade unificada⁵¹. Mas daí a supor que esta unidade fosse fruto da existência de uma nação latino-americana há um grande abismo. Como recorda o argentino Milciades Peña (2013), o aparente é apenas parecido. A formação de uma nação latino-americana é tarefa que ainda está por ser feita.

Como vimos no capítulo anterior, a consolidação do mercado interno é a base de sustentação de toda nação. E no caso da América Latina a colonização é feita para atender o mercado externo e em detrimento do mercado interno. Assim, aquelas regiões latino-americanas, vinculadas debilmente entre si e exploradas genericamente pela Espanha, único centro aglutinante, tenderão a formar Estados particulares, atraídos pelo imã de outros centros mundiais, mais poderosos e estáveis que a Espanha.

⁵¹ É interessante recordar a este respeito que durante 60 anos, entre 1580 e 1640, o território brasileiro fez parte de uma mesma unidade política que todo o território latino-americano na medida em que vigorou durante estes anos a União Ibérica entre Portugal e Espanha.

De fato:

[...] las naciones de América del Sur, aunque hablando una lengua y teniendo las mismas leyes y costumbres, la misma religión y origen, no están ligadas entre sí por intereses y necesidades mutuas... Cada república de América tiene mayor uniformidad con Europa que con las otras repúblicas del mismo suelo... **Cada Estado de Sudamérica puede prescindir de los otros, pero no de Europa** (ALBERDI *apud* PEÑA, 2013, p. 73, grifo nosso).

Ademais de prescindirem-se mutuamente, muitas das regiões da América Latina que acabaram por se balcanizar também competiam efetivamente umas com as outras no atendimento às demandas do mercado exterior. Exemplo dessa situação é a relação conflituosa entre Buenos Aires e Montevideú, na disputa pela exclusividade de porto exportador do Rio da Prata.⁵²

A baixa articulação entre as distintas regiões da América Latina é reconhecida pelo próprio Jorge Abelardo Ramos quando se questiona:

Os produtores de café, bananas, trigo, cobre, cacau, algodão, tabaco e carne estavam em condições de adquirir a “consciência nacional do mercado interno”, única escola da burguesia, quando seus benefícios fluíam do mercado mundial? (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 364).

O guatemalteco Edelberto Torres Rivas também destaca a baixa articulação econômica entre as distintas regiões do continente. Segundo ele, o território se herda da colônia, se define como nacional:

Pero falta su integración real. La materialidad de esa integración física, así como de la economía y la espiritual, son asuntos posteriores que a veces sólo se alcanzan un siglo después. No se realiza, pues, sino lenta y tardíamente. El espacio territorial se organiza de manera diversa según las influencias y necesidades del capital internacional y del grado de desarrollo interior alcanzado y, sobre todo, por la calidad de las fuerzas sociales locales que ejecutan la tarea. (RIVAS, 2011, p. 111-112).

Para Rivas não existia propriamente uma nação latino-americana, ainda que existisse um “tejido nacionalitario de más de tres siglos de dominación” (RIVAS, 2011, p. 114) que se rompe após o fim do laço colonial e o desatar das forças centrífugas.

El nacionalismo era americanismo sólo en la consciencia superior de figuras de calidad de Bolívar y Sucre primero, de Martí después. Encarnaron la más acabada visión histórica del momento, adelantándose a su época. Perro la patria no era América, vasta y vago conjunto difícil de aprehender culturalmente. La identidad que se reivindica era función directa de los intereses materiales locales: comercio, tierra e influencias políticas de ámbito parroquial. (RIVAS, 2011, p. 118).

⁵² Raúl Scalabrini Ortiz em *Política Británica no Rio da Prata* (2014) mostra como essa relação conflituosa de interesses será decisiva para a separação da Banda Oriental, atual Uruguai, do território argentino.

Jorge Abelardo Ramos (2012) equivocou-se, portanto, ao atribuir essa baixa articulação econômica entre as distintas regiões do continente ao processo de balcanização e ver este processo como fruto da traição e mesquinha de distintos militares que supostamente teriam armado contra a integração latino-americana, quando na verdade a baixa articulação econômica era produto histórico de 300 anos de colonialismo europeu na América Latina.

Antimarxista porque idealista, a análise de Abelardo Ramos (2012) não busca entender as razões de classe que dão motivo às traições. Afirma que após a independência “Todos os politiqueros locais na América do Sul, sejam peruanos, chilenos, bolivianos ou argentinos, se unem para fragmentar, marcham juntos para viver separados, se sentem como irmãos na balcanização” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 331), mas não explica porque existiam esses “politiqueros” ou quais eram os interesses econômicos que os moviam.

Sua concepção de que “A América não se encontra dividida por ser ‘subdesenvolvida’, mas, sim, é ‘subdesenvolvida’ por estar dividida” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 33) está equivocada também por não considerar que são justamente as debilidades econômicas da região que a levam a se fragmentar. Ainda que seja correto também afirmar, que a fragmentação tenha contribuído para agravar essas debilidades econômicas, ou, dito de maneira mais precisa, aprofundar o caráter dependente de seu desenvolvimento.

O capitalismo, ao permitir que se desenvolvam relações econômicas, políticas e financeiras entre todas as partes das nações que construiu, desenvolveu um grande poder multiplicador do sistema produtivo com o auxílio de um expansivo mercado interno, unido a uma linguagem nacional ou franca, que procurava difundir na construção da fronteira político-cultural de um Estado (Abelardo Ramos, 2012).

Na América Latina, a vitória das “pátrias chicas”⁵³ sobre a ideia da “pátria grande” aprofundou ainda mais as dificuldades na consolidação do mercado interno. Como recorda o argentino Milcíades Peña:

La traba formidable que esto significó para el desarrollo nacional de los países latinoamericanos apenas es necesario subrayarlos y hoy son más patentes que nunca. ¿Industrialización? No puede haber industrialización seria donde – como en Chile o Colombia, para citar dos casos – una sola fábrica de calzado equipada con la maquinaria más moderna fabricaría en un mes de trabajo todo el calzado requerido por esos diminutos mercados locales. La industria moderna solo es económica cuando produce en gran escala, pero dada la fragmentación de América Latina es una obligación producir en pequeña escala. “No toda independencia es signo de civilización. Cuando la independencia se opera en daño de la unidad de la nación y

⁵³ Afirmamos aqui pátrias chicas em oposição à Pátria Grande com que sonhou Bolívar.

en el sentido de su dispersión en localidades impotentes, es retroceso, feudalismo y barbarie” (Alberdi, Obras, 4, 52). En América Latina la independencia no se hizo “en daño de la nación”, porque tal nación no existía. La ficticia unidad burocrática del imperio español era un aparato inerte, sin ninguno fundamento real en la vida americana, y que debía desfondarse tarde o temprano. Pero es igualmente cierto que **la ausencia de intereses aglutinantes permitió que el proceso de independencia culminase con la dispersión continental en localidades impotentes (en la época de la formación de los grandes imperios) pomposamente denominadas repúblicas.** (PEÑA, 2013, p. 74, grifo nosso).

Assim, ademais das razões próprias do desenvolvimento dependente das economias latino-americanas, que já havíamos apontado como causantes do enfraquecimento do mercado interno; também a própria formação histórica dos Estados Nacionais, ao provocar a balcanização da região em distintos países, tendeu a acentuar este aspecto particular de seu desenvolvimento.

Mesmo na metrópole espanhola não existia uma integração econômica consistente, e como afirma Arregui (1971), a unificação nacional da economia jamais foi obtida.

Cada uno de los reinos [...] se encerraba en su territorio, ponía aduanas, fijaba derechos de entrada y salida y decretaba prohibiciones. Las mercancías provenientes de Aragón eran extranjeras en Castilla, Navarra, Cataluña y viceversa, de suerte que los mercaderes debían pagar derecho de peaje cuantas veces pasaban de una a otra zona fiscal. (PEÑA, 2013, p. 10).

E apesar de a monarquia ter sido formalmente unida pela religião através dos Reis Católicos, os particularismos locais continuaram existindo, ao ponto de até 1700 ainda ser proibido transportar metais preciosos de um reino a outro dentro da Espanha. Ainda assim, é bom deixar claro, muito diferente é a situação entre um território que ainda não havia conseguido se unificar economicamente de maneira plena, como a Espanha, de outro em que a própria estrutura econômica é construída em direção ao exterior, como a América Latina.

De fato, a presença de forças centrífugas é uma constante em toda a América Latina, e mesmo em territórios que lograram manter-se unidos enquanto país, essas mesmas forças se manifestaram através do regionalismo. Interior e Litoral na Argentina, Costa e Serra no Peru, Altiplano e Selva na Bolívia, são alguns desses exemplos.

A colonização, além de ter construído uma estrutura econômica radial, voltada para fora, impediu politicamente a articulação interna na América Latina. A criação de estradas só era tolerada ou estimulada dentro de cada capitania ou entre esta e as capitais da costa. Se algum colono abrisse uma nova rota por dentro da selva seria duramente castigado e sua obra destruída (Kaplan, 1974). Isto, somado a localização e isolamento das cidades e a proibição de comércio direto entre elas, determinou a falta de interdependência e integração geográfica e socioeconômica entre as várias regiões do continente.

Após a independência, em praticamente todo o território latino-americano, em maior ou menor grau, se desenrolaram lutas entre oligarquias centrais e locais – fazendeiros e plantadores, criadores e agricultores, produtores e intermediários, urbanos e rurais – e delas com grupos intermediários e populares. Essas lutas, conforme Kaplan (1974), giraram em torno do problema da hegemonia, e do controle das decisões a respeito da política econômica e da distribuição da renda nacional.

O conflito entre centralismo e regionalismo tinha razão de ser também no papel desempenhado pelas grandes cidades. As cidades capitais, frequentemente cidades-portos, haviam desempenhado durante o período colonial o papel de centros regionais para cumprimento dos objetivos das metrópoles. Centralizavam assim o poder político bem como o capital comercial, e se relacionavam mais com o mercado externo do que com o interno. Esse papel, imposto pela metrópole para impedir a colônia de se tornar nação (Peña, 2013), segue sendo desempenhado por essas cidades também após a independência⁵⁴. Não ao acaso José Carlos Mariátegui afirmava: “O Peru costeiro, herdeiro da Espanha e da conquista, domina desde Lima o Peru serrano; mas não é, demográfica ou espiritualmente, forte o suficiente para absorvê-lo. A unidade peruana está por ser feita” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 201).

Mesmo no Brasil, único país a manter sua integridade territorial pré-colonial, as forças centrífugas não deixaram de estar presentes, pelo menos durante toda a primeira metade do século XIX. Nessas condições, a própria luta de classes adquiria frequentemente uma fisionomia “regional” ou “provincial”, de acordo com a moldura de cada forma produtiva.

As tensões entre o Estado central e os grupos de senhores locais alcançam, não raras vezes, um estado insurrecional, no qual intervêm diversos fatores e também as camadas médias e populares (Pernambuco, 1817, 1824 e 1848; Alagoas e Pernambuco, 1832; Grão-Pará, 1834 a 1837; Cabanada Amazônica, 1833-1837; Bahia, 1837; Maranhão, 1838; São Paulo e Minas Gerais, 1840; Rio Grande do Sul, 1835 a 1845).” (KAPLAN, 1974, p. 224).

Alguns países encontrarão no sistema federativo uma forma de harmonização entre os particularismos regionais e locais e a vigência de um Estado nacional unificado. Este é o caso do México, entre 1824 e 1836 e de 1857 em diante, da Argentina desde 1853, Colômbia entre 1863 e 1886, Venezuela em 1884 e Brasil desde 1889. Mas aos poucos esse federalismo formal vai evoluindo para a centralização e unitarismo de fato, na medida em que o próprio

⁵⁴ A esse respeito, a fórmula de André Gunder Frank (1973) sobre a cadeia de relações metrópole-satélite é elucidativa.

desenvolvimento dependente tende a concentrar os poderes econômicos e políticos numa grande cidade.

Outro fator que atuará decisivamente para a desarticulação interna da América Latina será a presença do capital estrangeiro. A atuação de potências econômicas como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos será emblemática nesse sentido. Para os ingleses, qualquer projeto de poder unificado na região era visto com desconfiança e se temia que uma possível liga regional pudesse ser influenciada pelo republicanismo estadunidense vindo a ameaçar o longo domínio dos mares que havia sido consolidado pela Grã-Bretanha. Já para os Estados Unidos, ainda que se opusessem à influência britânica no hemisfério Ocidental, havia o receio de que uma liga americana pudesse arrastá-los num conflito entre América e Europa que causasse perdas irreversíveis à economia nacional (Kaplan, 1974).

A Grã-Bretanha atuou decisivamente na criação do Uruguai como estado tampão entre Brasil e Argentina no Rio da Prata (Scalabrini Ortiz, 2014), também garantiu a ocupação do território da Guiana Esequiba, deixando como herança um conflito territorial que permanece até os dias atuais, entre Venezuela e Guiana. Ocupou ainda o território do “Reino Misquito”, no litoral atlântico da Nicarágua, e a região que atualmente é o Belize.

Os Estados Unidos, que já haviam adquirido a Louisiana da França em 1803⁵⁵, ocupado a Flórida em 1812⁵⁶, e fomentado a rebelião no Texas que se declarou independente em 1835 para logo ser incorporado oficialmente em 1845, decretaram guerra ao México em 1846, apoderando-se de metade do território original do país asteca (Califórnia, Novo México, Arizona, Utah, parte do Colorado). Também se opuseram às tentativas de unificação da América Central, sempre com a justificativa da crítica à unidade “pela força”, como se a sua unidade nacional não houvesse sido obtida por uma guerra civil de vários anos (Abelardo Ramos, 2012). Ao mesmo tempo, contribuíram para garantir o último episódio da balcanização latino-americana, a independência do Panamá em 1903, criado artificialmente para garantir a construção do canal interoceânico.

O reduzido fluxo de mercadorias, capitais e pessoas, a falta de infraestruturas interligadas, e a ação balcanizadora deliberada das grandes potências contribuíram também para que desde o Congresso do Panamá em 1826 fracassassem “sistematicamente todos os

⁵⁵ Vendida por Napoleão Bonaparte aos estadunidenses logo após a França já ter perdido o controle sobre a colônia de Santo Domingo (Haiti), e com a intenção de criar um novo competidor contrário ao monopólio marítimo britânico sobre o Atlântico Norte, antes que a Inglaterra viesse a ocupar o território até então francês.

⁵⁶ Que acabariam recebendo da Espanha por tratado em 1821.

projetos e tentativas de constituir ligas ou federações entre alguns ou todos os países latino-americanos” (KAPLAN, 1974, p. 139).

Para além do revés dos projetos unionistas que ocorreram logo das lutas de independência, como a Grã Colômbia e as Províncias Unidas do Rio da Prata, sucumbem também a Confederação Peru-Boliviana, que durou apenas três anos, de 1836 a 1839, e as Províncias Unidas da América Central (depois República Federal Centro-Americana) que existiram de 1823 a 1839, e entre 1896 e 1898, como República da América Central, já com tamanho reduzido, incorporando apenas os atuais territórios de Honduras, Nicarágua e El Salvador.

Por outro lado, o interesse das classes dominantes leva frequentemente ao conflito externo pelo estabelecimento das fronteiras entre as “pátrias chicas”, gerando perdas populacionais, enfraquecendo as relações políticas regionais, além de absorver recursos que em outro caso poderiam ter sido utilizados para o desenvolvimento econômico. Desde as independências, uma série de guerras opõe e esgota tais países: Argentina e Brasil (1825-1828); Argentina e Uruguai com apoio do Brasil (1843-1852); Chile com a Confederação Peru-Boliviana (1836-1839); Paraguai contra a Tríplice Aliança de Brasil, Argentina e Uruguai (1865-1870); Chile com Peru e Bolívia (1879-1883), Bolívia contra Paraguai (1832-1835), etc..

Assim, por mais avançados que tenham sido os ideais daqueles grandes revolucionários latino-americanos desejosos da construção de uma Pátria Grande, a estrutura econômica engendrada por 300 anos de colonialismo bem como os interesses da principal parcela da classe dominante, atuaram decisivamente a favor da balcanização e da formação de “pátrias chicas”, bases territoriais dos atuais Estados nacionais latino-americanos.

El eclipse de los grandes revolucionarios latinoamericanos del siglo XIX no pudo ser más patético. Sólo es comparable al silencio posterior que sepultó sus actos. Bastará indicar que Bolívar, habiendo concebido la idea de crear una gran nación, desde México al cabo de Hornos, concluyó dando su nombre a una provincia y, para condensar más aún el infausto símbolo, murió vencido en su propia aldea. Abandonado por el gobierno de Rivadavia, San Martín renuncia a completar su campaña continental y se retira de la vida pública. Olvidado, muere en Francia treinta años más tarde. En el caso de Artigas, la ironía se vuelve más trágica y refinada aún. Desde hace un siglo, su estatua evoca a un prócer del Uruguay. Había luchado por la Nación y la posteridad le rinde tributo por haber transfigurado la Nación en provincia y la provincia en Nación. Su carrera se despliega en sólo una década, y agoniza en el desierto paraguayo, en la soledad más total, a lo largo de otras tres. (ABELARDO RAMOS, 2012b, p. 57).

3.2 O NASCENTE ESTADO LATINO-AMERICANO

Ruy Mauro Marini afirma que: “No vazio econômico e político da Colônia e, depois, no Império, a sociedade civil dependeu sempre, no Brasil, do Estado para constituir-se e subsistir. Não se trata de uma peculiaridade nossa, já que a encontramos praticamente em toda a América Latina.” (MARINI, 1985, p. 20-21).

Essa preponderância do Estado sobre a Sociedade Civil será uma das características particulares mais decisivas do Estado na América Latina. Nossa vocação estatista, sobrepôs o Estado à sociedade civil e “o converteu no instrumento por excelência para moldá-la e transformá-la – em benefício, naturalmente, das frações burguesas mais dinâmicas e, por isso mesmo, com maior capacidade de pressão sobre o aparelho estatal”. (MARINI, 1983, p. 21).⁵⁷

Neste aspecto nos diferenciamos do cânone clássico, europeu, segundo o qual é da sociedade civil que surge o Estado. É desta particularidade histórica, inclusive, que deriva, segundo José Aricó (2008), a incompreensão da figura histórica de Simón Bolívar por Karl Marx. O pensador alemão afirma em um texto polêmico sobre o libertador que:

Ali, onde as baionetas de Sucre imperavam, Bolívar deu livre curso a suas inclinações para o poder arbitrário, e introduziu o “Código Boliviano”, numa imitação do Código Napoleônico. Seu projeto era transplantar esse código da Bolívia para o Peru e deste para a Colômbia, a fim de manter esses Estados subjugados às forças colombianas, e manter a Colômbia submetida mediante a legião estrangeira e os soldados peruanos. Mesclando a força e a intriga, ele de fato conseguiu, ao menos por algumas semanas, impor seu código ao Peru. Como presidente e libertador da Colômbia, protetor e ditador do Peru e padrinho da Bolívia, atingiu o auge de sua glória. [...] O que Bolívar realmente almejava era erigir toda a América do Sul como uma única república federativa, tendo nele próprio seu ditador. Enquanto, dessa maneira, dava plena vazão a seus sonhos de ligar meio mundo a seu nome, o poder efetivo lhe escapou rapidamente das mãos. Informados dos preparativos de Bolívar para introduzir o Código Boliviano, as tropas colombianas no Peru promoveram uma insurreição violenta. Os peruanos elegeram o general La Mar presidente de sua república, ajudaram os bolivianos a expulsar as tropas colombianas e chegaram até a travar uma guerra vitoriosa contra a Colômbia, finalizada por um tratado que a reduziu a seus limites primitivos, estipulando a igualdade entre os dois países e separando as dívidas públicas de cada um. (MARX, 2008b, p. 52-53).

Vejam no texto como Marx já supõe de antemão a existência de nações peruana, colombiana e boliviana, e rechaça violentamente qualquer tentativa de formar

⁵⁷ Isso não significa dizer que nos países periféricos o Estado seja mais forte que nos países centrais. Como veremos mais adiante, não se trata de ser mais ou menos forte que o Estado dos países centrais, mas sim de ser um Estado particular, que responde a determinadas exigências particulares dadas pelo capitalismo dependente. O que salientamos aqui é o fato de que nos países periféricos, neste caso da América Latina, o Estado tem papel decisivo na criação e estruturação da sociedade civil enquanto que nos países centrais seu papel não foi tão protagônico.

“artificialmente”, desde um Estado centralizador, tiranizado na figura de Bolívar, uma nação sul-americana.

Segundo o argentino José Aricó isto se deve à rejeição de Marx ao raciocínio hegeliano que reconhecia “no Estado uma capacidade de ‘produção’ da sociedade civil e, por extensão, da própria nação” (ARICÓ, 2008, p. 17). Não é difícil de imaginar, portanto, porque o Bolívar de Marx tinha que ser “o herdeiro arbitrário e despótico da tradição política-estatal contra a qual Marx sempre havia lutado” (ARICÓ, 2008, p. 20).

Esta rejeição de Marx no texto sobre Bolívar tem razão de ser, não obstante, se tomada desde a perspectiva europeia. Jorge Abelardo Ramos afirma que o Estado Nacional da Europa assentava-se sobre um território comum, com habitantes ligados entre si por uma tradição cultural elaborada por um longo período de convivência. Para ele: “Essa comunidade [...] encontrava seu fundamento dinâmico para constituir seu Estado Nacional num desenvolvimento prévio de relações capitalistas de produção (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 454). Já Héctor Bruit afirma que:

O Estado nas sociedades capitalistas europeias foi uma derivação do desenvolvimento do capital. Seu caráter classista é produto das contradições sociais do sistema, da própria luta de classes que tende a quebrar o fetichismo social. Mostrando-se como instituição que está acima das classes, como simples e neutro administrador, quer dizer, fingindo ser o que não é, o Estado faz parte deste fetichismo e sua função real é mantê-lo, assegurando o abastecimento de mão-de-obra e desenvolvendo uma política monetária ligada à acumulação do capital dinheiro. Em outras palavras, o Estado atua como garantia das relações de produção capitalista, função encoberta pelo fetichismo da mercadoria. (BRUIT, 1985, p. 12).

Poderíamos afirmar, portanto, que na Europa, a nação precede o Estado moderno⁵⁸. No entanto esta realidade não se aplica às sociedades como a latino-americana, fruto da colonização. Aqui, o caráter classista do Estado não foi produto apenas de um processo interno dessas sociedades, mas esteve fundamente baseado nos movimentos contraditórios da economia mundial (Mathias e Salama, 1983). E a nação será uma construção posterior às independências, o que “faz do Estado uma instância que se antecipa às outras, organiza a sociedade, cria as classes, particularmente a burguesia, precede à Nação” (BRUIT, 1985, p. 12) e que pode, dentre outras coisas, definir de maneira mais autônoma a nação segundo seus interesses (Rivas, 2011).

Isto não significa dizer que o Estado na América Latina não tenha surgido como expressão da estrutura de classes da região, mas sim que foi agente ativo no reforço e

⁵⁸ Isto não significa isentar de contradições e conflitos o processo de formação das nacionalidades europeias e seus respectivos Estados Nacionais

expansão dessa estrutura por todo o território latino-americano. Ou seja, o Estado foi instrumento decisivo na destruição das formas comunais e consolidação da forma valor na América Latina.

Os Estados que se formam depois da independência irão assimilando povos que os espanhóis e seus filhos americanos nunca conseguiram dominar durante o tempo da colônia: os Chichimecas no norte do México, os Araucanos no Chile, várias sociedades tribais na Colômbia e outros povos. (POMER, 1985, p. 28).

De fato, na Bolívia costuma-se dizer que os guaranis, que nunca haviam sido dominados anteriormente, seja pelo Império Incaico, seja pelo Império Espanhol, tiveram seu território conquistado justamente pela República. Na Argentina, até a chamada “Conquista del desierto”, empreendida pelo General Roca entre 1878 e 1884, o território patagônico ainda estava sob domínio dos caciques indígenas, e até mesmo acordos diplomáticos entre estes e os argentinos haviam sido assinados. Já no Chile, segundo Luís Vitale, “entre 1873 e 1900 foram arrematados em leilão 1.125.000 hectares usurpados aos índios” (CUEVA, 1983, p. 78).

O Estado vai assumindo assim a tarefa de expandir as fronteiras internas e de conquistar e ocupar espaços até então habitados por trabalhadores crioulos, povos indígenas ou quilombolas. Ao mesmo tempo confirma as apropriações ilegítimas realizadas diretamente pelas oligarquias, e impede o acesso direto à terra e aos meios de produção pelas populações que viviam à margem da forma valor.

Em nome da “civilização europeia” iniciou-se na América a era do despotismo bárbaro sobre as massas, que foram submetidas ou exterminadas com as armas de fogo dos exércitos modernos. As constituições liberais legalizaram juridicamente a passagem do poder econômico às classes herdeiras do sistema vice-reinal, metamorfoseada agora num apêndice colonial magnífico da Europa. (ARREGUI, 1971, p. 73).

A conhecida “difusión del alambrado” (Cueva, 1983) é uma dessas formas típicas de constituição da propriedade capitalista do solo. Em todos os países da região, vão sendo expedidas leis de terras que visam garantir o título legal da propriedade àquelas elites que haviam logrado sua posse pelos meios mais escusos.

Por outra parte, leis contra a vadiagem ou que tornavam o serviço militar obrigatório vão sendo aprovadas com objetivo de reprimir ainda mais a população trabalhadora, e “agrilhoar essa mão-de-obra já paupérrima e vagabunda, mas que no entanto ainda não interiorizou seu processo de transformação em mercadoria” (CUEVA, 1983, p. 128).

Na Argentina, em 1815 aparece o famoso decreto contra a “vagância”, segundo o qual:

[...] todo individuo de la campaña que no fuese propietario, sería considerado sirviente y que daba obligado a reconocer un patrón, que le otorgaría una “papeleta”, a ser visada cada tres meses, bajo pena de ser considerado “vago”. Se consideraba vagancia transitar el territorio sin permiso del juez de paz. Como es lógico suponer, dicho juez era un agente de los ganaderos, propiciadores de la monstruosa ley. Los gauchos declarados “vagos” sufrían cinco años de servicio militar, o dos de conchabo obligatorio la primera vez y diez la segunda, en caso de no resultar aptos para las fatigas del ejército. (RAMOS, 2013, p. 36).

Já na Guatemala, o presidente Justo Rufino Barrios, aprovou uma lei em 3 de Novembro de 1876 que obrigava as aldeias indígenas “a proporcionarem aos donos de terra ‘o número de jovens colonos que for necessário, até cinquenta ou cem, conforme a importância da empresa’ que os requeira.” (CUEVA, 1983, p. 128).

Assim, a classe dominante local tende a utilizar a coação extra-econômica estatal como elemento decisivo na expansão da acumulação capitalista na região, em especial forjando um quadro jurídico-político adequado à realização da acumulação primitiva (Cueva, 1983). Deste modo, uma das tarefas desse Estado nascente, a quem o equatoriano Agustín Cueva chama de oligárquico-dependente, é justamente regular os salários no nível mais deprimente possível, isto é, comprimi-los até o limite mais adequado à produção de mais-valia.

De fato, como já apontamos em outra oportunidade⁵⁹, a elite vai tratando de substituir o trabalho escravo ou compulsório existente pelo trabalho assalariado submetido a uma forma particular de exploração, a superexploração da força de trabalho, em que parte do fundo de consumo do trabalhador é transformada em fundo de acumulação pelos capitalistas.

Isto só é possível pela particularidade do ciclo do capital na economia dependente, que tende a realizar as mercadorias no exterior, prescindindo, portanto, do desenvolvimento do mercado interno, em especial da indústria de bens-salário.

Mas, se na América Latina “grandes setores da classe operária não tem acesso ao consumo daquilo que produzem, estabelecendo com o capitalismo unicamente uma relação de mercado através da venda da força de trabalho, e não através do mercado interno das mercadorias” (MORAGA, 1977, p. 28), o Estado, por sua vez, necessariamente haverá de desempenhar funções específicas na garantia da reprodução do capital, “uma vez que qualquer acumulação de capital é acima de tudo um processo social.” (MORAGA, 1977, p. 28).

Já na década de 20 do século passado Mariátegui ressaltava:

⁵⁹ DA SILVA, Maicon Cláudio. **Da Senzala aos Mucambos: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.** 2013. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Enquanto o vice-reinado era um regime medieval e estrangeiro, a república é, formalmente, um regime peruano e liberal. A república tem, por conseguinte, deveres que o vice-reinado não tinha. A república devia elevar a condição do índio. E contrariando seu dever, a república pauperizou o índio, agravou sua opressão e exasperou sua miséria. A república significou para os índios a ascensão da nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 63).

Na América Latina, como garantia para a manutenção da superexploração da força de trabalho e da expansão da reprodução do capital, a repressão do Estado estará sempre pronta para ser usada e efetivamente o é frequentemente.

Não ao acaso o brasileiro Manoel Bomfim afirmava no começo do século XX que:

Abandonados pelo Estado, sofredoras e infelizes, é natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas. Elas veem as coisas como estas se lhes apresentam: o Estado só existe para o mal – extorquir e tyrannizar, e o povo desconfia dele, tem-no como inimigo, quer-lhe mal; está sempre disposto a desobedecer-lhe, porque sabe que, dos atos e resoluções do poder público, lhe vem, quase sempre, danos e opressões. E como o povo não é afeiçoado a abstrações, o Estado para ele é o governo; e é sobre este, pessoalmente qualquer que seja, que ele aplica a sua má vontade. (BOMFIM, 2005, p. 227).

Daí que, segundo Enrique Moraga (1977), o Estado na América Latina terá como característica central que o diferencia do Estado burguês europeu, ser muito mais a expressão dos interesses das classes dominantes do que a expressão da relação entre esses interesses com os das classes dominadas.

Sem embargo, devido a precoce vinculação econômica da América Latina ao mercado mundial, segundo Marini, o Estado se tornará também “avalista e protetor da nossa burguesia em seu relacionamento com as burguesias mais fortes do exterior” (MARINI, 1985, p. 20-21), o que lhe dará características particulares. Com efeito, o Estado estará orientado para dirigir para o exterior a exploração do interior.

O conjunto administrativo-fiscal atuará como reordenador do fluxo de capitais em direção à exportação. As receitas fiscais, obtidas por empréstimos e impostos, serão utilizadas no sentido da reprodução do modelo de acumulação: proporcionando empréstimos à oligarquia, efetuando os investimentos que a oligarquia não considera rentáveis a curto prazo, e contribuindo para dinamizar o mercado interno mediante a criação de postos de trabalho, a realização de obras públicas, etc.” (MORAGA, 1977, p. 60).

De fato, as exportações serão em muitos países isentas de impostos, enquanto que as mercadorias produzidas para o mercado interno sofrerão com taxas elevadas (Kaplan, 1974). Na Argentina, por exemplo, segundo Abelardo Ramos (2013), o governo de Buenos Aires assinou um decreto em 1812 que declarava livre de impostos a carne bovina para exportação, ao mesmo tempo em que fixava em 20% o tributo àqueles que a consumissem no mercado

interno. E ali aonde as elites crioulas iam tomando o poder logo das independências, abriam-se as portas para o comércio estrangeiro, para os créditos usurários e para a diplomacia europeia (Abelardo Ramos, 2013).

A política do Estado manifestava-se também no que Marcos Kaplan (1974) chama de “neutralidade mal-intencionada”, pela qual tarifas não protegiam a incipiente manufatura nacional ao mesmo tempo em que atingiam mais as matérias-primas necessárias à fabricação nacional de certos produtos que as próprias mercadorias acabadas.

O Estado desempenhará assim, funções muito próximas às que eram desempenhadas pela administração colonial anteriormente. De fato, segundo Manoel Bomfim, “em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses” (BOMFIM, 2005, p. 210), o Estado formava propriamente “um corpo alheio à nacionalidade” (BOMFIM, 2005, p. 209).

Na verdade, poderíamos dizer que este Estado era propriamente antinacional. Isto tanto no sentido de que era contrário ao povo, na medida em que atuava decisivamente segundo os interesses da classe dominante e em oposição a qualquer tentativa de sociabilidade que não à da mercadoria, quanto no sentido de atuar sistematicamente em oposição ao desenvolvimento do mercado interno.

De fato:

Es como si los gérmenes de la nación se separaran cada vez más de los fermentos del estado y éste, a través del apoyo político y militar del exterior, se volcara contra aquélla para impedir la consolidación de fuerzas integradoras, capaces de facilitar una identidad general [...] Los problemas de la liberación nacional, que es lucha antiimperialista, se combinan así con los de la liberación social, que es lucha anticapitalista. Como lo demuestra la experiencia de los países - Cuba y Nicaragua-, la verdadera constitución del estado nacional pasa obligatoriamente por la destrucción del orden capitalista. (RIVAS, 2011, p. 128).

Nesse sentido, a afirmação abaixo de Milcíades Peña a respeito da Argentina pode perfeitamente ser adaptada e estendida a toda a América Latina na disputa entre produção para o mercado interno e produção para exportação:

El interior, con su retrasada industria artesanal, era la nación estancada, la nación sin progreso moderno, sin acumulación de capital. Buenos Aires era la acumulación capitalista, el progreso, pero a espaldas e incluso contra la nación. Unos intereses tendían hacia la nación sin progreso, otros hacia el progreso sin nación. (PEÑA, 2013, p. 76).

O Estado dependente latino-americano, o Estado que se ergue sobre nossas economias dependentes, é deste modo, essencialmente antinacional, na medida em que “no se

vinculaba a la producción nacional sino que era un apéndice de la industria extranjera” (PEÑA, 2013 p. 94).

No entanto, como ressalta Milcíades Peña (2013), este Estado é nacional se com isto queremos entender que pensava em termos de todo o país, ainda que fosse, certamente, para explorá-lo. Serão confeccionados assim: “escudos, símbolos, moedas, mapas, uniformes, selos, livros geográficos e textos de história nacionais tão malformados como as mutiladas geografias.” (ABELARDO AMOS, 2013, p. 351), mas nada disso será suficiente para garantir uma atuação efetivamente comprometida com o desenvolvimento nacional. Jorge Abelardo Ramos diria ainda: “O regionalismo exportador na América Latina demonstraria que só estava apto para formar estados, mas não para formar nações.” (ABELARDO RAMOS, 2012, p. 246).

Neste contexto, o brasileiro Manoel Bomfim (2005) destaca que as autoridades não tinham nenhuma afinidade real com as populações nativas, não se cuidando nem de estudar o povo, nem de conhecer suas tendências e necessidades. Já o argentino Hernández Arregui é categórico:

Nos países coloniais a cultura é bilingue, não pelo uso de uma língua dupla mas pela coincidência de dois padrões culturais de pensamento; um nacional – o do povo – e outro estrangeirizante, o das classes comprometidas com o exterior. (ARREGUI, 1971, p. 177)

Esta situação, que acentua mais e mais a desigualdade real existente entre as classes e indivíduos no capitalismo dependente, é incapaz até mesmo de garantir a igualdade formal do ponto de vista político. Mesmo na maioria dos países latino-americanos onde se instituiu a República⁶⁰, o direito ao sufrágio universal é restringido pela lei através da proibição de votos a mulheres, analfabetos, soldados, e homens livres não proprietários (Kaplan, 1974).

Ainda quanto à participação política meramente formal da população, isto é, sua intervenção nas disputas eleitorais, os pesquisadores norte-americanos Stanley e Barbara Stein estimam que, num cálculo generoso, não devia envolver mais que 4% da população masculina durante a maior parte do século XIX. (CUEVA, 1983, p. 133)

E não poderia ser diferente em países onde uma minoria parasitária vivia do trabalho de grandes massas exploradas. Nesse tecido social grosseiro, a democracia, em seus padrões clássicos, é irrealizável. Na verdade, mais do que isto, segundo Hernández Arregui: “A

⁶⁰ A exceção é apenas o Brasil durante a fase Imperial (1822-1889) e o México em dois curtos períodos (1821-1823 e 1863-1867).

estabilidade das democracias capitalistas nega *ab ovo* a democracia dos países submissos.” (ARREGUI, 1971, p. 212).

Nesses dois séculos de vida independência, ainda que os elementos estruturais do capitalismo dependente tenham se mantido, a dependência passou por transformações que a complexificaram de acordo às exigências das mudanças na economia mundial. Essas transformações e os impactos das mesmas sobre o Estado na América Latina serão tema de nosso estudo no próximo capítulo.

4 ESTADO E PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

“A relação que liga o Estado ao regime político é complexa. É, ao mesmo tempo, uma separação e uma dependência. [...] Trata-se de uma relação análogo à que liga o preço de mercado à magnitude do valor”.

(Gilberto Mathias, Pierre Salama, O Estado superdesenvolvido: Das metrópoles ao terceiro mundo, 1983).

Ao longo da história latino-americana, ainda que o Estado tenha mantido certas características estruturais, é inegável que também passou por transformações importantes. Essas mudanças deram origem às mais variadas denominações e periodizações para apontar as singularidades do Estado latino-americano em determinados momentos históricos e até mesmo governos.

No entanto, como já apontamos no primeiro capítulo, para o método marxista, as categorias não surgem do nada, através de uma ideia elaborada por algum autor, e sim estão presentes na própria realidade antes mesmo de serem concebidas abstratamente.

Como na Macondo de Gabriel García Márquez em que: “El mundo era tan reciente, que muchas cosas carecían de nombre, y para mencionarlas había que señalarlas con el dedo.” (MÁRQUEZ, 2013, p. 09), também na América Latina, as particularidades históricas criadas pelo capitalismo dependente levaram muitos autores a caracterizarem o Estado na região de diversas maneiras.

Não obstante, para não cair em equívocos, e apontar corretamente as transformações no Estado latino-americano, é preciso partir das metamorfoses sofridas pelo capitalismo dependente na região. E uma categoria que fornece precisão a esta análise é justamente a definição de padrão de reprodução do capital.

4.1 PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Desde o surgimento do pensamento marxista, a ciência vulgar tem adotado frequentemente a especialização como sinônimo de garantia de sucesso científico. A noção epistemológica que justifica este processo é a ideia segundo a qual, na medida em que se alcancem as partes da realidade, se chegaria ao “átomo”, a parte sem partes, e por consequência seria possível explicar toda a vida social (Osorio, 2012a).

Esta visão equivocada entende a realidade social como fruto da existência de “coisas”, sem evidenciar as relações sociais que a articula e atravessa. Acentua assim, as partes em detrimento do todo, o singular ao invés do universal.

No entanto, como vimos no primeiro capítulo, singular, particular e universal são níveis de abstração de uma existência real, antes mesmo de serem percebidos abstratamente. Sendo produto da realidade, é esta mesma quem define a posição relativa de determinados fenômenos e categorias enquanto seus determinantes.

A perda da compreensão dessa realidade leva os cientistas vulgares a analisarem as partes separadas do todo, o singular sem a atividade unificadora universal. Isto não significa que a parte não possa ser analisada. Ao contrário, o estudo da parte é essencial para o desenvolvimento da ciência, mas o mesmo não pode ser descolado dos determinantes mais gerais da totalidade. E em “nosso tempo, tal atividade unificadora não é outra senão a lógica do capital, a qual como um tornado derruba, absorve, faz girar e eleva pelos ares todas as relações que encontra em seu caminho, reorganizando-as e deixando nelas sua marca.” (OSORIO, 2012a, p. 37).

Apenas no seio dessa atividade unificadora, universal, totalizante, as partes do todo podem ser compreendidas, através da variação entre o universal e o singular marcada por diferentes níveis de abstração.

Como aponta o chileno Jaime Osorio (2012a), o padrão de reprodução do capital é um desses níveis, mas não qualquer um. É ele que estabelece as mediações necessárias entre os níveis mais universais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis mais histórico-concretos e menos abstratos (formação econômico-social e conjuntura).

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados [...] considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições eu esses processos geram. (OSORIO, 2012a, p. 40-41).

Isto permite historicizar a reprodução do capital, respondendo às razões que tornam necessário que o capital se valorize assumindo a forma deste ou daquele valor de uso, e possibilitando a análise dos processos que exigem a emergência, auge ou declínio de determinado padrão de reprodução do capital.

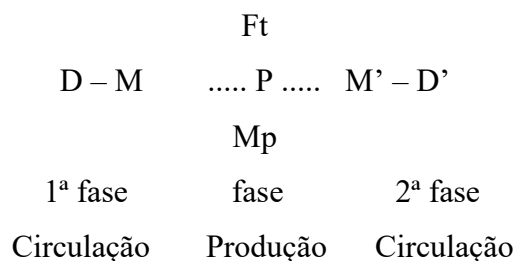
A respeito do primeiro ponto, como aponta Jaime Osorio (2012a), valorizar o capital produzindo salsichas não é o mesmo que produzindo canhões. “Os processos produtivos de um ou outro valor de uso são diferentes, e diferentes são os consumidores e os mercados de tais produções, assim como as políticas estatais que daí se originam. Uma economia que

sustenta sua valorização em produtos bélicos estimulará a geração de conflitos e de guerras para criar mercados para seus produtos.” (OSORIO, 2012a, p. 46).

Já quanto à segunda dimensão, em todos os processos de transição entre um padrão e outro, há razões econômicas que também são políticas. “São projetos de classe de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem.” (OSORIO, 2012a, p. 46). E tudo isso, por sua vez tem consequências nas classes dominadas, na medida em que existem projetos de reprodução do capital que são mais ou menos agressivos à classe trabalhadora ou afetam mais tal ou qual estrato dela.

Exige-se incorporar na análise também a procedência do dinheiro que se investe (se estatal, privado nacional ou privado estrangeiro), o tipo de máquinas e ferramentas que se emprega, os mercados em que as mesmas são adquiridas, o nível de instrução necessário para a força de trabalho, as formas de organização da produção (linha de montagem, círculo de qualidade, trabalho domiciliar, terceirização, etc.), os valores de uso que se produzem, para quais tipos de mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários, bens de capital), a que economia se dirigem (mercado interno, mercado externo), a quem regressa a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes, quanto é pago pelo uso de tecnologias e patentes, quanto permanece no país), entre outros pontos.

Nesse sentido, Jaime Osório (2012a) apresenta através da exposição do ciclo do capital-dinheiro, que vemos abaixo, os principais problemas que tem que ser respondidos por cada padrão de reprodução do capital.



Vejamos a seguir cada uma dessas fases:

4.1.1 Primeira fase de circulação (D – M)

Na primeira fase da circulação (D – M), três são as perguntas essenciais que devem ser respondidas para entender o percurso do capital em cada padrão de reprodução: Quem investe? Quanto investe? E em que investe?

A primeira pergunta diz respeito à origem do capital dinheiro, o que tem correspondência direta na estrutura de classes do país. Este capital pode ser estatal, o que tende a reforçar o aparato burocrático do Estado e sua tecnocracia; ser privado nacional, garantindo mais poder a uma burguesia interna; ou ainda ser privado estrangeiro, reforçando a presença imperialista dentro do país, e gerando assim uma variável a mais na equação de poder.

Quanto ao montante investido e em que se investe, através dessas perguntas podemos encontrar algumas chaves para determinar quais são os setores e ramos que tem centralidade na acumulação e reprodução de capital em determinado país. Isto tem implicação direta na economia dos países, uma vez que “nem todos [ramos e segmentos da produção] possuem a mesma capacidade de arrastar outros ramos e setores – ou de converter-se em pequenas locomotivas que puxem a expansão destes” (OSORIO, 2012a, p. 48).

Também quanto ao valor de uso produzido pelo capital há diferenças, uma vez que em cada valor de uso estão contidas propriedades físicas que muitas vezes afetam diretamente o ciclo do capital. A rotação do capital aplicado em uma indústria de calçados é diferente, por exemplo, da rotação do capital aplicado na plantação de soja. O tempo da rotação do capital no primeiro caso tem muito mais possibilidades de ser reduzido do que no segundo, uma vez que na agricultura, mesmo com o desenvolvimento da técnica, há um limite último na redução da rotação que é o limite da natureza.

Tanto no caso das indústrias do setor I (meios de produção) quanto do setor II (meios de consumo), uma parte do dinheiro que circula como capital deve servir para a compra de meios de produção: galpões, edifícios, máquinas e equipamentos, matérias-primas, reposição de peças, computadores, combustíveis, tecnologia, softwares, etc. E é preciso saber onde são adquiridos esses meios de produção, se no mercado interno ou externo.

O assunto é relevante porque tem consequências ao menos em duas direções: se são adquiridos no exterior, isso mostra, por um lado, o débil desenvolvimento interno do setor I, e, por outro, que uma parte substantiva de D, apenas iniciado o processo, sairá imediatamente ao exterior como forma de pagamento para compra desses bens. (OSORIO, 2012a, p. 50).

Outra parte do capital se destina à compra de força de trabalho, e aí entra em cena a dimensão de análise do valor da força de trabalho, o espaço e tempo, bem como a exploração.

O lugar geográfico em que se dá a produção é importante, por exemplo, na determinação de que necessidades específicas precisam ser sanadas. Um exemplo são as diferenças entre uma região de clima frio e outra de clima tropical em relação ao tipo de alimentação, habitação e vestuário necessário para sobrevivência dos trabalhadores.

Também na determinação do valor da força de trabalho influem elementos histórico-morais. “Por exemplo, uma cultura baseada no milho soluciona suas necessidades básicas em matéria alimentar de maneira distinta de outras baseadas no trigo ou no arroz” (OSORIO, 2012a, p. 52). Do mesmo modo, ao longo da história, e com o desenvolvimento das forças produtivas, as necessidades básicas da classe trabalhadora se transformam, incorporando novos elementos de consumo.

A reprodução dos trabalhadores – que inclui as novas gerações, razão pela qual deve contemplar em seu valor a família operária – não pode ser calculada como a soma de um montante determinado de calorias, proteínas e vitaminas que se encontram em bens quaisquer, o que implicaria considerar a reprodução fisiológica como quem dá de comer a um animal de carga. Existem elementos históricos e morais que não podem ser negligenciados [...] Por isso, não há nada de estranho no fato de em favelas urbanas pobres se multiplicarem antenas de televisão, apesar de seus habitantes não contarem com os alimentos básicos. O que deve surpreender não são as antenas, mas o fato de que a esta altura do desenvolvimento societal existam pessoas que não possam contar com os bens materiais básicos, próprios da época em que vivem, e satisfazer ao mesmo tempo o resto de suas necessidades básicas de maneira suficiente. (OSORIO, 2012a, p. 52-53).

As especificidades de qual ramo ou setor da economia é dominante em determinado padrão de reprodução do capital também afeta a localização territorial e as condições de vida da força de trabalho. Nas regiões mineiras da América Latina durante os séculos XIX e XX, por exemplo, uma vez que muitas delas se localizadas em zonas inóspitas ou distantes dos grandes centros, se “propiciou processos de proletarização acelerados ao concentrar milhares de trabalhadores em acampamentos e depender do salário como forma fundamental de subsistência, diante da impossibilidade de desenvolver uma produção agrícola” (OSORIO, 2012a, p. 52). De igual modo, durante a fase de industrialização latino-americana, se concentrarão grandes massas de trabalhadores nas periferias dos grandes centros industriais, sem nenhum tipo de infraestrutura urbana que lhe garantisse melhores condições de vida.

Também desde o ponto de vista da força de trabalho, faz diferença se no padrão de reprodução do capital dominante o salário recebido pelo trabalhador repõe o valor da força de trabalho ou se é insuficiente para isto. Neste último caso, como vimos no capítulo 1, o regime de superexploração vigora, e efetivamente o capital se apodera de parte do fundo de consumo

do trabalhador, encurtando sua vida e se apropriando hoje dos anos futuros de seu trabalho e vida (Osorio, 2012a).

4.1.2 Fase de produção (... P ...)

Na fase de produção, para captar os determinantes centrais do padrão de reprodução do capital, é preciso analisar essencialmente a forma como o capital consome a força de trabalho. Dentro desta perspectiva, alguns elementos importantes são: a jornada de trabalho, a produtividade e intensidade do trabalho, e a organização do trabalho.

A jornada de trabalho é o terreno clássico sobre o qual se dá a disputa pelo excedente entre capitalistas e trabalhadores, como já apontou Marx em *O Capital*. Cada padrão de reprodução do capital exige uma forma específica de organizar essa jornada, seja em termos diários ou em termos totais. Assim, por exemplo, um padrão de reprodução industrial tende a exigir certa regularidade da jornada, uma vez que é preciso que o trabalhador volte à fábrica no dia seguinte para dar continuidade à produção de mercadorias. Já em um padrão de reprodução fundado na agricultura, esta exigência pode não existir, sendo comum a necessidade de mais força de trabalho apenas em momentos específicos da produção, como o plantio ou a colheita.

As elevações na produtividade e na intensidade do trabalho também incidem diretamente na fase de produção. São fenômenos próximos, na medida em que em ambos os casos altera-se a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário, incrementando a produção. No entanto, há uma diferença substancial. Enquanto a elevação da produtividade obtida através de avanços tecnológicos e organizacionais do trabalho incrementa o trabalho excedente através da redução do valor do trabalho necessário, no caso da elevação da intensidade do trabalho esses mesmos avanços são utilizados “para aumentar o desgaste dos trabalhadores, o que não ocorre com a primeira.” (OSORIO, 2012a, p. 57).

Já as formas de organização do trabalho, que tem variado ao longo do tempo, desde a produção domiciliar e primeiras manufaturas, até a grande indústria, linha de montagem e produção flexível, e sobre a qual interferem a composição técnica do capital, o grau de centralização e concentração, etc., variam também segundo as alterações nos padrões de reprodução do capital, e decididamente com base em quais valores de uso são preponderantemente produzidos nesses padrões. “Uma fábrica de computadores ou de

automóveis tem uma organização diferente de uma que produz vinho, madeira ou frutas frescas” (OSORIO, 2012a, p. 59), por exemplo.

Quando a economia transita de um padrão de reprodução para outro, e um novo ramo da produção passa a ocupar papel central no ciclo do capital, isto não significa que os demais ramos atrelados ao padrão passado deixem de existir, mas sim que passam a funcionar subsumidos ao novo padrão. Também com a organização do trabalho se passa o mesmo. Novas formas de organizar o trabalho não excluem a permanência das velhas, e assim a grande indústria pode conviver ao lado da produção doméstica, por exemplo, e a linha de montagem ao lado da produção flexível.

Ainda no âmbito da fase da produção, um aspecto que incide diretamente sobre o padrão de reprodução do capital é se a forma dominante de exploração do trabalhador repõe o valor da força de trabalho ou se, ao contrário, a desgasta para além do valor repostado.

Esta segunda forma de exploração, como já apontamos no primeiro capítulo, é a superexploração da força de trabalho, e trata-se da forma dominante no capitalismo dependente. No entanto, ela pode ser mais ou menos intensificada e mais ou menos estendida nas economias dependentes segundo as alterações no padrão de reprodução do capital. Por exemplo, em padrões que se sustentam, sobretudo no atendimento à demanda do mercado externo, a superexploração tende a ser acentuada, uma vez que se dá a cisão entre as esferas de produção e circulação do capital, e o trabalhador entra no ciclo do capital apenas como meio de trabalho e não como consumidor.

4.1.3 Segunda fase de circulação (M' – D')

Na segunda fase da circulação do capital, quando as mercadorias voltam a circular com objetivo de se realizarem em dinheiro, “a primeira pergunta a ser feita é a que mercados se dirigem, porque estes são sempre uma categoria social” (OSORIO, 2012a, p. 59).

Assim, é necessário diferenciar os mercados de meios de produção dos de bens salariais, as demandas geradas por diferentes setores do capital (grande, médio, pequeno), se o mercado atendido é gerado pela mais-valia não consumida produtivamente, em especial gerada pelo consumo de bens suntuários e de “luxo”, ou fruto do consumo produtivo, e ainda se a produção é destinada ao mercado interno ou ao exterior, e neste caso, a qual país se destina.

Outro aspecto importante diz respeito ao tipo e à quantidade dos valores de uso lançados ao mercado, isto porque nem todos eles têm o mesmo tipo de demanda, e uma crise generalizada pode derrubar a procura por mercadorias não indispensáveis, como banana, café, outras frutas e até algumas matérias-primas (estanho, cobre, etc.), mas tende a golpear menos a busca por bens de consumo salarial ou industrial indispensáveis, como carne, trigo, petróleo, etc. (OSORIO, 2012a, p. 60).

4.2 ESTADO E PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA

Em cada uma das fases de seu ciclo, o capital necessita de determinadas condições para se reproduzir que são fruto tanto de decisões econômicas como políticas. Essas decisões exigem a atuação de um poder político central desempenhado historicamente pelo Estado.

O instrumento tradicional do Estado para, através de decisões políticas influir na economia, é a política econômica. Por meio dela “é possível ajudar o capital para que seu trânsito pelo ciclo seja mais fluido e favorável a suas necessidades” (OSORIO, 2012a, p. 72).

Jaime Osório (2012a) sintetizou exemplos de campos de aplicação e instrumentos da política econômica conforme a tabela que reproduzimos abaixo:

Campo de atuação	Instrumento
Monetário	Taxas de juros
Fiscal	Impostos (pessoas e empresas) Gasto público
Comércio exterior	Tipo de câmbio Nível de tarifas de importação
Investimento estrangeiro	Impostos sobre lucros e dividendos Empréstimos
Consumo	Impostos de compra e venda Seguridade social
Mão de obra	Taxas salariais
Produção	Subsídios Controle de preços
Investimento	Taxa de juros Isenção de impostos Investimento público

Tabela 1 – Síntese de instrumentos de Política Econômica

Fonte: OSORIO, 2012a.

No nível de análise do padrão de reprodução de capital, como já fazemos a distinção entre frações e setores do capital, fica evidente que a política econômica não pode resolver da

mesma maneira as necessidades de reprodução de todas essas frações e setores, e que alguns deles serão mais favorecidos enquanto outros mais prejudicados.

Neste âmbito, ainda que o Estado seja, desde uma perspectiva mais universal, o comitê de negócios da burguesia, há disputa entre as distintas frações e setores particulares do capital sobre o controle do aparato do Estado, a fim de que este impulse políticas econômicas favoráveis a seus projetos de reprodução do capital.

Isso significa, da perspectiva do campo da política, que no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução particular. (OSORIO, 2012a, p. 72).

Não obstante, é preciso assinalar que atuação política do Estado no âmbito da economia não se restringe à política econômica. De fato, o poder do Estado vai muito além da mera gestão macroeconômica, e pode incluir, como frequentemente o fez na história latino-americana, o uso da força para garantir os interesses das frações dominantes do capital.

Cada período histórico de vigência de determinado padrão de reprodução do capital é acompanhado, portanto, da disputa entre frações e setores do capital pelo controle do Estado. Com o domínio sobre o Estado, essas frações ou setores buscam determinar por meio de políticas econômicas, alterações na legislação ou do uso da força, um ciclo do capital mais favorável a seus interesses particulares.

Jaime Osorio (2012a) sistematiza a evolução dos padrões de reprodução dominantes na América Latina segundo a tabela a seguir. É com base nessa sistematização que apontaremos algumas das transformações no Estado na América Latina desde a sua formação.

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Tabela 2 - Padrões de reprodução do capital na América Latina.

Fonte: OSORIO, 2012a.

Não pretendemos esgotar aqui a discussão sobre essas transformações do Estado latino-americano segundo as mudanças nos padrões de reprodução do capital dominantes em cada época da história, mas sim, apontar a sua existência. Um estudo exaustivo sobre isto nem mesmo poderia ser objetivo deste trabalho, uma vez que nossa análise se centra num nível de abstração mais elevado, e envolve as determinações mais estruturais sobre a particularidade do Estado dependente latino-americano.

4.2.1 O padrão agromineiro exportador e o Estado oligárquico-dependente

O padrão agromineiro exportador foi aquele dominante na América Latina desde quando esta se inseriu no mercado mundial após os processos de independência. Este padrão se estendeu por todo o território latino-americano, e se caracterizava pela produção de um tipo de mercadoria destinada ao mercado exterior, frequentemente não consumida, ou marginalmente consumida pelo mercado interno latino-americano, como já apontamos no capítulo anterior.

Jaime Osorio diferencia este padrão em duas modalidades: “economias que requerem o uso extensivo de territórios e outras que requerem um uso intensivo. Entre as primeiras estão as grandes plantações de trigo e os campos de criação de gado. Entre as segundas, os enclaves mineiros são o modelo típico” (OSORIO, 2012a, p. 74).

De fato, como apontamos anteriormente, a própria dinâmica determinada pelo valor de uso tem consequências próprias em cada território. A produção de mercadorias de origem agrária gera uma ocupação territorial muito diferenciada da produção de minerais. Em diversos casos, sobretudo quando os centros mineiros encontravam-se afastados dos centros urbanos, foi necessário desenvolver uma “infraestrutura para concentrar mão de obra abundante, criando-se verdadeiros povoados mineiros, que têm como correlato a proletarianização de setores campesinos ou semicampesinos” (OSORIO, 2012a, p. 74), ao perderem sua relação com a terra e passarem a depender apenas do salário para sua subsistência. Por outro lado, onde foi dominante a produção agrícola, o processo de proletarianização (entendido como perda da propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores) não necessariamente foi acompanhado da generalização do salário como

remuneração da força de trabalho, uma vez que existiam outras possibilidades não monetárias⁶¹.

Mas as particularidades também dizem respeito a outros fatores. Vânia Bambirra (2013), por exemplo, ao tratar dos processos de industrialização da América Latina, aponta como fator decisivo para os rumos singulares que cada país da região percorreu em seu desenvolvimento, o grau de controle nacional sobre o excedente produzido. Ou seja, além da diferenciação estabelecida por Osorio, entre padrões assentados na produção de minerais e outros baseados na produção agropecuária, há também que se diferenciar se o capital dominante é nacional ou estrangeiro, isto porque o efeito dinamizador na economia tende a ser maior em países em que a produção dominante é controlada por capitalistas nacionais (caso do café brasileiro, por exemplo) que em outros países em que o domínio é estrangeiro, como na América Central, em que a estadunidense United Fruit Company dominava a produção de banana, remetendo excedente ao exterior e demandando muito pouco das economias centro-americanas para além de força de trabalho.

Em todo caso, apesar dessas particularidades, o padrão agromineiro exportador tem características centrais que lhe são estruturantes e que exigem do Estado uma atuação decisiva. A preponderância do mercado externo sobre o interno desencadeará, por exemplo, a necessidade de construir uma infraestrutura voltada para o escoamento da produção, bem como uma relação com os trabalhadores fundada unicamente na exploração de seu trabalho e não em seu consumo.

O Estado no padrão de reprodução agromineiro exportador assume, portanto, uma série de funções e tarefas que visam garantir as condições de rentabilidade para o capital investido na produção de mercadorias agrárias ou minerais para exportação. Cria infraestrutura; coloca em funcionamento um sistema creditício em benefício da oligarquia dominante; garante a permanência e reprodução da estrutura fundiária concentrada quando o padrão é baseado na produção agrária; reprime os trabalhadores quando estes se opõem aos interesses dominantes; desvaloriza o câmbio de modo a beneficiar a oligarquia exportadora; contrai empréstimos externos endividando o país na busca pelos recursos necessários à atenção dos interesses oligárquicos; e até mesmo age efetivamente contra os interesses nacionais e a favor de interesses estrangeiros, sobretudo em países em que a produção é controlada pelo capital externo.

⁶¹ Caso do sistema de barracões, no Brasil, ou de Tiendas de Raya, no México, ou de pagamentos em espécie, comuns em diversos países latino-americanos.

Agustín Cueva (1983) se refere ao Estado existente na América Latina desde as independências até o começo do século XX como Estado oligárquico-dependente. Ainda que a análise de Cueva não se centre sobre a categoria de padrão de reprodução do capital, nos parece adequado adotar esta nomenclatura para se referir ao Estado na América Latina durante o período histórico em que dominou o padrão de reprodução agromineiro exportador, uma vez que ela deixa explícitas duas características estruturais do Estado latino-americano neste período, o domínio político e econômico da oligarquia e o caráter dependente de nossos países.

Segundo Jaime Osorio (2012a), o padrão agromineiro exportador, nunca deixou de existir na América Latina, mesmo com o surgimento de novos padrões de reprodução, mas sim se readequou, na medida em que foi subordinado aos novos padrões existentes, adaptando-se às novas condições.

4.2.2 O padrão industrial dependente e os Estados desenvolvimentista e de contrainsurgência

O desenvolvimento das forças produtivas primeiro, e logo a industrialização, modernizaram e deram maior complexidade à estrutura social latino-americana (Moraga, 1977), ainda que isto não tenha implicado romper em nenhum momento com a produção agrícola e mineral para exportação. As camadas médias urbanas começaram a proliferar em virtude da urbanização, crescimento demográfico, e da própria necessidade de construir uma burocracia estatal. Por outro lado, a industrialização, que se inicia em alguns países no final do século XIX e se acelera a partir do século XX, foi conformando pela primeira vez na história latino-americana um proletário urbano numeroso. Tudo isso acentuou a luta de classes e gerou pressão sobre o Estado que até então havia historicamente atendido quase que exclusivamente apenas os interesses das elites.

Também no âmbito das classes dominantes, com o surgimento de uma burguesia industrial e a passagem do padrão de reprodução agromineiro exportador para o padrão industrial dependente, novas demandas surgem.

Um padrão de industrialização como o que se impulsionou na América Latina entre os anos 1940 e 1970 requeria, por exemplo, políticas econômicas protecionistas em termos de tarifas de importação; forte intervenção do Estado em matéria de investimentos; um tipo de bancos de desenvolvimento com créditos a baixas taxas de juros para as empresas; um sistema bancário com condições de fomentar o consumo individual mediante empréstimos brandos; políticas salariais que permitissem a incorporação de segmentos operários ao consumo e, dessa forma,

alcançar uma ampliação do mercado interno; na mesma linha, um Estado que impulsionasse políticas sociais que ampliassem a demanda dos assalariados (aposentadorias, benefícios sociais etc.). (OSORIO, 2012a, p. 73).

O Estado latino-americano vai ganhando assim complexidade quando comparado ao cenário anterior; torna-se terreno negociável e de negociações, amplia-se sem que isso desencadeasse a perda de hegemonia das classes dominantes sobre seu aparelho. Assim, o “Estado é largamente utilizado para dar apoio e controlar o movimento de massas, o qual sobe à cena política perdendo a sua independência” (MORAGA, 1977, p. 108).

Deste modo os sindicatos ficam sob tutela direta do Estado ou do líder carismático/partido que está no poder, tendo de executar duas tarefas principais: “1) atrair a classe operária, ganhando assim o seu apoio para a sua resistência contra as excessivas pretensões do imperialismo; 2) ao mesmo tempo, arregimentar os trabalhadores, submetendo-os ao controle da burocracia” (MORAGA, 1977, p. 108).

O imperialismo vai ser outro elemento que ocupará papel central no Estado do padrão industrial-dependente. Se na primeira fase da industrialização latino-americana, a que muitos chamam de substituição de importações, se constata o predomínio do capital nacional em muitos países (países de tipo A, segundo Vânia Bambirra (2013)):

Tal situação sofre mudanças radicais nos anos 1950, quando, diante da necessidade de passar a novas fases na industrialização (criação de máquinas e ferramentas, ou seja, o setor I, meios de produção), os Estados e o capital industrial latino-americano optam por se associar ao capital estrangeiro, permitindo que equipamentos obsoletos na economia estadunidense, principalmente, resolvessem as necessidades anteriores, para o que abriam as portas do setor secundário ao capital estrangeiro. (OSORIO, 2012a, p. 83).

Essa transformação pela qual passa o padrão de reprodução industrial-dependente, de um predomínio do capital nacional para um domínio do capital estrangeiro, desencadeia transformações também em nível do Estado.

Até então a presença do capital estrangeiro em território latino-americano era mais forte na fase da circulação do capital, ou seja, como mercado onde se realizavam as mercadorias fabricadas na região. Mas este cenário se alterará a partir de meados do século XX, quando o predomínio do capital monopolista em nível mundial já se tornava irreversível. Desde então, o capital estrangeiro começará a dominar mais e mais também a fase de produção do ciclo do capital, em especial na produção industrial.

A luta de classes na região se vê drasticamente afetada pela presença desse capital em território latino-americano, de modo que o Estado do padrão industrial-dependente, que em sua etapa internalizada e autônoma pode ser chamado de Estado desenvolvimentista,

acabará por se transformar no Estado de contrainsurgência quando este padrão inicia sua segunda etapa histórica, de integração ao capital estrangeiro.

No Estado desenvolvimentista:

La inversión estatal se realiza fundamentalmente para permitir la reproducción del capital privado, dirigiéndose ya a los sectores de infraestructura y servicios básicos, ya a nuevas ramas que no son todavía remunerativas o que exigen un capital mínimo demasiado elevado; en estos casos, el Estado opera muchas veces en asociación con el capital privado, sea para asegurarlo contra el riesgo, sea para crear el volumen de capital necesario para posibilitar la acumulación. (MARINI, 1977, s/p).

Como consequência da expansão das atribuições do Estado, “o aumento das funções e das instituições necessárias para esse modelo proporcionou também o crescimento do emprego estatal” (OSORIO, 2014, p. 211). Esta massa de empregados estatais, necessária do ponto de vista da produção para o funcionamento da máquina do Estado desenvolvimentista, também desempenha papel importante do ponto de vista da realização do capital, ao gerar uma demanda para a produção industrial.

Como esses trabalhadores estatais desempenham, em sua maioria, trabalho improdutivo, a sua remuneração tem origem na mais-valia não acumulada pelo capital e absorvida pelo Estado por meio dos impostos, de modo que a sua demanda acaba por servir como mercado para os bens da esfera alta da indústria latino-americana, que devido à superexploração da força de trabalho, não podem se generalizar como consumo de massa.

Não ao acaso Ruy Mauro Marini chama o Estado deste período de Estado populista, “es decir, el ‘Estado de toda la burguesía’, que favorecía la acumulación de todas sus fracciones (aunque éstas aprovecharan desigualmente los beneficios puestos a su alcance)” (MARINI, 1978, s/p).

No entanto, talvez atualmente seja complicado definir o Estado desenvolvimentista como Estado populista, uma vez que o pensamento dominante tratou de criar todo um estigma a respeito do populismo que coloca muitas vezes governos de esquerda e direita em um mesmo pacote.

Já em fins dos anos 1980, o equatoriano Agustín Cueva (1988) tratou de criticar estas concepções, questionando-se a onde se pretendia chegar terminando por colocar no mesmo saco fenômenos políticos tão dispares como o fascismo e o socialismo, ou expressões tão distintas como as representadas por Hitler, Mao, Perón, Tito ou o Partido Comunista Italiano?

Ainda assim, de fato durante a fase internalizada e autônoma do padrão de reprodução industrial-dependente foi possível manter uma situação relativamente favorável a

várias frações da burguesia e da pequena-burguesia. Esta situação se alteraria com a passagem para a fase de integração ao capital estrangeiro.

La integración imperialista corresponde, junto a la superexplotación del trabajo, a la acentuación de la centralización de capital y de la proletarización de la pequeña burguesía. Por esto, agudiza la lucha de clases y apunta a romper el esquema de alianzas adoptado hasta entonces por la burguesía, tanto a causa de las contradicciones existentes entre sus fracciones monopólicas y no monopólicas, como debido a la lucha que se entabla entre la burguesía en su conjunto y la pequeña burguesía, la cual acaba por empujar a esta hacia la búsqueda de alianzas con el proletariado y el campesinado. (MARINI, 1978, s/p).

O resultado desse processo é a ruptura com o pacto social existente até então, alterando-se a própria forma do Estado desenvolvimentista.

En su lugar, se crea un nuevo Estado, que se preocupa fundamentalmente de los intereses de las fracciones monopólicas, nacionales y extranjeras, y establece, pues, mecanismos selectivos para favorecer su acumulación; las demás fracciones burguesas deben subordinarse a la burguesía monopólica, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopólico, mientras que la pequeña burguesía, aunque sin dejar de ser privilegiada en la alianza de clases en que reposa el nuevo poder burgués, es forzada a aceptar una redefinición de su posición, pierde importancia política y queda, ella también totalmente subordinada, con sus condiciones de vida vinculadas a las iniciativas y al dinamismo de la burguesía monopólica. (MARINI, 1978, s/p).

O acirramento da luta de classes desencadeado pelo desgaste da fase internalizada e autônoma do padrão de reprodução industrial-dependente levará à fração monopólica da burguesia latino-americana e sua aliada imperialista a recorrerem a uma nova forma do Estado dependente que se tornará plena na fase de integração ao capital estrangeira, trata-se do Estado de contrainsurgência.

O Estado de contrainsurgência é, segundo Marini (1978), um produto da contrarrevolução latino-americana. O crescimento do movimento de massas em toda a região, inspirado pelo sucesso de processos importantes como a Revolução Boliviana de 1952 e principalmente a Revolução Cubana de 1959, inviabilizará a manutenção do pacto de classes do Estado desenvolvimentista. Neste momento, mais do que nunca até hoje na história latino-americana a disjuntiva revolução–contrarrevolução estava na ordem do dia. A burguesia monopolista recorreu assim ao uso do terrorismo de Estado contra seus oponentes, “desde las fracciones rivales hasta, y muy especialmente la clase obrera” (MARINI, 1978, s/p), resolvendo a equação do poder em seu favor.

O Estado de contrainsurgência é, portanto, “el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas, independientemente del régimen político vigente” (MARINI, 1978, s/p). Ele pode “perfectamente mantenerse en el marco de la dictadura

militar, como ocurre en Brasil, o configurar incluso un régimen civil, como en Venezuela, sin que ello afecte la estructura y el funcionamiento real del Estado de contrainsurgencia.” (MARINI, 1978, s/p).

De fato, segundo Marini é na Venezuela onde se realizará o primeiro ensaio de contrainsurgência na América Latina, ainda nos anos 1960, quando o país chegou a:

[...] crear su Consejo de Seguridad Nacional y [ha] llegado incluso a la estructuración de un Sistema Nacional de Empresas Públicas, que rige el capitalismo de Estado venezolano fuera de todo control por parte del Congreso y demás órganos estatales. (MARINI, 1978, s/p).

Em todo caso, o principal tipo de regime em que se expressará o Estado de Contrainsurgência será a ditadura militar. De fato, durante a segunda metade do século XX, a grande maioria dos países latino-americanos vivenciará regimes desse tipo, como é o caso do Brasil, Uruguai, Chile, Argentina, Bolívia, Guatemala, etc.

A natureza desses regimes – uma ditadura militar – levou muitos pesquisadores a buscarem nesta característica a expressão principal do Estado latino-americano durante este período, apontando como uma particularidade do Estado latino-americano a sua existência enquanto Estado de exceção permanente ou Estado de emergência permanente.

Enrique Gomariz Moraga, por exemplo, afirma que:

[...] o Estado desenvolvimentista deveria ser o Estado típico da formação industrial-dependente, segundo os interesses das classes dominantes; mas, enquanto estas não encontrarem um esquema estável de alianças, e enquanto a crise estrutural tiver a sua expressão ao nível da luta de classes (entre classes antagônicas), a burguesia deverá instituir o Estado de Emergência permanente, se quiser manter o seu sistema de dominação. (MORAGA, 1977, p. 228).

Já Heinz Rudolf Sonntag, generalizando este aspecto como estrutural do Estado nos países dependentes afirma:

[...] el capitalismo subdesarrollado, está caracterizado, en contraposición al capitalismo altamente desarrollado, por el carácter permanente de la crisis política. La naturaleza especial de las relaciones clasistas provoca constantemente nuevas crisis políticas. La consecuencia de su permanencia es la crisis perpetua del sistema institucional, el estado de excepción perpetuo. Las instituciones tienen que estar creadas de tal forma que puedan ser modificadas a cada momento o mantenidas invariables durante mucho tiempo. (SONTAG, 1974, p. 53-54).

No entanto, a debilidade dessas interpretações frente à categoria de Estado de Contrainsurgência de Marini está justamente em generalizar a natureza do regime como o caráter estrutural do Estado latino-americano durante esta fase. Caem assim, quase que num politicismo, e não entendem que não é a forma política que determina a estrutura do Estado

Latino-americano, mas o contrário, ou seja, foram as transformações desencadeadas na economia dependente que exigiram do Estado latino-americano uma adequação no sentido de garantir pela força a vitória da contrarrevolução, isto tudo, independente da forma política que tenha assumido o Estado: uma ditadura militar como no caso dos países do Cone Sul, ou uma democracia formal, como na Venezuela, Colômbia ou México.

O Estado de Contrainsurgência também não nega totalmente as características do Estado Desenvolvimentista, uma vez que ambos são formas assumidas pelo Estado dependente latino-americano durante a vigência do padrão de reprodução industrial-dependente. O que ele faz é superar seu antecessor, adequando a estrutura do Estado à nova fase do capitalismo dependente, de domínio do capital estrangeiro monopólico.

A necessidade do Estado de Contrainsurgência desaparecerá, portanto, quando o domínio do capital monopólico já está plenamente estabelecido e a revolução deixa de ser uma ameaça real, na medida em que as organizações revolucionárias foram destruídas fisicamente, e as experiências socialistas reais, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Democrática da Alemanha deixaram de existir.

Esta situação coincidirá historicamente com a passagem do padrão de reprodução do capital industrial-dependente para um novo padrão, a que Jaime Osorio (2012b) chama de padrão exportador de especialização produtiva.

4.2.3 O padrão exportador de especialização produtiva e as democracias restringidas

O padrão de reprodução exportador de especialização produtiva surge na América Latina, segundo Jaime Osorio (2012a), a partir dos anos 1980. Este padrão resulta de uma transformação da economia mundial desencadeada pela crise capitalista de fim dos anos 1960, “a qual exigiu profundas mudanças tecnológicas e uma rearticulação da economia mundial, chamada de mundialização.” (OSORIO, 2012b, p. 103) e tornou-se possível devido ao quadro de revoluções da microeletrônica que multiplicaram e aceleraram as comunicações e reduziram o preço dos transportes de mercadorias.

Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital (OSORIO, 2012a, p. 79).

No âmbito da América Latina isto significou o regresso a produções seletivas, seja de produtos primários ou industrializados, voltadas principalmente ao mercado externo, drásticas

reduções do mercado interno, aumento da superexploração da força de trabalho e acirramento da luta de classes.

Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização. Em todas as economias, o novo padrão pressupôs o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais. (OSORIO, 2012b, p. 106).

Há que se fazer uma ressalva, no entanto. Este processo de desindustrialização se aplica à indústria *stricto sensu*, mas não à produção capitalista em geral, ou à fase da grande indústria à que se referia Marx em *O Capital* (Marx, 2014), isto porque, efetivamente, o que se verifica nas últimas décadas na América Latina é o avanço de um processo de industrialização em outros ramos da economia, como a agricultura (mecanizada durante a segunda metade do século XX) e os serviços (impulsionados pela revolução da microeletrônica e dos meios de comunicação).

Em todo caso, se assumimos a indústria em seu sentido *stricto*, verifica-se uma readequação de seu papel na economia latino-americana. Este setor deixa de ser o articulador da reprodução do capital e passa a desempenhar um papel subsumido em especial à dinâmica de acumulação mundial, uma vez que é essa dinâmica o grande fator impulsionador da acumulação na região.

Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições até o imaginário despertado com a industrialização em torno da produção sob direção local e com respostas a necessidades nacionais acabou por ser derrubado. (OSORIO, 2012b, p. 113).

O processo de transição do padrão de reprodução industrial-dependente para o padrão exportador de especialização produtiva contou com a ação decisiva do Estado, seja por meio da venda de empresas públicas criadas no padrão de reprodução anterior e que já haviam maturado seus investimentos em capital fixo, seja através de políticas neoliberais de abertura econômica que permitiram que muitas das empresas privadas de capital nacional acabassem nas mãos do capital estrangeiro ou falissem diante da concorrência externa.

Essas medidas impulsionaram também a centralização do capital nacional, sobretudo em áreas em que estes possuíam grandes vantagens frente ao capital estrangeiro. Segundo

Jaime Osorio (2012b), o grande capital nacional permanecerá preponderante no comércio, na agroindústria, nas indústrias alimentícias e nas telecomunicações, sendo expressivo também na mineração, na eletrônica e na produção de energia elétrica. O Estado ainda terá preeminência nas áreas de mineração, petróleo e gás e energia elétrica, mas longe de possuir o monopólio desses setores como havia possuído no padrão anterior. O capital estrangeiro dominará os demais setores, em especial automobilístico, de autopeças, e de eletrônica.

O padrão de reprodução exportador de especialização produtiva reeditaria deste modo, sob novas condições, características muito mais próximas ao padrão agromineiro exportador do que ao padrão industrial. Uma vez que a produção se concentra em um número reduzido de atividades voltadas ao exterior (as quais determinam o dinamismo da economia), não são estabelecidas relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, já que é também do exterior que são demandados “equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design, sendo os salários e os impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local” (OSORIO, 2012b, p. 113).

Esta situação se verifica inclusive em setores de produção industrial através do surgimento das chamadas maquilas, indústrias estrangeiras instaladas na América Latina que importam peças e componentes de suas matrizes no exterior para que produtos sejam manufaturados, ou mais bem montados, em nossa região, utilizando-se dos baixos salários latino-americanos, para logo exportá-los ao exterior.

Do ponto de vista social, isto teria significado uma redução do papel dos trabalhadores no consumo e de sua participação no mercado, concentrando renda, polarizando a sociedade, acentuando a superexploração da força de trabalho e agudizando conflitos sociais.

Carcanholo (2014), analisando este mesmo processo histórico também desde a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, mas sem o uso da categoria padrão de reprodução do capital, chega a conclusões parecidas, ao afirmar que:

O capitalismo contemporâneo, fruto da tentativa do capital de recuperar sua valorização, impôs para a América Latina um ajuste estrutural que fez com que a economia voltasse a **um padrão de inserção na divisão internacional do trabalho caracterizado pela especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora**, em produtos primários, baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, e ainda com forte presença de capital estrangeiro. Em poucas palavras, um tripé que acentua os mecanismos de transferência de valor e, portanto, a dependência de nossas economias. (CARCANHOLO, 2014, p. 14, grifo nosso).

Esse processo de abertura de mercados a que Carcanholo e Mattos (2012) chamam de “inserção externa passiva”, elevou a dependência de fluxos de capitais externos para o fechamento das contas do balanço de pagamentos, aumentou a vulnerabilidade dessas economias frente a choques externos, e, de uma forma mais estrutural, “gerou uma espécie de processo de substituição de importações às avessas, isto é, o fato de os produtos importados ficarem mais baratos que os de produção doméstica por um determinado tempo levou à quebra de algumas empresas nacionais que produziam esses produtos” (CARCANHOLO; MATTOS, 2012, p.66).

Em suma, o atual padrão de reprodução do capital vigente na América Latina reforçaria nossa dependência frente às economias centrais, o que elevaria a necessidade de acentuar a superexploração da força de trabalho (Carcanholo, 2014).

Na verdade, “a capacidade de concorrência desse padrão nos mercados externos reside na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos” (OSORIO, 2012b, p. 124), o que se tornará uma das principais vantagens da América Latina na frente a outras regiões do mundo. Essa ofensiva brutal do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores será a sustentação do padrão exportador de especialização produtiva.

Isto exigirá mais uma vez uma readequação do Estado latino-americano ao novo padrão de reprodução do capital, o que historicamente coincide com o fim das ditaduras militares na região e o surgimento de regimes democráticos.

Não é nossa intenção esgotar aqui o debate sobre a forma que o Estado latino-americano vai assumir neste novo padrão de reprodução do capital. Contudo, nos permitimos a apresentar algumas das contribuições mais recentes desenvolvidas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência a este respeito.

Já no início dos anos 1990, diante do processo de redemocratização, Ruy Mauro Marini destacava que a defesa de uma “democracia viável” pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos apontava “hacia un régimen de tipo democrático representativo tutelado por las fuerzas armadas” (MARINI, 1993, p. 20) que não constituía:

[...] una ruptura real con la doctrina de la contrainsurgencia, la cual establecía que tras las fases de aniquilamiento del enemigo interno y de la conquista de bases sociales por parte del régimen dictatorial, debería seguirse una tercera fase, destinada a la restauración democrática (MARINI, 1993, p. 20).

Deste modo, Marini (1993) afirmava que as Forças Armadas tendiam a buscar assegurar nos regimes democráticos uma posição correspondendo ao *quarto poder do Estado*.

O sociólogo mexicano Adrián Sotelo Valencia (2019), recuperando a contribuição de Marini, vai falar assim de um *Estado de Quarto Poder*, que segundo ele é aquele em que as Forças Armadas exercem um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal, impondo à sociedade um ordenamento legal de origem militar, em particular com leis de segurança nacional, ainda que se mantenham as estruturas próprias da democracia parlamentar.

Já Jaime Osorio (2019), em uma nova edição de seu livro sobre o Estado, em que incorpora os últimos acontecimentos da política latino-americana⁶², desenvolverá o conceito de Estado de Segurança do grande capital com verniz eleitoral:

No Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral, busca-se alcançar maior controle da sociedade por mecanismos através dos quais se aumenta a percepção da insegurança pública; pelo incremento do medo diante de supostos inimigos da paz social e dos valores da “comunidade”; pela desqualificação e repressão da resistência social. Todos esses procedimentos buscam desarticular as organizações populares e desmobilizar a sociedade, tirando-lhe a iniciativa e justificando a vigilância e a intervenção policial e militar. (OSORIO, 2019, p. 234).

Em todo caso, parecemos viver uma época em que o Estado assume formas democráticas, que suspostamente estabelecem a igualdade política, sem que isso de fato inviabilize uma política de acentuação da luta de classes, ou seja, de crescimento da desigualdade concreta.

Na verdade, já no final dos anos 1980, o equatoriano Agustín Cueva, analisando os processos de redemocratização no continente, afirmava que cada vez mais:

[...] el concepto de democracia va tornándose más restricto y formal, inmerso en una lógica perversa que cercena sin piedad expectativas y esperanzas, dejando a los procesos de democratización huérfanos de todo “sustento” que no sea el de la constante amenaza de reimplantación de los regímenes militares totalitarios. (CUEVA, 1988, p. 07).

De fato, segundo Cueva (1988), até mesmo em alguns setores de esquerda havia uma tendência a considerar a democracia como uma categoria exclusivamente “política”, formal, que remeteria em última instância a um conjunto de regras que determinassem a relação entre o Estado e a “sociedade civil”, tais como liberdade de expressão, pluripartidarismo, realização periódica de eleições, e observância das leis. No entanto, como destaca Cueva (1988), ainda

⁶² Os movimentos que levaram a destituição dos presidentes de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

que essas regras sejam em si mesmas positivas, nunca funcionam de maneira indeterminada, ou seja, com independência a respeito da própria estrutura social.

As misérias dessa “democracia restringida”, segundo a definição de Cueva (1988), eram minimizadas diante do fantasma das ditaduras.

Incapaces de infundir contenidos positivos a las “nuevas” democracias latinoamericanas, sus actuales administradores no encuentran mejor manera de justificar su presencia en el gobierno que a título de mal menor: ellos o el terror, escoger “entre la vida o la muerte”, como llegó a decir Alfonsín. (CUEVA, 1988, p. 23)

Como alguma vez disse Marx: “É muito cômodo ser ‘liberal’ à custa da Idade Média” (MARX, 2014, p. 789). A democracia não é, portanto, uma casca vazia de conteúdo. São as classes dominantes que lhe dão conteúdos concretos (Cueva, 1988).

Nesse sentido, no processo de transição dos regimes ditatoriais para as democracias formais, quanto ao poder econômico:

[...] lo que llama la atención en las transiciones democráticas actuales es que, a diferencia de algunas anteriores (Ecuador, 1944; República Dominicana, 1961, por ejemplo), esta vez la clase dominante no ha tenido que sacrificar absolutamente nada, ni siquiera de manera simbólica. La continuidad dictadura – democracia es, en este plano, simplemente inverosímil, y por ello no debe llamar la atención que “la teoría” se esfuerce tanto en convencernos de que la democracia es una esfera puramente política, que nada tiene que ver con lo económico. Lo cual en este caso es cierto, pero no porque las cosas tengas que ser así, sino porque determinada correlación de fuerzas impone tal divorcio. (CUEVA, 1988, p. 75)

De fato, na verdade, a correlação de forças do processo de transição entre os dois regimes, conseguiu inclusive, muitas vezes transformar a luta pela democracia, equivocadamente entendida em um sentido estritamente político, como uma luta da “sociedade civil” contra o Estado.

Entre nosotros, tomar el partido de la “sociedad civil” quiere decir, llanamente, oponerse a las dictaduras, rechazar el autoritarismo encarnado en lo militar. Sólo que, sobre la base de este rechazo legítimo a la exacerbación de la función de dominación por parte del Estado burgués latinoamericano, la onda conservadora de Occidente penetra para intentar llevar el agua a su molino, insistiendo en la total desestatización de nuestras economías y, a veces sobre todo, en el desmantelamiento de los últimos vestigios del “Estado benefactor”. Se apunta, de este modo, al máximo recorte de los gastos sociales (educación, salud, vivienda popular) y al fin definitivo de los subsidios: subsidios a los bienes de primera necesidad, se entiende, que no los recibidos por el gran capital bajo el nombre de “incentivos”. (CUEVA, 1988, p. 64)

E efetivamente é este processo que acaba por se desencadear desde final dos anos 1980, a construção de uma democracia estritamente formal acompanhada da transição para

um padrão de reprodução do capital altamente degradador das condições de vida da classe trabalhadora, o atual padrão de reprodução do capital de especialização produtiva.

5 CONCLUSÃO

A destruição da forma comunal e a inserção da forma valor na América Latina se fizeram desde fora e segundo os interesses do nascente capital europeu, implicando decisivamente na formação do mercado latino-americano. Uma vez que a estrutura colonial e o capitalismo dependente limitaram o mercado interno na América Latina em detrimento do mercado externo, o Estado na região apresenta uma particularidade estrutural frente ao Estado dos países centrais.

Também podemos afirmar, desde a perspectiva histórica, que as classes dominantes latino-americanas atuaram reacionariamente na formação dos Estados na América Latina. Quando projetos conservadores - balcanizantes - venceram ideias integracionistas como as de Simón Bolívar, inviabilizou-se historicamente a formação de um grande Estado latino-americano, o que acentuou as limitações do mercado na região.

As transformações ocorridas no capitalismo dependente latino-americano ao longo dos últimos séculos em decorrência das alterações nos padrões de reprodução do capital vigentes em cada época, ainda que importantes, não romperam com essa particularidade estrutural.

Sendo assim, nossa hipótese central se vê reforçada: o Estado na América Latina, tema que tem ganhado importância na atualidade, não pode ser entendido em sua complexidade do mesmo modo que o Estado dos países centrais. Aqui, o capitalismo dependente joga papel decisivo na formação particular do Estado.

Na periferia do sistema capitalista, diferentemente dos países centrais, a burguesia não assume as funções de direção e centralização da economia, de modo que a direção é aqui assumida pelas burguesias dos países centrais das quais as burguesias da periferia são apenas um apêndice. Essa situação implica, segundo Amin (1973), na ausência da nação burguesa e no caráter não nacional da burguesia local.

Trata-se de posição compartilhada também por outros autores, como o alemão Tilman Evers e o guatemalteco Edelberto Torres Rivas. Para Evers (1989), na periferia do sistema capitalista a função principal do Estado se inverte: de garantia da existência e da expansão do capital nacional no mercado mundial passa a ser a garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico.

Portanto, a respeito do Estado periférico, externamente não se pode falar de um controle político efetivo, o que coloca em dúvida a soberania, e internamente, ainda que se possa falar de um controle estatal efetivo, o mesmo é duvidoso quanto a seu caráter nacional (Evers,

1989). O Estado na América Latina não é, desse modo, soberano frente o exterior, e nacional frente o interior (Rivas, 2011).

En este contexto cobra especial relieve la falta de identidad entre “estado” (en cuanto sistema de dominación política) y “nación” (en cuanto proyecto de desarrollo socioeconómico integral); de ahí el papel neurálgico de las reivindicaciones nacionalistas en estos países: pueden constituirse en arma ideológica importante en manos de movimientos emancipatorios (EVERS, 1989, p. 200)

Assim, em consequência do caráter dependente das burguesias locais, na periferia do sistema capitalista, o fato nacional é apenas um projeto (Rivas, 2011), cuja realização plena caberá aos trabalhadores.

Não obstante, o desenvolvimento dependente do capitalismo tem implicações estruturantes no Estado Latino-Americano. Como afirmam Gilberto Mathias e Pierre Salama (1983), existe uma dialética entre a constituição do Estado e da nação, uma vez que: “A constituição da nação enquanto tal – de algo que se situe além do mero agrupamento de etnias – é capaz de fornecer uma legitimação ao Estado e à sua constituição” (MATHIAS, SALAMA, 1983, p. 32).

Como na periferia a construção da nação não pode ser levada plenamente a cabo pela burguesia, os “mecanismos de legitimação [do Estado latino-americano] serão, ao mesmo tempo, instáveis e diferentes dos que dominam nos países centrais” (MATHIAS, SALAMA, 1983, p. 30). Daí a importância do uso da força nos países dependentes para garantir o domínio do Estado sobre a sociedade, e o caráter restringido das democracias latino-americanas (Cueva, 1988; Evers, 1989).

Esta particularidade é a razão pela qual alguns autores chegam à conclusão de que o Estado na periferia é um Estado “forte” enquanto outros terminam por lhe qualificar como fraco, quando na verdade não se trata de ser um Estado mais ou menos forte que o dos países centrais, mas sim um Estado dependente, com características particulares.

O Estado dependente Latino-Americano precisa dar respostas à particularidade da reprodução dependente do capital na América Latina, e às exigências específicas da dependência em cada padrão de reprodução do capital vigente em determinado momento histórico, aspectos que não estão dispostos no capitalismo dos países centrais.

A atualidade latino-americana aponta para a existência de um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva que, ao reforçar o vínculo com o capital exterior, tem acentuado ainda mais o caráter dependente de nossas economias e a superexploração da força de trabalho.

Do ponto de vista da relação entre Estado e Nação, poderíamos afirmar, assim como Edelberto Torres Rivas, que:

La transnacionalización introduce una “cuña” entre la nación y el estado en un proceso de distanciamiento en el que las relaciones de clase, las contradicciones orgánicas entre la burguesía y el proletariado, pasan por la relación con el estado, dotado ahora de modernas técnicas represivas. La nación dependiente es cada vez menos la matriz de la reproducción burguesa, pero el estado parece cada vez más burgués, asumiendo la internacionalización de funciones públicas en demérito de una nación cuya diástole resulta difícil. (RIVAS, 2011, p; 130).

Assim, na América Latina, cada vez mais o capital expande e fortalece o Estado que avança ameaçadoramente contra a nação, esta última como expressão dos interesses gerais e superiores da sociedade (Rivas, 2011). Daí a importância de nosso trabalho ao evidenciar diante da particularidade do capitalismo dependente, a atualidade da articulação entre o nacionalismo revolucionário e o socialismo na construção da luta da classe trabalhadora latino-americana.

E falar em nacionalismo revolucionário na América Latina, implica necessariamente no resgate ao projeto da Pátria Grande. Nas palavras de Simón Bolívar: “É a união seguramente o que nos falta para completarmos a obra de nossa regeneração” (BOLÍVAR, 1983, p. 89).

Cabe antes de concluirmos, reconhecer uma limitação deste trabalho. Uma vez que, dado o nível de abstração de nossa análise, nos fixamos numa concepção mais ampla do Estado na América Latina, não pudemos nos atentar a momentos singulares do Estado na região, como a ascensão da *Unidad Popular* ao governo do Chile em 1970, ou processos como a Revolução Bolivariana na Venezuela em 1999. A este respeito, vale destacar a opinião de Gilberto Mathias e Pierre Salama, para quem:

Assim como o preço de mercado pode se fixar momentaneamente num ponto muito distante do valor-de-troca, do mesmo modo podemos estar diante do que poderíamos chamar de formas “desviadas” de existência do Estado capitalista. (MATHIAS, SALAMA, 1983, p. 19)

Ou seja, ainda que em períodos históricos específicos o Estado na América Latina possa assumir formas “desviadas” de existência, conforme a dinâmica que assumam a luta de classes em determinado momento, do ponto de vista estrutural, apenas com a superação do capitalismo, o Estado latino-americano poderia sobrepujar seu caráter dependente.

De fato, a respeito da relação entre o Estado dependente na América Latina e suas “formas desviadas”, é curioso que enquanto estávamos escrevendo os últimos capítulos dessa

dissertação tivemos a oportunidade de presenciar *in loco* essa contradição. Durante nossa licença capacitação no México, enquanto em uma semana estávamos assistindo a um debate sobre as eleições presidenciais na Bolívia promovido pelo Centro de Estudios Latinoamericanos da UNAM, por volta de duas semanas depois víamos Evo Morales e Álvaro García Linera desembarcarem na Cidade do México como asilados políticos logo do Golpe de Estado na Bolívia. Tal episódio evidencia a velocidade que a história vem tomando na América Latina nos últimos anos como fruto do acirramento da luta de classes.

Por fim, esperamos ter conseguido demonstrar também a centralidade do Estado no desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano e seu papel fundamental na dinâmica das políticas no plano econômico que conformam a intensificação da particularidade da superexploração da força de trabalho na América Latina como mecanismos de transferência de valor.

Inclusive, à luz do debate sobre a centralidade do Estado na economia dependente podemos entender com maior clareza as contrarreformas pelas quais passaram os países latino-americanos desde a década de 1990 e seus impactos nas convulsões sociais atuais que tem se espalhado como rastilho de pólvora por toda a América Latina.

REFERÊNCIAS

- ABELARDO RAMOS, Jorge. **História da Nação Latino-americana**. Florianópolis: Insular, 2012.
- ABELARDO RAMOS, Jorge. **Revolución y contrarrevolución en la Argentina: 1. Las masas y las lanzas (1810-1862)**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2013.
- AMIN, Samir. **Categorías y leyes fundamentales del capitalismo**. Ciudad de México: Nuestro Tiempo, 1973.
- ARICÓ, José. Introdução: O Bolívar de Marx. In: MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ARREGUI, Juan José Hernández. **O que é o ser nacional?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 1789. França. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- BAGÚ, Sergio. **Economía de la Sociedad Colonial: Ensayo de historia comparada de América Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1992.
- BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, clase, nación**. Madrid : Iepala, 1991.
- BAMBIRRA, Vânia. La mujer chilena en la transición al socialismo. **Punto Final**, Santiago, n. 133, p.01-08, 22 jun. 1971.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARAN, Paul. A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330510/1/Bichir_MairaMachado_D.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica**. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORREA, Anna Maria Martinez (Orgs.). **Simón Bolívar: política**. São Paulo, Ática, 1983.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRUIT, Héctor H. Introdução. In: BRUIT, Héctor H. (Org.). **Estado e Burguesia Nacional na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

CAPUTO, Orlando. PIZARRO, Roberto. **Dependencia y Relaciones Internacionales**. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, 1982.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. In: **Argumentum**. V. 6, N. 2. Vitória, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Inserção externa e perfil do comércio externo: uma comparação entre o caso chinês e a América Latina desde os anos 80 do século passado. In: **Indicadores Econômicos FEE**. V. 40, N. 3. Porto Alegre, 2013.

CASTAÑEDA, Digna. O Grande Caribe - área fundacional do continente americano: Contribuição histórica de suas principais singularidades. In: MARTÍNEZ, Carlos et al. **O Caribe: Espaço estratégico na América Latina**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 15-40.

CARPENTIER, Alejo. **Concerto Barroco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CÉSPEDES, Augusto. **Metal del diablo**. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1998.

CUEVA, Agustín. **O processo de dominação política no Equador**. Florianópolis: Insular, 2016.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global editora, 1983.

CUEVA, Agustín. **Las democracias restringidas de América Latina: Elementos para una reflexión crítica**. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1988.

DA SILVA, Maicon Cláudio. **Da Senzala aos Mucambos: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil**. 2013. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Maicon-Claudio-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2018.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O crocodilo e Notas de inverno sobre impressões do verão**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión**. Valladolid: Editorial Trotta, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

EVERS, Tilman. **El Estado en la periferia capitalista**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1989.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-bourgeoisie et lumpen-développement**. Paris : François Maspero, 1971.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GIRVAN, Norman. Perspectiva Pancaribenha: Colonialismo, resistência e reconfiguração. In: MARTÍNEZ, Carlos et al. **O Caribe: Espaço estratégico na América Latina**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 55-74.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à Sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial ANDES, 1957.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. In: **Revista Katálysis**, V. 16, N. 1. Florianópolis: 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>>. Acesso em: Julho, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LINERA, Álvaro García. **Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Estética**, V. 3: Categorias psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Barcelona, Cidade do México: Grijalbo, 1967.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). **Constituinte e democracia no Brasil hoje.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México, n. 13, p.76-84, jul./set. 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. El Estado de Contrainsurgencia. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p.21-29, out./dez. 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **El general en su labirinto.** Bogotá: Horus, 1989.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cien años de soledad.** Buenos Aires: Debolsillo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Comunidad, nacionalismos y capital: textos inéditos.** Buenos Aires: Amauta Insurgente, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Os despossuídos.** São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Teorías de la plusvalía**. Tomo II. Madrid: Alberto Corazón Editor, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**: Das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORAGA, Enrique Gomariz. **O Estado nas sociedades dependentes**: o caso da América Latina. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 49-70.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. Edição revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, Jaime; Ferreira, Carla; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

OSORIO, Jaime. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: A Teoria Marxista da Dependência Revisitada. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.494-538, 9 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/21820/15908>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir (Org.). **Crítica à razão acadêmica**: reflexões sobre a Universidade contemporânea. V. 1. Florianópolis: Insular, 2011.

OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir (Org.). **Crítica à razão acadêmica**: reflexões sobre a Universidade contemporânea. V. 2. Florianópolis: Insular, 2017.

PEÑA, Milcíades. **Historia del Pueblo Argentino**. Vol. 1. Buenos Aires: Ediciones Montevideo, 2013.

PINSKY, Jaime. A Formação do Estado Nacional no Brasil: Origens do Problema. In: BRUIT, Héctor H. (Org.). **Estado e Burguesia Nacional na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

POMER, León. Argentina: Raízes Coloniais do Estado. In: BRUIT, Héctor H. (Org.). **Estado e Burguesia Nacional na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: Estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIVAS, Edelberto Torres. La Nación: problemas teóricos e históricos. In: LECHNER, Norbert. **Estado y política en América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2011.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. **Historia de los Ferrocarriles Argentinos**. Buenos Aires: Lancelot, 2009.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. **Política Britânica no Rio da Prata**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Ludovico. **Teoría y práctica de la ideología**. Ciudad de México, 1971.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Volume 1.

SONNTAG, Heinz Rudolf. Hacia una teoría política del capitalismo periférico: Un ensayo. **Problemas del Desarrollo**, Caracas, v. 5, p.19-56, ago-out. 1974. Trimestral.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Subimperialismo e dependência na América Latina**: O pensamento de Ruy Mauro Marini. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SPIILIMBERGO, Jorge Enea. **A questão nacional em Marx**. Florianópolis: Insular, 2002.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 338 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-ADQHWL/tesefinaltraspadiniufmgabril2016.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

ZAVALETA MERCADO, René. **El Estado en América Latina**. Cochabamba: Editorial Amigos del libro, 1990.

ZAVALETA MERCADO, René. **El poder dual**: problemas de la Teoría del Estado en América Latina. Cochabamba: Los amigos del libro, 1987.